



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*
Mestrado Profissional em Educação**

MARIA ALICE DE FREITAS SIAS

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA: COMPROMISSOS E
CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

**Jaguarão
2018**

MARIA ALICE DE FREITAS SIAS

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA: COMPROMISSOS E
CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Ana Cristina da Silva Rodrigues

Linha de Pesquisa: Política e Gestão da Educação

**Jaguarão
2018**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

S562a Sias, Maria Alice de Freitas

Avaliação Institucional da escola: compromissos e
contribuições ao Projeto Político-Pedagógico / Maria
Alice de Freitas Sias.

159 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Pampa, MESTRADO EM EDUCAÇÃO, 2018.

"Orientação: Ana Cristina da Silva Rodrigues".

1. Projeto Político-Pedagógico. 2. Gestão
Democrática. 3. Avaliação Institucional. 4.
Participação. I. Título.

MARIA ALICE DE FREITAS SIAS

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA: COMPROMISSOS E
CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

Relatório Crítico-Reflexivo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Relatório Crítico-Reflexivo defendido e aprovado em: 01 de novembro de 2018.

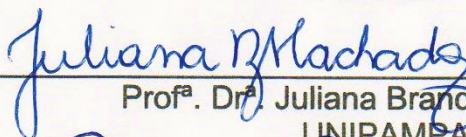
Banca examinadora:



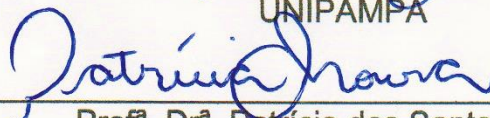
Prof^a. Dr^a. Ana Cristina da Silva Rodrigues
Orientadora
UNIPAMPA



Prof. Dr. Lui Nörnberg
UFPEL



Prof^a. Dr^a. Juliana Brandão Machado
UNIPAMPA



Prof^a. Dr^a. Patrícia dos Santos Moura
UNIPAMPA

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado força e ânimo para enfrentar as dificuldades e adversidades existentes perante todo o processo educativo.

As professoras da Escola Municipal de Ensino Fundamental Balbino Mascarenhas, equipe diretiva e funcionários pela receptividade, participação e confiança na proposta de intervenção.

A minha querida Orientadora Professora Doutora Ana Cristina da Silva Rodrigues pela paciência e ternura, minha eterna gratidão, por ter acreditado em meu potencial, sempre me desafiando e estimulando nas mais diversas situações.

A todos os professores do Mestrado Profissional em Educação, que nos ensinaram a caminhar em busca de um espírito crítico científico.

Ao meu grande e querido companheiro de todas as horas meu Pai Rudinei Amador Sias, pela parceria em ter me acompanhado em todos os momentos, desde a seleção do Mestrado, até a Defesa, como também minha querida mãe Cléia de Freitas Sias (in memoriam) que tenho certeza que está a olhar por mim.

A minha querida amiga Professora Mestre em Educação Luciane Tavares Pinheiro, que me incentivou e me mostrou que eu também era capaz de me tornar Mestre em Educação.

Meus mais sinceros agradecimentos a todos que torceram por mim nesta grande etapa.

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar (Paulo Freire).

RESUMO

O presente Relatório Crítico-Reflexivo teve como objetivo geral analisar e avaliar o processo da gestão e do cotidiano escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Balbino Mascarenhas, da cidade Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (RS), criando subsídios para significação e reconstrução do Projeto Político-Pedagógico. O referencial teórico que sustenta a proposta foi dividido em quatro subitens, Gestão Democrática e Educação de Qualidade, Bases legais sobre a Gestão Democrática e o Projeto Político-Pedagógico, conceitos sobre o Projeto Político-Pedagógico e Avaliação Institucional. A pesquisa utilizou procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa de cunho intervencionista. Como procedimentos metodológicos foram realizados o Diagnóstico da Pesquisa, Coleta de Dados e Instrumentos Metodológicos, Análise Documental do PPP, Achados do Processo de Investigação, Análises dos Princípios Investigativos sobre o Projeto Político-Pedagógico, Método da Avaliação da Intervenção, os Encontros da Intervenção, denominados Rodas de Conversa, suas análises, reflexões e resultados, por último, Análise do Diário de Campo e da ficha de avaliação. O Relatório Crítico-Reflexivo resultou em reflexões a respeito da gestão democrática e do documento balizador da escola, o Projeto Político-Pedagógico. Os resultados deste estudo evidenciam a importância do Projeto Político-Pedagógico ser atualizado e ter sua avaliação constante com a participação de toda a comunidade escolar, professores, funcionários, alunos, pais e responsáveis, levando a um processo coletivo, emancipatório e democrático.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Gestão Democrática. Avaliação Institucional. Participação.

RESUMÉN

El presente Informe Crítico-Reflexivo tuvo como objetivo general analizar y evaluar el proceso de la gestión y del cotidiano escolar de la Escuela Municipal de Enseñanza Fundamental Balbino Mascarenhas, de la ciudad Pelotas, Estado de Rio Grande do Sul (RS), creando subsidios para significación y reconstrucción del Proyecto Político-Pedagógico. El referencial teórico que sostiene la propuesta fue dividido en cuatro subitens, Gestión Democrática y Educación de Calidad, Bases legales sobre la Gestión Democrática y el Proyecto Político-Pedagógico, conceptos sobre el Proyecto Político-Pedagógico y Evaluación Institucional. La investigación utilizó procedimientos metodológicos de la investigación cualitativa de cuño intervencionista. En el presente trabajo se analizaron los resultados obtenidos en el análisis de los resultados obtenidos en el análisis de los resultados de la investigación, denominados Ruedas de Conversación, sus análisis, reflexiones y resultados, por último, Análisis del Diario de Campo y de la ficha de evaluación. El Informe Crítico-Reflexivo resultó en reflexiones acerca de la gestión democrática y del documento indicador de la escuela, el Proyecto Político-Pedagógico. Los resultados de este estudio evidencian la importancia del Proyecto Político-Pedagógico para ser actualizado y tener su evaluación constante con la participación de toda la comunidad escolar, profesores, funcionarios, alumnos, padres y responsables, llevando a un proceso colectivo, emancipatorio y democrático.

Palabras clave: Proyecto Político-Pedagógico. Gestión Democrática. Evaluación Institucional. Participación.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fotografia da Escola Municipal de Ensino Fundamental Balbino	
Mascarenhas.....	27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz analítica 1: Caracterização da entrevista.....	68
Quadro 2 - Matriz analítica 1.1: Caracterização dos sujeitos entrevistados	69
Quadro 3 - Matriz analítica 2: Princípios Investigativos.....	70
Quadro 4 - Matriz analítica 2.1: Percepções sobre o Projeto Político-Pedagógico ...	71
Quadro 5 - Matriz analítica 2.1: Percepções sobre o Projeto Político-Pedagógico (continuação).....	72
Quadro 6 - Síntese das Ações	88

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado
CEB - Câmara de Educação Básica
CEEEd - Conselho Estadual de Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
PNE - Plano Nacional de Educação
PPP - Projeto Político-Pedagógico
RS - Rio Grande do Sul
SMED - Secretaria de Educação e Desporto
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UCPel - Universidade Católica de Pelotas
UFPeI - Universidade Federal de Pelotas
UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	Contexto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Balbino Mascarenhas	25
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	28
2.1	Gestão Democrática e Educação de Qualidade	28
2.2	Bases legais sobre a Gestão Democrática e o Projeto Político-Pedagógico	31
2.3	Projeto Político-Pedagógico	48
2.4	Avaliação Institucional	51
2.4.1	Conceituando Avaliação Institucional	52
2.4.2	Objetivos, Participação e Implicações da Avaliação Institucional	54
2.4.3	Avaliação realizada por avaliadores internos, externos e em equipe	57
2.4.4	Resultados da Avaliação Institucional.....	59
3	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	62
3.1	Diagnóstico da Pesquisa	63
3.1.1	Coleta de Dados e Instrumentos Metodológicos.....	63
3.1.2	Análise Documental do PPP	66
3.1.3	Achados do Processo de Investigação	67
3.1.4	Análises dos Princípios Investigativos sobre o Projeto Político-Pedagógico	74
3.2	Método da Avaliação da Intervenção	84
4	O PROJETO DE INTERVENÇÃO	87
4.1	Os Encontros da Intervenção: Rodas de Conversa	87
4.2	Ações das Rodas de Conversa	88
4.3	Os Encontros da Intervenção: Análises, reflexões e resultados	89
4.3.1	1ª Roda de Conversa	89
4.3.2	2ª Roda de Conversa	93
4.3.3	3ª Roda de Conversa	98
4.3.4	4ª Roda de Conversa	106
4.3.5	5ª Roda de Conversa	113
4.3.6	6ª Roda de Conversa	118
4.3.7	7ª Roda de Conversa	121

4.3.8 8ª Roda de Conversa	130
4.4 Análises dos Diários de Campo e da Ficha de Avaliação	132
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE A – ENTREVISTA	155
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	157
APÊNDICE C – AVALIAÇÃO DAS RODAS DE CONVERSA.....	159

1 INTRODUÇÃO

Apresento este Relatório Crítico-Reflexivo anunciando uma pesquisa qualitativa, de cunho intervencionista, a qual aborda a análise e a reflexão sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP), da Escola Municipal de Ensino Fundamental Balbino Mascarenhas da cidade de Pelotas - RS, realizada em serviço. Está inserida na linha de pesquisa “Política e Gestão da Educação”, do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), no município de Jaguarão.

Este Relatório Crítico-Reflexivo teve como objetivo geral: “Analisar e avaliar o processo da gestão e do cotidiano escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Balbino Mascarenhas, da cidade Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (RS), criando subsídios para significação e reconstrução do Projeto Político-Pedagógico”.

Para atingir o objetivo geral, foi necessário mais especificamente:

- Identificar o conhecimento do PPP pelos docentes da escola.
- Apresentar a importância do PPP para os docentes e equipe diretiva.
- Sensibilizar os docentes e equipe diretiva da necessidade de avaliar o PPP, a todo o momento.
- Identificar como o PPP vem sendo qualificado conforme as ações diárias da escola.
- Propor a participação dos docentes e equipe diretiva para conhecer o PPP e analisar, conforme a legislação vigente.
- Identificar e analisar os diferentes aspectos pedagógicos apontados como essenciais pelos docentes no Projeto Político-Pedagógico, visando aprofundá-los e qualificá-los, conforme as necessidades evidenciadas pelo grupo.
- Reavaliar o PPP e propor a construção de subsídios conforme as necessidades, frente às indicações dos docentes.

Como professora nesta instituição, há quatro anos, senti a necessidade de conhecer o PPP, pois o mesmo não era discutido e analisado pela comunidade escolar desde 2010, ou seja, há oito anos o PPP não era reavaliado pelos profissionais da escola.

Por este motivo, a proposta deste trabalho foi contribuir para resgatar e reavaliar o PPP, instrumento que organiza, orienta e avalia a ação pedagógica da escola, sendo que a mesma não avaliava e analisava as suas ações diárias, conforme seu documento balizador.

A partir da coleta de dados e a sistematização dos mesmos constatei que o PPP não era conhecido pelo corpo docente, em sua grande maioria, sentindo assim, a enorme motivação e necessidade de buscar subsídios dando significação e reconstrução ao PPP.

A vida educacional e profissional me levou a estudar e me dedicar a Gestão Escolar, por este motivo, a preocupação pela mesma, os estudos aconteceram em escolas da rede pública na cidade de Pelotas/RS, tanto estadual, como municipal, até a entrada na universidade, sempre afirmei que quando crescesse queria ser professora e atrás deste sonho corri.

Logo que sai do Ensino Fundamental, fui estudar no Instituto Estadual de Educação Assis Brasil em 1998, ali começou tornar-se real o sonho de ser professora, me formando no magistério. Realizei o estágio com uma turma de 3^o série do Ensino Fundamental, no primeiro semestre de 2001, onde comecei a conhecer a realidade da sala de aula, em uma escola da periferia, na qual havia muitos problemas, com relação ao processo de ensino-aprendizagem, e com a ausência da família na escola, porém em nenhum momento desanimei em relação aos problemas vivenciados, muito pelo contrário, me deu mais ânimo para continuar, querer aprender e futuramente ajudar a solucionar problemas como estes.

Após me formar no magistério, fiz a seleção e passei, começando assim, cursar Pedagogia na Universidade Católica de Pelotas (UCPel) em 2002, onde ali, sim, me firmei como educadora, e me conscientizei da necessidade de estudar cada vez mais, para solucionar os problemas vivenciados no meu estágio do magistério. Foi neste momento que comecei a buscar por uma educação de qualidade, dando ênfase, a minha qualificação profissional.

Estando no meu primeiro ano de universidade, realizei o concurso público na cidade de Arroio do Padre/RS em 2003, passei e logo fui nomeada para trabalhar com as Séries Iniciais, foi um período de muita aprendizagem, pois era uma realidade totalmente diferente da que já tinha vivenciado na educação, sendo que na zona rural, eram outras dificuldades das quais, não tinha vivido até então, trabalhavam-se outras temáticas e existiam outras problemáticas, porém aprendi a

conviver e a solucionar no dia a dia, na sala de aula. Trabalhei na zona rural de 2003 a 2006.

Enquanto trabalhava continuava o curso de Pedagogia, me dedicando as questões da Educação e da Gestão Escolar. Tendo sempre como princípios de que a educação tem como fim, a concretização da ação humana, bem como a liberdade do ser humano. Conseqüentemente, a educação tem a tarefa da libertação e emancipação, e a gestão escolar é um meio para o acontecimento deste processo.

Me formei em 2005, no curso superior em Pedagogia, com habilitação para o exercício do Magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Magistério das Matérias Pedagógicas e Gestão Educacional. Foi neste processo que me apaixonei pela Gestão Escolar, me dedicando a estudá-la.

O estágio para obtenção do título aconteceu dentro de uma empresa farmacêutica, na Farmácia de Manipulação “Uso Indicado” na Cidade de Pelotas-RS, trabalhando os processos educacionais, com os funcionários, o estágio foi orientado pela Professora Ms. Adriane de Souza Silveira, o trabalho escrito para a obtenção do título, monografia teve como nome, “O Processo Educativo e as Relações de Trabalho”.

Neste meio tempo, fiz o concurso para o Município de Pelotas/RS, para professora com carga horária de 20 horas, onde passei e fui nomeada também em 2005, me encontrando até a data de hoje, sendo assim, me exonerei da zona rural do Município de Arroio do Padre/RS.

Sempre tive como foco, que não devemos parar de estudar, pois o aperfeiçoamento profissional e a formação continuada são de extrema importância, na vida de qualquer profissional, mas principalmente na vida do Profissional da Educação. Sendo assim, em 2006, comecei a estudar, Pós-Graduação “Lato Sensu” – Nível de Gestão Escolar, na Faculdade Integradas FACVEST, concluindo em 2007, o trabalho para a obtenção do título, teve como nome, “Gestão Escolar: Ressignificando a Visão Educacional”. Desde então, dei continuidade aos meus estudos, participando de vários cursos, palestras, estudando e sempre buscando por uma educação melhor, dando assim continuidade a minha formação continuada e meu aperfeiçoamento profissional.

Trabalhei também como Tutora à Distância no Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), ligado ao Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), no período de 2006 a 2014. Durante esse

período, participei dos processos de planejamento, avaliação e pesquisa junto aos estudantes do curso, através de encontros presenciais, reuniões e uso do Ambiente Virtual MOODLE, num total de 20 horas/semanais. Durante este processo em 2015, orientei os trabalhos de Conceituação de Trajetória de Curso (Trabalhos de Conclusão) do Curso de Pedagogia a Distância do Polo de Herval/RS.

Em 2014 fiz novo concurso para professor na cidade de Pelotas/RS, com 20 horas/semanais, fui nomeada em 2015. Sendo que atualmente, tenho duas carreiras no município de Pelotas/RS, com 20 horas/semanais cada. Neste tempo trabalhando na Prefeitura de Pelotas/RS, já atuei como professora das Séries Iniciais, com 3º e 5º ano, como professora de Ensino Religioso e com a Educação de Jovens e Adultos, sempre buscando permanentemente o melhor para o meu aluno.

Como educadora atuante no exercício diário em sala de aula, afirmo que todos os educadores são sujeitos de transformação no mundo, porém, a mudança tem que partir de nós Educadores e Profissionais da Educação.

A pesquisa apresentada é composta por cinco capítulos. Primeiramente começo contextualizando a motivação e necessidade para tal estudo, caracterizando a minha trajetória de vida educacional e profissional, e o contexto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Balbino Mascarenhas.

O segundo capítulo se destina aos Pressupostos Teóricos, analisando a Gestão Democrática e a Educação de Qualidade, assim como as Bases Legais sobre a Gestão Democrática e o PPP, e os conceitos sobre o Projeto Político-Pedagógico, evidenciando também as concepções de Avaliação Institucional, objetivos, participação e implicações, assim como a avaliação realizada por avaliadores internos, externos e em equipe, e os resultados da Avaliação Institucional.

No terceiro capítulo, o Procedimento Metodológico caracteriza a Pesquisa, enfatizando o Diagnóstico da Pesquisa, Coleta de Dados e Instrumentos Metodológicos, Análise Documental do PPP, Achados do Processo de Investigação, Análise dos Princípios Investigativos sobre o Projeto Político-Pedagógico e o Método de Avaliação da Intervenção.

No quarto capítulo, apresento o Projeto de Intervenção, suas análises, reflexões e resultados, detalhando os encontros, denominados Roda de Conversa, e por último, as análises dos Diários de Campo e das Fichas de Avaliação.

No quinto capítulo, encaminho as considerações finais, concluindo a proposta interventiva, analisando e avaliando os objetivos propostos no Projeto de Intervenção.

A delimitação do marco teórico deu suporte para construir os subsídios para significação e construção do PPP, conforme o Projeto de Intervenção. Autores como, Esteban (2008), Gadotti (1994, 2010), Libâneo (2004), Lück (2006), Medel (2012), Melchior (2004) e Veiga (2000, 2001, 2012a, 2012b, 2013), além dos documentos que normatizam a Gestão Democrática e o Projeto Político-Pedagógico, nas esferas Nacional, Estadual e Municipal, expondo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e publicada em 5 de outubro de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Federal nº 9.394, aprovada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 20 de dezembro de 1996, entrando em vigor a partir de 23 de dezembro de 1996.

Assim como, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 e Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014; Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, do Estado do Rio Grande do Sul, dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público; Lei Orgânica do Município de Pelotas, sancionada em 01 de janeiro de 1990; Plano Municipal de Educação, Lei 6.245, de 24 de junho de 2015 e o Projeto Político-Pedagógico da EMEF Balbino Mascarenhas de 2010, assim como Resoluções e Pareceres.

1.1 Contexto da Escola Municipal de Ensino Fundamental Balbino Mascarenhas

A Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Balbino Mascarenhas foi fundada no dia 21 de março de 1947, tendo como patrono o Sr. Balbino Mascarenhas. Está localizada no Bairro Simões Lopes, na cidade de Pelotas, Rua Jornalista Cândido de Mello, 415, tendo como situação socioeconômica em sua maioria de classe média baixa.

A escola conta com uma área construída de 567.61 m², sendo considerada uma instituição pequena, disponibiliza de uma infraestrutura que conta com oito salas de aula, laboratório de informática com 20 computadores, sala de orientação educacional, dos professores, direção, coordenação, secretaria, sala da Educação

Física, sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sala de apoio, biblioteca, cozinha, refeitório, dispensa, banheiros, quadra poliesportiva, pátio coberto e pátio externo.

A escola é composta em sua equipe diretiva, pela diretora, duas coordenadoras pedagógicas, orientadora educacional, duas secretárias, 29 professores e 14 funcionários, tendo 137 alunos no turno da manhã e 163 no turno da tarde, num total de 300 alunos matriculados, sendo atendidos nas modalidades de Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental. Possuímos um conselho escolar formado por alunos, pais, professores e funcionários devidamente registrado e atuante.

No turno da manhã são atendidas duas turmas de Educação Infantil, uma de quatro e outra de cinco anos, uma turma de 3º ano, três turmas de 4º ano e duas turmas de 5º ano. No turno da tarde, conta com uma turma de Educação Infantil, de quatro e outra de cinco anos, duas turmas de 1º ano, duas turmas de 2º ano e duas turmas de 3º ano. O horário de funcionamento no turno da manhã é das 7h: 45m às 11h: 45m e no turno da tarde é das 13h: 30m às 17h: 30m.

A escola desenvolve projetos institucionais para a qualificação e melhoria pedagógica através dos Projetos de Biblioteca, Hora do Conto, Informática, Brinquedoteca, Educação Inclusiva, Meio Ambiente, Classe de Apoio, Antibullying, Africanidades, Zoando e Sorrindo na escola, Projeto SEJUC (Justiça Restaurativa), Programa Novo Mais Educação e Banda Marcial Balbino Mascarenhas.

Segundo o PPP da escola em sua Filosofia:

Propõe-se eleger a cidadania, respeitando as classes e grupos sociais visando à transformação, tendo claro à comunidade e os trabalhadores da escola, entre professores e alunos. E que o conhecimento, não deve ser tratado como abstrato, mas que possibilitem a compreensão e a crítica da realidade, na tentativa de mudá-la sem objetivar o simples “passar de ano”, mas visando à cooperação, a participação social para que alunos se percebam como cidadãos (PELOTAS, 2010, p. 7).

A escola tem como objetivos em seu PPP propiciar ao aluno:

- Compreender-se como sujeito autônomo, participativo, solidário, cooperativo, possuidor de direitos e deveres políticos, civis e sociais que repudia injustiças, discriminação, respeita e faz-se respeitar, relaciona-se exercendo a cidadania e a democracia.
- Posicionar de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, respeitando a opinião e o conhecimento

produzido pelo outro, utilizando o diálogo argumentativo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas fundamentadas.

- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.
- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamentam as sociedades.
- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades de atitudes e valores.
- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
- Entender-se como ser transcendente, parte integrante do universo, que reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos na construção de um mundo mais equilibrado (PELOTAS, 2010, p. 8-9).

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), atualizado em 2015, a escola possui um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 5,2 no ano de 2015, atingindo a meta de 5,1 tendo como desafio garantir maior aprendizagem aos seus alunos (ÍNDICE..., 2015).

A fotografia apresentada é da fachada da EMEF Balbino Mascarenhas, local onde foi realizado o Projeto de Intervenção.

Figura 1 - Fotografia da Escola Municipal de Ensino Fundamental Balbino Mascarenhas



Fonte: Acervo da pesquisadora.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 Gestão Democrática e Educação de Qualidade

Para alcançar a gestão democrática e educação de qualidade, todos os sujeitos da comunidade escolar devem disponibilizar-se a refletir e compreender o processo de gestão democrática da sua escola.

A escola deve oportunizar meios e espaços para a comunidade planejar e discutir mecanismos em busca da educação de qualidade, convidando-a à participação e reflexão, deliberando autonomia nos processos de decisão.

Autonomia esta que busca a responsabilização de todos os membros da comunidade escolar, para com as suas ações coletivas e cooperativas, realizando intervenções democráticas. Lück (2006, p. 99) destaca que:

A autonomia é um processo coletivo e participativo de compartilhamento de responsabilidades emergentes e gradualmente mais complexas, resultantes do estabelecimento conjunto de decisões [...] A gestão democrática e compartilhada implica, portanto, a participação de todos os segmentos da escola na elaboração e execução do plano de desenvolvimento da escola, de forma articulada.

A autora corrobora com a ideia de que a gestão democrática deve acontecer de forma que todos tenham acesso à mesma, ou seja, que todos os sujeitos do processo educativo, façam parte das deliberações da gestão escolar, auxiliando e tomando as decisões de forma coletiva e participativa, tendo autonomia no processo em busca da gestão democrática, e conseqüentemente da educação de qualidade.

Lück (2006), afirma que é fundamental a participação dos pais na vida escolar de seus filhos envolvendo assim, a escola e comunidade reciprocamente, em busca da qualidade do ensino.

Educação de qualidade que deve ser conquistada e aprofundada a partir de ações baseadas no processo da gestão democrática, transformando assim, as práticas educativas autoritárias e opressoras, na qual não há lugar para manifestação da comunidade dentro do espaço escolar, em busca da participação e reflexão sobre o processo educativo. Spósito (2005, p. 55), faz referência afirmando que a gestão democrática é um meio para novas práticas escolares, mas para tal há a necessidade de reavaliar o projeto político-pedagógico da escola.

A gestão democrática deve ser um instrumento de transformação das práticas escolares, não a sua reiteração. Este é o seu maior desafio, pois envolverá, necessariamente, a formulação de um novo projeto pedagógico. A abertura dos portões e muros escolares deve estar acompanhada da nova proposta pedagógica que a exija. Se as escolas não estiverem predispostas a essa mudança, a gestão e a melhoria da qualidade serão expressões esvaziadas de qualquer conteúdo substantivo.

A gestão democrática tem que estar preparada para dar seguimento e resoluções às prioridades, demandas e possibilidades que a escola evidencie, este processo depende muito de ações conjuntas com a comunidade escolar, de modo amplo e participativo, o qual se dá em longo prazo e não de modo rápido e simplista.

A gestão democrática da educação está intimamente ligada a mecanismos da instituição e a ações de atuação social, levando a participação social em busca de políticas educacionais, objetivos e fins da educação, planejamento, tomadas de decisões, recursos e investimentos, na deliberação de ações e nos processos de avaliação (MEDEIROS; LUCE, 2006, apud VIEIRA, 2007, p. 64-65).

Para Lück (2006, p. 41), “[...] a gestão democrática ocorre na medida em que as práticas escolares sejam orientadas por filosofia, valores, princípios e idéias consistentes, presentes na mente e no coração das pessoas, determinando o seu modo de ser e de fazer”.

A gestão determina a singularidade, orientação, dinamismo e embasamento ao processo educacional, a partir de dispositivos e procedimentos amparados para tal, baseados em uma ação democrática e participativa.

Segundo Ferreira (2004, p. 15), “[...] gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos e cumprir suas responsabilidades”.

Para a culminância da gestão democrática a participação de todos os envolvidos no processo educacional é primordial, organizando as decisões em conjunto, em busca de solucionar as prioridades e necessidades evidenciadas no processo ensino-aprendizagem, como em todo o processo educativo.

De acordo com Bussmann (2013), percorrer a democracia na escola, na elaboração de sua singularidade, embasada em organização coletiva requer várias ações envolvendo a comunidade escolar, como por exemplo, o distanciamento da fragmentação escolar, princípios e valores bem delineados, disponibilidade e

vontade da comunidade escolar para romper com o individualismo, a partir de parcerias e diálogo constantes e consistentes, conhecimento da realidade escolar e avaliação diagnóstica a partir das dificuldades existentes no espaço educativo.

Como da mesma forma, é necessário planejamento alinhado conforme a proposta pedagógica da escola, base teórica estruturada em relação à prática pedagógica, formação continuada de todos os profissionais inseridos na escola e, por último, a coordenação pedagógica deve ser coerente com esse processo, realizando um trabalho que dê continuidade ao movimento democrático no espaço educativo. Bussmann (2013, p. 51) ressalta a necessidade de ações envolvendo a comunidade escolar no processo educativo na busca pela democracia na escola:

- rompimento com estruturas mentais e organizacionais fragmentadas;
- definição clara de princípios e diretrizes contextualizadas, que projetem o vir a ser da escola;
- envolvimento e vontade política da comunidade escolar para criar a utopia pedagógica que rompe com os individualismos e estabelece a parceria e o diálogo franco;
- conhecimento da realidade escolar baseado em diagnóstico sempre atualizado e acompanhado;
- análise e avaliação diagnóstica para criar soluções às situações-problema da escola, dos grupos, dos indivíduos;
- planejamento participativo que aprofunde compromissos, estabeleça metas claras e exequíveis e crie consciência coletiva com base nos diagnósticos: geral, das áreas, por componente curricular, por setor escolar, por grupos de professores, por pessoas nos grupos;
- clarificação constante das bases teóricas do processo com revisão e dinamização contínuas da prática pedagógica à luz dos fundamentos e das diretrizes do currículo, da metodologia, da avaliação, dos conteúdos, das bases da organização escolar, do regimento, dos mecanismos de participação, do ambiente e do clima institucional, das relações humanas, dos cronogramas de estudos e de reuniões, etc.;
- atualização constante do pessoal docente e técnico (funcionários de todos os setores: secretária, bibliotecária, merendeira) inserida num processo de formação continuada;
- coordenação administrativo-pedagógica competente e interativa que estimule, planeje, comande, avalie, apoie e dialogue sempre, continuamente.

Veiga (2013), analisa afirmando que o processo educativo a ser envolvido pelo PPP, caracteriza-se pela continuidade e encadeamento, sendo necessários elementos novos e criativos, visando avanços e enriquecimentos significativos, a partir da relação de diálogo e reflexão coletiva das inovações, levando consideravelmente as transformações sociais e escolares.

Spósito (2005) explana que a gestão é um caminho para a qualidade no ensino, sendo definida e alinhada conforme os princípios democráticos, organizando

a prática pedagógica já existente, a partir de uma movimentação coletiva que leve a reorganização da mesma.

[...] A gestão democrática poderá constituir um caminho real de melhoria da qualidade de ensino se ela for concebida, em profundidade, como mecanismo capaz de alterar práticas pedagógicas. Não há canal institucional que venha a ser criado no sistema público de ensino que, por si só, transforme a qualidade de educação pública, se não estiver pressuposta a possibilidade de redefinição e se não existir uma vontade coletiva que queira transformar a existência pedagógica concreta (SPÓSITO, 2005, p. 54).

Sendo assim, toda a comunidade escolar em busca da gestão democrática e conseqüentemente, da educação de qualidade deve organizar-se para além, de construir, mas também executar e avaliar o PPP, conforme a realidade e as necessidades existentes, transformando assim, as práticas pedagógicas, tendo como foco principal o processo de ensino-aprendizagem de seus educandos. Lück (2006, p. 25), considera que:

No entanto, estes aspectos, dentre outros, têm ocorrido na educação brasileira, evidenciando-se a falta de reconhecimento de que a realidade é dinâmica e que os desafios e dificuldades experimentadas no processo educacional são globais e abrangentes, demandando ação compreensiva, perspicaz e criativa, pelo empenho de pessoas organizadas em torno de um projeto conjunto.

Portanto, o PPP embasado na gestão democrática é um instrumento de qualificação e melhoria para a educação. Para a real efetivação da construção da gestão democrática, a escola deve proporcionar espaços para toda a comunidade escolar integrar-se e promover meios para a participação nos processos de empoderamento de decisão, assim como ações em conjunto, movidas em processos de participação, cooperação e coletividade.

2.2 Bases legais sobre a Gestão Democrática e o Projeto Político-Pedagógico

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e publicada em 5 de outubro de 1988, é a lei primordial e máxima do Brasil. A partir da década de 1980 com as lutas em proveito de uma educação pública e de qualidade foi aprovado na

Constituição Federal de 1988, no artigo 206, o princípio de gestão democrática na educação: “[...] gestão democrática do ensino público, na forma da lei [...]” (BRASIL, 1988) define como obrigatória a gestão democrática do ensino público, aprovando a importância dos segmentos da comunidade escolar, ficando claro que a obrigatoriedade só se dará no ensino público e não no ensino particular.

Este princípio define então, como sendo obrigatória a gestão democrática e sanciona que a comunidade escolar é importante para efetivação da gestão democrática, devendo ser criado espaços, nas quais, os professores, funcionários, alunos e pais, possam discutir e refletir sobre a rotina da escola, a integração dos responsáveis na escola é extremamente importante para uma efetiva gestão democrática. O princípio constitucional, definindo a “gestão democrática no ensino público”, dá abertura para a implementação dos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres, Eleição de Diretores e Grêmios Estudantis, aumentando assim, a participação de todos na gestão escolar.

No Parecer nº 545/2015, Processo do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 253/27.00/14.3 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, clarifica o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, afirmando que, “[...] esse princípio constitucional define como obrigatória a gestão democrática do ensino, na forma da lei reconhecendo a representatividade dos segmentos da comunidade escolar” (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

No artigo 214, da referida Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a lei estabeleceu o Plano Nacional de Educação (PNE), com duração decenal, com o objetivo de estabelecer diretrizes, objetivos, metas e estratégias de efetivação, para garantir a continuidade e o progresso do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (BRASIL, 2009).

Esses são os artigos que se referem à gestão democrática na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a seguir analisaremos a gestão democrática a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei Federal nº 9.394, de 1996.

A LDBEN foi aprovada pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 20 de dezembro de 1996, entrando em vigor a partir de 23 de dezembro de 1996. No artigo 3º, inciso VIII, corrobora com o artigo 206, da Constituição Federal de 1988, quando afirma que: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996).

No artigo 12, da referida lei, determina às escolas a autonomia de elaborar, executar e avaliar o seu Projeto Político-Pedagógico, dando direito à escola em pensar e refletir sua proposta pedagógica, quando diz que:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V – prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VII – informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
- VIII – notificar ao conselho tutelar do município, ao juiz competente da comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 50% (cinquenta por cento) do percentual permitido em lei (BRASIL, 1996).

O artigo 12, da LDBEN, declara que os estabelecimentos de ensino, terão a responsabilidade de elaborar e implementar a sua proposta pedagógica, administrar o funcionalismo, como também seus recursos materiais e financeiros, garantir o cumprimento dos dias letivos e das horas-aulas, cuidar do cumprimento do plano de trabalho dos docentes, oferecer meios de recuperação para os alunos com baixo rendimento escolar, organizar e criar meios de integração com a família e a comunidade, informar a família e ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento escolar, como da mesma forma apresentar a proposta pedagógica da escola, e no último inciso, comunicar ao conselho tutelar do município, juiz da comarca e ao

representante do Ministério Público, a relação com o nome dos alunos que apresentem mais de cinquenta por cento, do percentual concedido em lei.

Os cinco primeiros incisos do artigo 12 referem-se ao planejamento e as execuções das atividades pedagógicas da escola, o inciso VI e VII, trata da articulação da escola com a comunidade escolar, ações da gestão democrática e o último inciso, refere-se ao número de faltas dos alunos e a atitude que a escola deve efetuar.

Segundo Oliveira e Adrião (2007, p. 56), afirma que, o “[...] Art. 12 da LDBEN, podemos dizer que ele relaciona as incumbências dos estabelecimentos de ensino sem a preocupação de prescrever as formas por meio das quais devam ser realizadas”.

O Parecer Estadual nº 545/2015 das Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, esclarece e ratifica o artigo 12 da LDBEN e incisos, afirmando que:

Define as incumbências dos estabelecimentos de ensino, tendo por referência as normas comuns da educação e dos seus respectivos sistemas e estabelece como responsabilidade das escolas elaborarem sua “Proposta Pedagógica”, bem como “velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente” (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 34).

No artigo 13, inciso I e II, da LDBEN, afirma que os docentes e todos que fazem parte da equipe diretiva devem participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, além de cumprir o plano de trabalho, baseado na proposta pedagógica.

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III – zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

No artigo 14, a LDBEN, evidencia dois outros princípios a serem considerados.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas particularidades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Neste artigo 14, a lei ratifica a atuação dos profissionais da educação na construção do PPP, como da mesma forma no inciso II, reafirma a representação de toda a comunidade escolar, construindo assim, uma gestão democrática.

Por último, no artigo 15, da LDBEN que se refere à gestão democrática, a legislação definiu as seguintes orientações:

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

O artigo acima, afirma que além da autonomia para elaboração, efetivação e avaliação, os sistemas de ensino terão autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

De acordo com os artigos citados, a LDBEN, caracteriza a escola como espaço educativo, dando aos profissionais da educação o reconhecimento e autorização para elaborarem o PPP da sua instituição, como da mesma forma a integração da comunidade escolar à instituição de ensino.

O PNE, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, foi sancionado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo Valente (2001), tem como objetivos e prioridades, o aumento da escolaridade dos cidadãos, a melhoria da qualidade do ensino, a redução das desigualdades, em relação ao acesso e à permanência, na educação pública e a democratização da gestão do ensino público, tendo como objetivo a participação dos profissionais da educação na construção do projeto pedagógico, assim, como a participação da comunidade escolar.

No que concerne à gestão democrática e a proposta pedagógica, o PNE reconhece que:

- 22. Definir, em cada sistema de ensino, normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade. [...];
- 24. Desenvolver padrão de gestão que tenha como elementos a destinação de recursos para as atividades-fim, a descentralização, a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade. [...];
- 27. Apoiar tecnicamente as escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica. [...];
- 28. Assegurar a autonomia administrativa e pedagógica das escolas e ampliar sua autonomia financeira, através do repasse de recursos diretamente às escolas para pequenas despesas de manutenção e cumprimento de sua proposta pedagógica (BRASIL, 2001).

O PNE mencionou a gestão democrática do ensino público, nas metas 22 e 24 do Financiamento e Gestão, referindo-se a participação da comunidade, nas metas 27 e 28, refere-se a elaboração e execução do PPP, e garante a autonomia pedagógica, administrativa e financeira. No artigo 214 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a lei estabeleceu o PNE, com duração decenal. Na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é aprovado o Plano Nacional de Educação, com duração de 10 (dez) anos, contado da publicação desta Lei, e dá outras providências.

Art. 9º. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade (BRASIL, 2014a).

Para a construção do PPP e da Gestão Democrática, resulta na luta contínua e coletiva da autonomia da escola, para sua criação e elaboração, tendo como princípio básico a participação de toda a comunidade escolar, nos processos de tomadas de decisões, examinando, refletindo e debatendo toda a ação educativa, assumindo com responsabilidade e coerência, os objetivos e metas percorridas, em busca de uma gestão democrática e de qualidade. Demo (2001) cita que a participação é uma conquista, neste caso da escola.

A meta 19 das 20 Metas do PNE (BRASIL, 2014a) confirma a gestão democrática nas escolas públicas, garantindo a consulta pública da comunidade escolar, no prazo de dois anos.

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

O Congresso Nacional aprova o PNE para o decênio 2014/2024, e sanciona a seguinte lei: “Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no artigo 214 da Constituição Federal” (BRASIL, 2014a).

No artigo 2º, estabelece as diretrizes do PNE (2014/2024) corroborando no inciso VI, o princípio da gestão democrática da educação pública.

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014a).

No artigo 3º, sanciona que todas as metas devem ser cumpridas de 2014 a 2024, não havendo prazo mínimo para o cumprimento das mesmas. De acordo com o PNE (BRASIL, 2014a): “As metas previstas no Anexo desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PNE, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas”.

No artigo 8º, assegura que os Planos de Educação devem ser elaborados e ou reformulados no prazo máximo de um ano pelos Estados, Distrito Federal e os Municípios, em conformidade com as diretrizes, metas e estratégias aprovadas no PNE - 2014/2024.

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados

em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei. PNE - 2014/2024 (BRASIL, 2014a).

O artigo 9º é mais específico quando sustenta a aprovação das leis específicas sobre a gestão democrática da educação:

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade (BRASIL, 2014a).

A estratégia nº 7.5 do PNE (BRASIL, 2014a), programa os Planos de Ações, efetivando as metas de qualidade determinadas para a educação básica pública e os procedimentos de apoio técnico, como financeiro, direcionando a qualidade da gestão educacional. Na estratégia 7.16, deixa claro o apoio técnico e financeiro à gestão escolar, reafirmando a participação da comunidade escolar no planejamento, no uso do recurso e na construção da gestão democrática.

7.5) formalizar e executar os planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar; [...]

7.16) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática; (BRASIL, 2014a).

Segundo o documento Planejando a Próxima Década, Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014b), reafirma os princípios da Constituição e determina a gestão democrática da educação, como regulamentação para a educação nacional.

Assim, a gestão democrática, entendida como espaço de construção coletiva e deliberação, deve ser assumida como dinâmica que favorece a melhoria da qualidade da educação e de aprimoramento das políticas educacionais, como políticas de Estado, articuladas com as diretrizes

nacionais em todos os níveis, etapas e modalidades da educação (BRASIL, 2014b, p. 59).

Sendo assim, o PNE compreende a gestão democrática, como espaço de elaboração e efetivação de toda a comunidade escolar, tendo em vista à melhoria da educação e de aperfeiçoando das políticas educacionais, como as políticas de Estados, juntamente com as políticas Nacionais.

A Resolução do Ministério da Educação (MEC) nº 4, de 13 de julho de 2010, juntamente com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Educação Básica (CEB), define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, no Capítulo III, Gestão Democrática e Organização da Escola, no artigo 54, faz citação a organização do trabalho pedagógico e da gestão da escola que possibilite a todos da instituição realizar o trabalho exposto no projeto político-pedagógico e nos planos da escola, tendo assim, as devidas condições de trabalho.

Art. 54. É pressuposto da organização do trabalho pedagógico e da gestão da escola conceber a organização e a gestão das pessoas, do espaço, dos processos e procedimentos que viabilizam o trabalho expresso no projeto político-pedagógico e em planos da escola, em que se conformam as condições de trabalho definidas pelas instâncias colegiadas (BRASIL, 2010a).

O artigo 55, refere-se à gestão democrática de forma ampla, mencionando a democratização, superando o autoritarismo no planejamento educacional, tendo como objetivo a cidadania plena e a consolidação do trabalho coletivo na escola.

No inciso I - faz referência à globalidade do ser humano, em busca da liberdade social e da ética; inciso II - superação das questões burocráticas, apropriando com coerência dos procedimentos políticos pedagógicos, objetivos institucionais e educacionais e a avaliação contínua; inciso III - espaços para discussão sobre a prática pedagógica, entre todos da comunidade educacional, em busca de resultados; inciso IV - construção de convivências interpessoais, entre todos da comunidade escolar; inciso V - espaço de convivência para os estudantes, propiciando-lhes momentos de aprendizagem, inciso VI - presença do gestor no dia a dia da instituição, em busca da qualidade na educação.

Art. 55. A gestão democrática constitui-se em instrumento de horizontalização das relações, de vivência e convivência colegiada, superando o autoritarismo no planejamento e na concepção e organização

curricular, educando para a conquista da cidadania plena e fortalecendo a ação conjunta que busca criar e recriar o trabalho da e na escola mediante:

I - a compreensão da globalidade da pessoa, enquanto ser que aprende, que sonha e ousa, em busca de uma convivência social libertadora fundamentada na ética cidadã;

II - a superação dos processos e procedimentos burocráticos, assumindo com pertinência e relevância: os planos pedagógicos, os objetivos institucionais e educacionais, e as atividades de avaliação contínua;

III - a prática em que os sujeitos constitutivos da comunidade educacional discutam a própria práxis pedagógica impregnando-a de entusiasmo e de compromisso com a sua própria comunidade, valorizando-a, situando-a no contexto das relações sociais e buscando soluções conjunta.

IV - a construção de relações interpessoais solidárias, geridas de tal modo que os professores se sintam estimulados a conhecer melhor os seus pares (colegas de trabalho, estudantes, famílias), a expor as suas ideias, a traduzir as suas dificuldades e expectativas pessoais e profissionais;

V - a instauração de relações entre os estudantes, proporcionando-lhes espaços de convivência e situações de aprendizagem, por meio dos quais aprendam a se compreender e se organizar em equipes de estudos e de práticas esportivas, artísticas e políticas;

VII - a presença articuladora e mobilizadora do gestor no cotidiano da escola e nos espaços com os quais a escola interage, em busca da qualidade social das aprendizagens que lhe caiba desenvolver, com transparência e responsabilidade (BRASIL, 2010a).

A Resolução CNE/CEB, nº 7 de 14 de dezembro de 2010, fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. A partir do artigo 20, relata sobre a gestão democrática e participativa como garantia do direito da educação, de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.

Art. 20 As escolas deverão formular o projeto político-pedagógico e elaborar o regimento escolar de acordo com a proposta do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos, por meio de processos participativos relacionados à gestão democrática.

§ 1º O projeto político-pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino.

§ 2º Será assegurada ampla participação dos profissionais da escola, da família, dos alunos e da comunidade local na definição das orientações imprimidas aos processos educativos e nas formas de implementá-las, tendo como apoio um processo contínuo de avaliação das ações, a fim de garantir a distribuição social do conhecimento e contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária.

§ 3º O regimento escolar deve assegurar as condições institucionais adequadas para a execução do projeto político-pedagógico e a oferta de uma educação inclusiva e com qualidade social, igualmente garantida a ampla participação da comunidade escolar na sua elaboração.

§ 4º O projeto político-pedagógico e o regimento escolar, em conformidade com a legislação e as normas vigentes, conferirão espaço e tempo para que os profissionais da escola e, em especial, os professores, possam participar de reuniões de trabalho coletivo, planejar e executar as ações educativas de modo articulado, avaliar os trabalhos dos alunos, tomar parte em ações de formação continuada e estabelecer contatos com a comunidade.

§ 5º Na implementação de seu projeto político-pedagógico, as escolas se articularão com as instituições formadoras com vistas a assegurar a formação continuada de seus profissionais (BRASIL, 2010b).

No § 1º Explicita sobre a proposta educativa elaborada pela comunidade escolar, através do Projeto Político-Pedagógico, dando ênfase ao exercício da emancipação. No § 2º Garante a participação de toda a comunidade escolar e local, nas ações educativas, apoiando a avaliação das mesmas, tendo em vista a idealização de uma sociedade democrática e igualitária. No § 3º O regimento escolar deve assegurar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico, como também a oferta de educação inclusiva e com qualidade social, garantindo a participação da comunidade escolar na organização. No § 4º O Projeto Político-Pedagógico e o Regimento Escolar certificarão espaço e tempo para os professores realizarem trabalho coletivo e articulado, tendo como objetivo a formação continuada e o contato com a comunidade escolar. No § 5º Certifica e assegura a formação continuada dos seus profissionais, devendo estar baseado em seu Projeto Político-Pedagógico (BRASIL, 2010b).

No artigo 21 e 23 da Resolução CNE/CEB, nº 7 de 2010 é feita novamente a referência sobre o Projeto Político-Pedagógico, declarando que no Projeto Político-Pedagógico do Ensino Fundamental e no Regimento Escolar, o aluno será considerado o centro do planejamento escolar, em busca da individualidade pessoal e social, tendo o direito de participar das discussões e implementações, com relação ao convívio na escola, o direito de evidenciar o que deve ser trabalhado no currículo escolar, como da mesma forma de participar das organizações estudantis. O cuidar e o educar serão inseparáveis da função da escola, assegurando a aprendizagem e o bem-estar do aluno, em todos os sentidos, na efetivação do PPP.

Art. 21. No projeto político-pedagógico do Ensino Fundamental e no regimento escolar, o aluno, centro do planejamento curricular, será considerado como sujeito que atribui sentidos à natureza e à sociedade nas práticas sociais que vivencia, produzindo cultura e construindo sua identidade pessoal e social.

Parágrafo único. Como sujeito de direitos, o aluno tomará parte ativa na discussão e na implementação das normas que regem as formas de relacionamento na escola, fornecerá indicações relevantes a respeito do que deve ser trabalhado no currículo e será incentivado a participar das organizações estudantis.

Art. 23. Na implementação do projeto político-pedagógico, o cuidar e o educar, indissociáveis funções da escola, resultarão em ações integradas que buscam articular-se, pedagogicamente, no interior da própria instituição, e também externamente, com os serviços de apoio aos sistemas

educacionais e com as políticas de outras áreas, para assegurar a aprendizagem, o bem-estar e o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões (BRASIL, 2010b).

O Parecer CNE/CEB nº 7/2010, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, anuncia que o Projeto Político-Pedagógico é sinalizado como proposta ou projeto pedagógico pela LDB, possibilitando uma escola mais democrática e autônoma.

O projeto político-pedagógico, nomeado na LDB como proposta ou projeto pedagógico, representa mais do que um documento. É um dos meios de viabilizar a escola democrática e autônoma para todos, com qualidade social. Autonomia pressupõe liberdade e capacidade de decidir a partir de regras relacionais. O exercício da autonomia administrativa e pedagógica da escola pode ser traduzido como a capacidade de governar a si mesmo, por meio de normas próprias (BRASIL, 2010c).

O PPP representa a identidade da escola, proporcionando democracia e a autonomia para todos da instituição escolar, através de pressupostos de construção e reconstrução coletiva do PPP, levando a participação de toda a comunidade escolar. Medel (2012, p. 6) declara que:

Um PPP vivo, construído coletivamente, que contemple as tensões entre a pluralidade cultural e os critérios e padrões inerentes a perspectivas políticas públicas sobre a escola, pode ser um instrumento central para balizar o cotidiano escolar. Pode servir de ponto de referência para decisões que dizem respeito ao funcionamento da escola, à qualidade do trabalho docente e ao desempenho discente, à função social da escola em relação à comunidade e à sociedade.

Com propósito de qualificar professores e gestores das escolas de educação básica públicas, em busca de consolidar a gestão baseada na qualidade social da educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (FNDE) do MEC, Resolução nº 24, de 16 de agosto de 2010, faz citação as bolsas pagas, para os programas de formação de professores.

Em seu parágrafo único, define: “São regulamentadas por esta resolução as bolsas pagas no âmbito dos seguintes programas de formação de professores: inciso, IV - Escola de Gestores - Programa Escola de Gestores da Educação Básica; [...]” (BRASIL, 2010d). O programa surgiu da urgência de construir a gestão baseada

na proposição da qualidade social da educação, qualificando os gestores das escolas de educação básica públicas, com oferta de cursos de formação à distância.

Na Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995, do Estado do Rio Grande do Sul, dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências.

Art. 1º. A gestão democrática do ensino público, princípio inscrito no artigo 206, inciso VI da Constituição Federal e no artigo 197, inciso VI da Constituição do Estado, será exercida na forma desta lei, com vista à observância dos seguintes preceitos:

- I - autonomia dos estabelecimentos de ensino na gestão administrativa, financeira e pedagógica;
- II - livre organização dos segmentos da comunidade escolar;
- III - participação dos segmentos da comunidade escolar nos processos decisórios em órgãos colegiados;
- IV - transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos;
- V - garantia da descentralização do processo educacional;
- VI - valorização dos profissionais da educação;
- VII - eficiência no uso dos recursos (RIO GRANDE DO SUL, 1995).

No artigo 2º, faz citação sobre a autonomia, administrativa, financeira e pedagógica. No artigo 3º, está bem claro que todo o estabelecimento de ensino estará sujeito ao monitoramento do Governador e do Secretário de Estado da Educação.

Art. 2º. Os estabelecimentos de ensino serão instituídos como órgãos relativamente autônomos, dotados de autonomia na gestão administrativa, financeira e pedagógica, em consonância com a legislação específica de cada setor.

Art. 3º. Todo estabelecimento de ensino está sujeito à supervisão do Governador e do Secretário de Estado da Educação, na forma prevista para as entidades da Administração Indireta (RIO GRANDE DO SUL, 1995).

No Art. 4º: “A administração dos estabelecimentos de ensino será exercida pelos seguintes órgãos: I - Equipe Diretiva – ED – integrada pelo Diretor, pelo Vice-Diretor e pelo Coordenador Pedagógico; e II - Conselho Escolar” (RIO GRANDE DO SUL, 1995).

No Capítulo III, Da Autonomia da Gestão Pedagógica, no Art. 75:

A Autonomia da Gestão Pedagógica dos estabelecimentos de ensino será assegurada: I - pela definição, no Plano Integrado de Escola, de proposta pedagógica específica, sem prejuízo da avaliação externa; II - pelo aperfeiçoamento do profissional da educação (RIO GRANDE DO SUL, 1995).

O Plano Integrado a que se refere o artigo deverá ser construído pelas escolas nas esferas administrativa, financeira e pedagógica, em concordância com as Políticas Públicas. Já o aperfeiçoamento do profissional da educação, a Secretaria de Educação articulará com as Instituições de Ensino Superior, para que em conjunto, realizem operações de aperfeiçoamento dos profissionais da educação, da rede pública estadual.

Fazendo referência ao Parecer nº 545/2015 do CEEEd sobre as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Sistema Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, faz alusão ao Conselho Escolar, determinando que:

A Lei de Gestão Democrática do Ensino Público determina que o Conselho Escolar é órgão máximo de decisão da escola com competência consultiva, deliberativa, fiscalizadora e executora nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras, cabendo aos seus membros, em nível de escola participar da elaboração e aprovação do Projeto Político-Pedagógico e do Regimento Escolar (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 9).

Com este parecer fica comprovada a determinação da Lei da Gestão Democrática do Ensino Público em relação aos Conselhos Escolares, como um órgão de decisão máximo, tendo a jurisprudência de participar das questões pedagógicas, administrativas e financeiras, como da mesma forma participar da construção e aprovação do PPP e do Regimento Escolar.

O Parecer Estadual nº 545/2015, faz menção às diretrizes gerais da gestão pedagógica e política da educação para o Estado do Rio Grande do Sul.

Repensar os territórios da escola e suas funções, bem como valorizar o tempo de dedicação dos profissionais da educação às diferentes atividades pedagógicas são quesitos fundamentais para uma educação de qualidade. Com o objetivo de aproximar a normatização da realidade escolar, dos segmentos da comunidade educacional e dos gestores da educação estas diretrizes gerais serão balizadoras da gestão pedagógica e política da educação para o Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 36).

Neste Parecer fica evidente a preocupação em refletir sobre os espaços da escola e suas incumbências, bem como o reconhecimento do tempo de dedicação dos profissionais às diversas atividades pedagógicas, levando a educação de

qualidade. O parecer citado deixa especificadas as diretrizes balizadoras da gestão pedagógica e política da educação para o Estado do Rio Grande do Sul.

Com relação à Lei Orgânica do Município de Pelotas, sancionada em 01 de janeiro de 1990, cidade onde foi realizada a intervenção, a gestão democrática se faz presente em quatro artigos, na Seção II da Educação.

Art. 169. A educação, enquanto um direito de todos, é dever do Estado e da sociedade, e deve ser baseada nos princípios da democracia, da liberdade de expansão, da solidariedade e do respeito aos direitos humanos, visando a constituir-se em instrumento do desenvolvimento da capacidade de elaboração e de reflexão crítica da realidade (PELOTAS, 1990).

O artigo 169 faz referência, a educação enquanto direito de todos, sendo exercício do Estado e da sociedade em proporcioná-la, devendo ser constituída nos fundamentos da democracia, liberdade, expansão, solidariedade e do respeito aos direitos humanos, levando ao crescimento da reflexão crítica da existência.

Os artigos a seguir deixam evidente a participação da comunidade escolar na proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino, assegurando a elaboração dos regimentos internos e a organização de associações, grêmios e outros, como da mesma forma a gestão democrática do ensino público.

Art. 171. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
VI - gestão democrática do ensino público, garantida a representação da comunidade escolar;
Art. 178. É assegurada às escolas municipais a elaboração de seus regimentos internos.
Art. 182. É assegurado, nos estabelecimentos de ensino municipal, aos pais, professores, alunos e funcionários, organizarem-se através de associações, grêmios ou outras formas (PELOTAS, 1990).

O Plano Municipal de Educação da Cidade de Pelotas, Lei 6.245, de 24 de junho de 2015 em seu artigo 1º faz alusão à aprovação do Plano Municipal de Educação, pela Câmara Municipal de Vereadores, com duração de dez anos, de acordo com o artigo 8º da Lei 13.005/2014. Assim: “Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, com duração de dez anos, na forma contida no Anexo desta lei, com vistas ao cumprimento do artigo 8º da Lei 13.005/2014” (PELOTAS, 2015).

No artigo 2º, faz menção a elaboração do Plano Municipal de Educação, sendo elaborado pela SMED e pelo Conselho Municipal de Educação, juntamente com a participação da sociedade.

No artigo 3º, o Plano Municipal de Educação é baseado pelos princípios de democracia e da autonomia.

Art. 2º. O Plano Municipal de Educação foi elaborado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Desporto e do Conselho Municipal de Educação, com participação da sociedade, e em conformidade com o Plano Nacional de Educação e demais legislações educacionais.

Art. 3º. O Plano Municipal de Educação reger-se-á pelos princípios da democracia e da autonomia (PELOTAS, 2015).

Os artigos apresentados deixam explícito que o Município de Pelotas aprovou o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015 até 2024, tendo a participação da comunidade escolar.

A partir da legislação apresentada analisa-se a base legal do PPP, considerando as esferas Nacional, Estadual e Municipal.

O PPP da escola Balbino Mascarenhas, da cidade Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul (RS), local da intervenção, foi atualizado no ano de 2010 e afirma conduzir a realização deste, por ser uma ação com propósitos bem definidos e com compromisso coletivo, com a comunidade escolar.

O P.P.P. foi construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola, com a finalidade de explicitar a concepção pedagógica do corpo docente, as bases teóricas e metodológicas da organização didática, a contextualização social, econômica, política e cultural da escola, a caracterização da clientela, a estrutura curricular, diretrizes metodológicas, sistema de avaliação e a estrutura organizacional e administrativa (PELOTAS, 2010, p. 4).

É notório que o PPP da escola foi elaborado e vivenciado em todos os momentos da sua construção, por todos os sujeitos da comunidade escolar, com o objetivo de especificar a concepção pedagógica da escola, bases teóricas, metodológicas, estrutura curricular, sistema de avaliação, estrutura organizacional e administrativa, revelando o contexto social, econômico, político e cultural da escola.

A filosofia, os valores e a missão que a escola destaca em seu PPP (PELOTAS, 2010, p. 7), “[...] propõe-se criar cidadãos, respeitando as classes e grupos sociais, tendo em vista a transformação, visando assim, a cooperação, a participação social para que os alunos se percebam como sujeitos da realidade pertencente”.

Para a escola alcançar o que se propõe, tem que manter-se unida, juntamente com a comunidade, dando ênfase e direcionando uma atitude política pedagógica, embasada em estudos, discussão e participação de todos os componentes escolares, com empenho e dedicação, tendo em vista a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

A construção do projeto político-pedagógico na escola é um trabalho coletivo dos profissionais ligados à educação empenhados em colocar sua profissão a serviço da democratização do ensino, embasadas em idéias e vontades estando no mundo como alguém capaz de realizar sonhos de projetar (PELOTAS, 2010, p. 14-15).

De acordo com o PPP, a escola aponta preocupação com os seus alunos, de forma ampla, desenvolvendo o processo crítico e criativo, considerando o desenvolvimento para a vida, como sujeitos que irão mudar a sociedade através de atitudes sociais de colaboração, responsabilidade e comprometimento ético.

A escola demonstra estar inquieta com o processo de democratização, a partir do momento que fica evidente a atenção com a participação da comunidade escolar no desenvolvimento do processo do projeto político-pedagógico, em busca do direito de exercer a cidadania e a democracia.

A grande preocupação como professora desta escola e como pesquisadora deste espaço, é que o PPP não era avaliado desde 2010, pelo corpo docente e pela comunidade, o documento refere-se à preocupação com a participação da comunidade escolar no desenvolvimento do processo educativo, mas este não estava atualizado, conforme seus novos alunos e professores.

Portanto, aprofundou-se sobre as bases legais que referenciam a Gestão Democrática e o Projeto Político-Pedagógico, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, (aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e publicada em 5 de outubro de 1988); a LDBEN (Lei nº 9.394, de 1996); Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 2001 e Lei nº 13.005, de 2014), como da mesma forma a (Lei nº 10.576, de 1995), do Estado do Rio Grande do Sul, dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público, a Lei Orgânica da Cidade de Pelotas de 1990, Plano Municipal de Educação (Lei 6.245, de 2015) e o PPP (2010) da Escola Municipal de Ensino Fundamental Balbino Mascarenhas, assim como resoluções e pareceres, na qual sancionam a busca pela democratização e autonomia dos sistemas de ensino, a partir da participação da

comunidade escolar, em busca pela melhoria da qualidade do ensino, através da gestão democrática.

2.3 Projeto Político-Pedagógico

O Projeto Político-Pedagógico é um documento que mostra os caminhos a serem percorridos pela escola, devendo ter clareza e consistência em seus objetivos e propósitos, sendo um documento balizador das ações e do trabalho pedagógico, carecendo ser avaliado constantemente, é de extrema importância à sua construção, efetivação e avaliação permanente por todos os membros da comunidade escolar.

Para Veiga (2013, p. 32): “Primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico. Segundo, ela imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos”.

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1975, p. 1144 apud VEIGA, 2013, p. 12), a palavra projeto “[...] vem do latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento. Redação provisória de lei. Plano geral de edificação”. Para Vasconcellos (1995, p. 145), o PPP é entendido:

[...] como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade.

O PPP é um documento que nunca estará pronto e definido, pois na caminhada diária o planejamento vai se estruturando de forma a qualificá-lo, demonstrando assim, qual a ação educativa a escola tem como objetivo e finalidade.

De acordo com Medel (2012, p. 3), o PPP é percebido como:

O projeto político-pedagógico (PPP) da escola retrata a sua identidade. Será um trabalho de construção e reconstrução que exige a participação de todos: equipe administrativa, diretor geral, diretor adjunto, secretário, auxiliares de secretaria, agente administrativo; equipe técnico-pedagógica, coordenador pedagógico, orientador pedagógico, orientador educacional; funcionários, serventes, merendeiras, inspetor de alunos; alunos, responsáveis pelos alunos e membros da comunidade local.

Ao elaborar o PPP a escola projeta as suas intencionalidades do que deseja e pretende para o futuro, tendo como intenção atender as demandas e ir à busca de uma escola melhor para a sua comunidade, levando-a a um processo de autonomia das ações no cotidiano escolar, ou seja, o PPP é um projeto que orienta as atividades educativas futuras, estabelecendo finalidade e intuito a ser cumprido. Veiga (2013) entende o PPP como a sistematização do trabalho educativo em sua totalidade.

Todo projeto supõe *rupturas* com o presente e *promessas* para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p. 579, grifo do autor).

As palavras que compõem o nome do documento, afirmam muito sobre o mesmo, Projeto, porque reúne ideias e propostas do que deve ser atingindo pela escola em um determinado período. Político, porque a escola busca formar cidadãos críticos, criativos e conscientes de suas ações, enquanto sujeito da sociedade. Pedagógico, porque planeja, sistematiza e determina os projetos educativos da escola, tendo como principal propósito o processo de ensino-aprendizagem dos seus alunos e sua formação.

Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável. Neste sentido é que se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, [...]. Por outro lado, propicia a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pode parecer complicado, mas trata-se de uma relação recíproca entre a dimensão política e a dimensão pedagógica da escola (VEIGA, 2013, p. 13).

A procura pelo PPP organizado e revisto periodicamente mostra a preocupação e o interesse da escola pelo seu processo pedagógico vivenciado diariamente, em busca de superar as dificuldades e necessidades existentes. Para constituir-se em um processo democrático e de autonomia, só se concretizará se for estruturado e vivenciado por todos os membros da comunidade escolar, levando em conta a realidade da escola e de seus sujeitos, assim sendo, todos devem estar

cientes dos objetivos e finalidades que a escola pretende alcançar, de modo a ser um processo realmente democrático, tornando-se autores do processo de transformação.

Para a construção do projeto político-pedagógico, devemos ter claro o que se quer fazer e porque vamos fazê-lo. Assim, o projeto não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar (VEIGA, 2001, p. 56).

Na elaboração do PPP, deve-se ter clareza qual a função da escola, onde pretende chegar e quais as dificuldades e necessidades a serem eliminadas, tornando a elaboração e construção um processo real de ação-reflexão-ação, da comunidade escolar, tendo o cuidado de não ser um mero documento exequente, sem reflexão e argumentação.

Pensar o projeto político-pedagógico de uma escola é pensar a escola no conjunto e a sua função social. Se essa reflexão a respeito da escola for realizada de forma participativa por todas as pessoas nela envolvidas, certamente possibilitará a construção de um projeto de escola consistente e possível (VEIGA, 2001, p. 57).

Em muitos casos o PPP é elaborado pela equipe diretiva, mas não é pensado e discutido pela comunidade escolar, ficando retido nas gavetas e armários da escola, sem o conhecimento dos seus professores e demais sujeitos, assim a escola percorre, mas sem saber quais os seus reais objetivos e metas a serem atingidas, sendo assim, a elaboração, execução e avaliação devem ser percorridos pelo coletivo da escola e não apenas por alguns membros do processo educativo.

No processo de Gestão Democrática, a elaboração, efetivação e avaliação do PPP se dão a partir da construção coletiva e da reflexão constante do processo educativo, baseado no diálogo e na colaboração, levando a um processo participativo e democrático, em busca de mudanças e educação de qualidade.

Para a efetiva consolidação do Projeto Político-Pedagógico é necessário que todos os membros, mas principalmente os professores estejam inteirados sobre o PPP da sua escola, reconhecendo o seu significado, sua importância, e de que modo realmente os objetivos propostos podem ser alcançados de forma coletiva, autônoma e democrática pela instituição.

Para Macedo (1991, p. 132), “[...] quanto mais são as trocas de energia, informação e matéria que um sistema estabelece com o ‘meio’, maior é a sua riqueza, a sua complexidade, as possibilidades de construção da autonomia”.

O PPP proporciona autonomia à escola para elaborar suas propostas e definir suas metas, é importante que o projeto tenha finalidade e estabeleça propósitos definidos e alinhados, como da mesma forma seja revisitado sempre que a comunidade escolar sentir necessidade, realizando a avaliação do processo educativo, levando em consideração a transformação da realidade.

A autonomia é um conceito relacional (somos sempre autônomos de alguém ou de alguma coisa) pelo que a sua ação se exerce sempre num contexto de interdependência e num sistema de relações. A autonomia é também um conceito que exprime um certo grau de relatividade: somos mais, ou menos, autônomos; podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não o ser em relação a outras. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis (BARROSO, 1996, p. 17).

A avaliação do PPP é a análise e reflexão das ações do cotidiano, levando em consideração o que está sendo efetivado pela escola, direcionando reconfigurações necessárias e traçando novos objetivos a serem percorridos, como ponto de partida, tendo como propósito uma ação lucida e sistemática das ações diárias da escola. Portanto, o PPP atualizado e organizado periodicamente por todos os membros, possibilita a escola a ser mais autônoma e democrática.

2.4 Avaliação Institucional

O principal objetivo da avaliação institucional é qualificar o processo educacional, levando em consideração o processo de ensino-aprendizagem dos educandos, conseqüentemente avaliando e qualificando o Projeto Político-Pedagógico, documento este balizador das ações da escola.

A avaliação institucional deve estar assegurada no PPP da escola, tendo claro os seus objetivos, indicadores, princípios, finalidades, e a concepção de avaliação a ser realizada, e principalmente o relatório no final do processo, assim, como os resultados, estes deverão ser entregues a comunidade escolar, tendo como objetivo, corrigir os problemas, e evitar novos à instituição escolar.

Da mesma forma, de acordo com Gadotti (2010, p. 13, grifo do autor):

[...] a avaliação institucional e escolar coloca em evidência o projeto institucional, os fins da educação e as concepções pedagógicas, ela se constitui num momento privilegiado de discussão do *projeto político-pedagógico* da escola.

A avaliação institucional tem como propósito identificar as carências da escola e realizar as devidas intervenções, ou seja, usar o resultado da avaliação para qualificar a escola como um todo e os sujeitos que dela participam, a avaliação torna-se um instrumento para a busca da qualidade escolar, tendo como principal objetivo a concretização e a ação-reflexão-ação de todo o processo educacional.

A participação da comunidade escolar é de extrema importância para a avaliação institucional, o processo deve acontecer juntamente com os alunos, professores, pais, funcionários e equipe diretiva, envolvendo toda a comunidade.

Segundo Melchior (2004), para obter-se a qualidade que tanto se quer na educação, tem que conquistar um grande número de sujeitos da comunidade escolar para participar, principalmente nos momentos de avaliação da escola, tendo como meta principal a mudança.

Tanto se fala em avaliação institucional nos últimos tempos, pois há hoje empoderamento da mesma dentro das instituições escolares, em busca de investigação e da melhoria da educação. Como continuidade do trabalho, apresenta-se o conceito de Avaliação Institucional.

2.4.1 Conceituando Avaliação Institucional

Segundo informação do INEP e da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), disposta no site da Gerência de Avaliação Institucional da Universidade Estadual de Goiás, a avaliação institucional “[...] é um processo sistemático de identificação de méritos e de valores, de fatos e de expectativas; é uma atividade complexa que envolve: múltiplos instrumentos; diferentes momentos; diferentes agentes” (GERÊNCIA... 2011?, s./p).

A avaliação institucional é um meio de investigação, em busca de solucionar os problemas existentes na escola, estabelecendo propósitos e objetivos, evidenciando as soluções e efetivando a realização, em busca da melhoria no que foi diagnosticado, como sendo contratempo.

Para Gadotti (2010, p. 1, grifo do autor), “[...] a *avaliação institucional* tornou-se preocupação essencial para a melhoria dos serviços das escolas e universidades e para a conquista de maior autonomia”.

A avaliação institucional deve ser vista como um instrumento que acompanha as atividades da escola, em um processo contínuo, de forma a elaborar, ajustar e qualificar os projetos da instituição, na qual, devem estar sinalizados na proposta central da escola, e no PPP, efetuando assim, as alterações quando necessárias.

Avaliar a Educação Básica significa atribuir aos gestores responsabilidades e critérios para a realização de uma avaliação criteriosa e séria que leve em conta as discussões de todo o grupo e aponte, através do anúncio de uma concepção de educação, o lugar que se deseja ocupar na educação de seus integrantes (MALAVASI, 2010, p. 87).

De acordo com Melchior (2004), na avaliação democrática, não pode pensar em avaliar apenas o aluno, ou o professor, mas efetivar a avaliação do todo da instituição escolar, pois existem muitas outras questões que desorganiza o processo educacional, que devem ser avaliados da mesma forma, como o aluno e o professor, quanto mais amplo for a avaliação, mais qualificada a escola se tornará, levando assim, a qualidade à instituição.

Pensar em educação de qualidade implica pensar em democratização dos espaços institucionais educativos e de reconhecer, de forma consciente e reflexiva, os erros institucionais que vêm acontecendo no decorrer dos tempos, sem deixar de perceber os vínculos que existem entre participação, avaliação e inovações que vão gerá-la (MELCHIOR, 2004, p. 16).

Luckesi (1997, p. 17), reforça quando afirma que, “[...] não tenho dúvidas sobre o potencial transformador da avaliação, na medida em que a sua função é subsidiar a busca dos resultados mais satisfatórios possíveis”. Esse é o propósito da avaliação institucional, desde que ela seja realizada de forma democrática, reflexiva, crítica e flexível.

Quando se afirma sobre o processo de qualificação da escola, corrobora-se também, sobre a qualificação dos seus profissionais, pois no momento que qualifica as ações do espaço, qualificam-se os sujeitos, tornando necessárias as reflexões sobre as suas próprias ações.

A função principal da avaliação é subsidiar e fornecer informações relevantes ao processo de tomada de decisão dos indivíduos envolvidos nos programas para melhoria da qualidade da educação. A avaliação é parte integrante da organização escolar e do desenvolvimento curricular. Isto tanto para os administradores usarem os resultados para orientar suas ações, no sentido de estimular e fomentar iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade da educação, como para cada um, individualmente, fazer sua auto-avaliação e buscar a autoqualificação (MELCHIOR, 2004, p. 34).

Portanto, a avaliação institucional tem como guia diagnosticar as necessidades existentes na escola, ou nas grandes instituições, criando meios para solucionar os impasses, juntamente com a comunidade escolar, levando a qualidade para a educação, de forma democrática e autônoma.

2.4.2 Objetivos, Participação e Implicações da Avaliação Institucional

A avaliação institucional consiste em organizar a escola, a partir do diagnóstico, para a construção de novos planejamentos e projetos, alcançando novos objetivos, tendo como principal intuito a qualificação da instituição como um todo. Para tanto, Luckesi (1995, p. 43) corrobora com esta ideia, quando afirma que:

A avaliação deve ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento de identificação de novos rumos. Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos.

Além, de diagnosticar as necessidades evidenciadas pela avaliação, a gestão escolar deve providenciar meios para que sejam sanadas, de forma que consiga eliminar as causas para tais carências, não solucionando conhecer os problemas da instituição escolar se não forem tomadas as devidas decisões, tendo como objetivo transformar a realidade escolar.

Conforme Libâneo (2004, p. 237), “[...] faz-se necessário uma coleta de dados e informações, por meio de diferentes instrumentos de verificação, para saber se os objetivos previstos estão sendo atingidos”.

A avaliação institucional tem grande importância para o PPP, devendo ser avaliado a todo o momento, pois retoma assim, a sua filosofia, objetivos, finalidade, pressupostos e as metas da escola, a partir de um processo democrático. Conquistaremos uma educação de qualidade, através de uma gestão democrática

definida no PPP, ou seja, elaborar e proporcionar espaços para democratização dentro da escola, de forma reflexiva e perspicaz, é extremamente necessário.

Assim, o grande objetivo, ao avaliar a escola básica, é renovar e levar adiante, cada vez, com mais qualidade, o Projeto Pedagógico organizado pela comunidade escolar, sem deixar de considerar seu contexto e sua história institucional (MELCHIOR, 2004, p. 81).

O propósito da avaliação institucional é qualificar a escola como um todo, a todo o momento e não somente em determinados períodos, de forma coletiva com a comunidade escolar, podendo ser sugerida pelos próprios participantes da escola, tendo como propósito reconhecer as dificuldades, evidenciar soluções e administrar as ações, com base nas correções. O grande objetivo de qualificação da escola é desenvolver e aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos, consequentemente qualificando todos os envolvidos na instituição.

Para avaliação institucional acontecer de forma efetiva, é importante o consentimento de todos que fazem parte da comunidade escolar, professores, alunos, pais, gestores, esta aceitação não acontece de forma rápida, à mesma deve ser exposta, indicando os objetivos e benefícios que trará à instituição.

Segundo Gadotti (2010, p. 3), “[...] o envolvimento e a participação dos professores, pais, alunos e a comunidade é fundamental para dar credibilidade e legitimidade ao processo de avaliação do sistema educacional”.

A aceitação só acontecerá se a instituição escolar mobilizar os sujeitos para a efetiva participação, de forma democrática e não autoritária, para tanto deve ser realizadas reuniões periódicas, apresentando à comunidade escolar a importância da avaliação institucional, o porquê da realização, os objetivos, as propostas, procedimentos, e as ações que serão realizadas após a avaliação, de forma que a comunidade compreenda a necessidade e a importância desta ação para a instituição escolar.

Para a realização da avaliação institucional pressupõe-se que todos, participantes e avaliadores, tenham o mesmo juízo sobre o funcionamento da instituição, o conceito de qualidade sobre o que se pretende alcançar. Isso se consegue através de liderança eficiente que oportuniza o diálogo, favorece a participação e o comprometimento dos atores do processo (MELCHIOR, 2004, p. 35).

Após a apresentação da avaliação institucional, a comunidade escolar tem que estar disposta a participar de forma clara e consciente, da elaboração e execução, como da mesma forma, da efetivação das correções. A avaliação é realizada com a intenção de mudança, qualificando assim o fazer pedagógico da escola.

Na realização da avaliação institucional deve-se considerar a realidade da comunidade escolar, de forma que o avaliador conheça a escola avaliada e os sujeitos que dela fazem parte, conhecer o todo da escola é extremamente importante para uma avaliação fidedigna e coerente.

De igual modo, a avaliação institucional deve ter em consideração todos os aspectos da vida da escola, no que diz respeito às estruturas, aos órgãos de administração e gestão, aos meios e recursos, às finalidades educativas, aos currículos, às formas de participação de todos os actores educativos e suas práticas, aos constrangimentos, às políticas, às expectativas e necessidades, aos valores e representações, às dimensões materiais e simbólicas, às relações interpessoais e às interacções com o Estado, com a sociedade e com o meio local, aos sucessos e insucessos, aos percursos realizados e aos projectos de futuro (ESTEBAN, 2008, p. 44).

No processo da avaliação escolar, é imprescindível a autonomia e a autoreflexão dos sujeitos. Desta forma, terão a capacidade de avaliarem as próprias ações e para tal, a autoavaliação deve fazer parte deste processo. Segundo Lück (2006), a autonomia é um processo social que ocorre diariamente, baseada em decisões coletivas, tendo como objetivo solucionar as dificuldades encontradas, levando a proporcionar educação de qualidade aos educandos.

Autonomia é característica de um processo social de realização cotidiana, que se expressa mediante iniciativas coletivas, orientadas para a resolução dos problemas afetos à escola e sua capacidade de oferecer educação de qualidade para seus alunos. Portanto, não é uma entidade delegada e sim um processo construído no dia-a-dia, a partir do entendimento e decisão dos participantes da escola sobre o seu modo de ser e de fazer (LÜCK, 2006, p. 94).

A implicação que a avaliação institucional gera nas escolas ou em âmbito maior como nas universidades, é a cultura da mudança, do querer mudar para qualificar o processo da instituição, alcançando objetivos maiores e mais satisfatórios.

O querer mudar só acontecerá quando a comunidade escolar sentir a necessidade de melhorar o processo educacional, o desenvolvimento para a

mudança não é rápido, ele pode tornar-se lento, porém não pode ser deixado de lado.

De acordo com Melchior (2004), para que as instituições escolares mudem é necessário, que as políticas governamentais participem da mudança, nas condições físicas, materiais, estruturais da escola e de seus funcionários. Além destes, outros fatores são relevantes, como a vontade de mudar, desenvolvimento dos profissionais, atividades compartilhadas com a comunidade escolar, atitude de dedicação e firmeza, iniciativa de mudança pela instituição escolar e tempo apropriado para impactar o grupo a participar da mudança.

O processo de mudança é o grande impacto da avaliação, pois a partir do diagnóstico, acontecerá a mudança, levando a qualificação tanto profissional, como pessoal dos profissionais da educação, trazendo proveitos para a comunidade escolar, principalmente para o processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

2.4.3 Avaliação realizada por avaliadores internos, externos e em equipe

A avaliação institucional é um instrumento diagnóstico que auxilia na qualificação dos sujeitos da escola, como as suas ações, a avaliação pode ser uma avaliação interna, de pessoas que pertence à escola, avaliação externa, onde são avaliadores externos a escola, ou avaliadores internos somando com avaliadores externos à instituição escolar.

Avaliação interna pode ser realizada por pessoas da comunidade escolar, como os próprios gestores ou pode ser criada uma equipe de avaliadores, de profissionais da escola, para realizar a avaliação da instituição, a partir do momento que surge a necessidade de avaliação interna, é possível que a comunidade já esteja em processo de mudança e, conseqüentemente, em busca da qualificação profissional e pessoal.

No caso da auto-avaliação, ou seja, da avaliação interna promovida pela própria comunidade escolar, segundo seus conceitos, seu ritmo, suas finalidades e suas regras, existe forte possibilidade de o processo ser participativo, dirigido ao social e destinado aos próprios sujeitos para efeitos de melhoria institucional, individual e coletiva (DIAS SOBRINHO, 2001, p. 15).

A avaliação a ser realizada pelos avaliadores internos deve ter como propósito o diagnóstico, organização do projeto, execução das ações, e por último, construção do relatório, com os resultados, devendo a comunidade escolar, ser comunicada da avaliação, das ações e seus resultados. Conforme Santos Guerra (1993, p. 104), “[...] se existe um desejo de fazer uma avaliação é porque existe uma preocupação com a qualidade do trabalho e com as estratégias de melhora”.

Avaliação realizada por avaliadores externos à instituição é uma avaliação perigosa, pois não conhecem a realidade escolar profundamente, como os avaliadores internos, os sujeitos avaliados podem sentir-se controlados, por serem pessoas estranhas à sua instituição escolar, pois se avaliação não for bem direcionada pelos gestores, pode tornar-se uma avaliação autoritária, apenas em busca de números, ou seja, tornar-se uma avaliação quantitativa e não uma avaliação qualitativa, sendo um risco que se corre, se as finalidades não estiverem pautadas com clareza.

Na escola campo da intervenção, nunca foi realizada uma avaliação externa à mesma, a única avaliação sistemática organizada pela Secretaria de Educação e Desporto (SMED) para todas as escolas do município é a Avaliação Diagnóstica para alunos do 3º e 5º ano do Ensino Fundamental, a qual busca analisar o nível de ensino-aprendizagem dos educandos.

[...] percebe-se que a avaliação feita em um curto espaço de tempo, por avaliadores externos, pode ser inconsistente e não atingir as metas previstas ou até mesmo prejudicar um grupo ou alguns avaliados. Também, porque a ênfase não deve ser nos resultados, mas nas melhorias que vão ocorrendo durante o processo, a partir dos dados que subsidiam a avaliação (MELCHIOR, 2004, p. 71).

Para que a comunidade escolar tenha confiança nos avaliadores externos, os gestores têm que cativarem todos os participantes no processo de avaliação, de modo a conquistá-los, pois é importante a participação de toda a comunidade escolar, tendo confiança, liberdade e cooperação com os avaliadores externos.

A avaliação institucional torna-se muito mais rica, quando realizada por avaliadores internos, ou seja, a equipe gestora, professores, alunos, servidores, pais ou uma comissão criada pela comunidade escolar, juntamente com avaliadores externos, pois os avaliadores externos têm a preparação e a experiência com a ação de avaliação em instituições educacionais.

De acordo com Melchior (2004, p. 71), “[...] assim, para qualificar as ações, a avaliação interna é a mais importante e se fortalecerá se confrontada com a avaliação externa”.

Os avaliadores internos devem estar dispostos a apresentarem toda a documentação da escola, a realidade da comunidade escolar e o que desejam com a avaliação a ser realizada. O objetivo neste momento é o auxílio entre os avaliadores internos e externos no processo de avaliação, em busca das ações e posteriormente dos resultados.

Portanto, as avaliações institucionais realizadas com avaliadores internos, externos, ou o trabalho em equipe, deve ter como objetivo a melhoria e a qualidade da educação e, por conseguinte, de todos os sujeitos que dela fazem parte.

2.4.4 Resultados da Avaliação Institucional

A avaliação institucional tem como objetivo a mudança do processo e a qualificação educacional, desta forma é preciso ter os resultados dos diagnósticos realizados pelos avaliadores, para posteriormente realizar as ações, em busca de novos resultados positivos.

Este processo entre o diagnóstico e as ações a serem realizadas, é um processo de longo prazo, não se realiza a avaliação de uma instituição em pouco tempo, pois, desta forma, pode não ser condizente com a realidade e com as necessidades.

É significativo que seja elaborado indicadores dos objetivos a serem alcançados por toda a comunidade, com caráter de clareza e lucidez, com princípios da Gestão Democrática, como também os princípios citados abaixo.

[...] os princípios da participação, da democracia, da transparência e da responsabilização são também os que devem estar subjacentes à problematização em torno da avaliação institucional, da avaliação da gestão e, mais genericamente, também da avaliação educacional (ESTEBAN, 2008, p. 54).

A avaliação institucional deve ser pensada como um processo para a qualidade na educação, devendo ter como desfecho, as ações que foram elaboradas e executadas, em busca de novos resultados.

A finalidade de realizar a avaliação institucional é ir à busca de decisões positivas, tornando os resultados da avaliação um processo público com a comunidade escolar, sendo extremamente imprescindível, não ficando apenas retido na instituição escolar.

O resultado do processo de avaliação institucional, não é só responsabilidade da gestão escolar, dos alunos ou dos professores, porém, de toda a instituição escolar, não existe sucesso ou fracasso de um grupo da escola, mas de todos os participantes.

Melchior (2004, p. 40), afirma que, “[...] a busca da melhoria da qualidade institucional exige espaço de aperfeiçoamento individual de cada componente do grupo e coletivo nas ações que são de responsabilidade do grupo como um todo”.

Após a realização da avaliação institucional deverá ser construído para ficar registrado na escola um documento final com os resultados obtidos no processo avaliativo, como da mesma forma todo o planejamento e a metodologia para a realização da avaliação.

De acordo com Melchior (2004, p. 42), “[...] assim, se faz necessária a elaboração de relatórios tanto para a divulgação dos resultados como para serem utilizados no planejamento da etapa seguinte do processo”.

Desse modo, a avaliação só terá sentido, se todo o processo for realizado em conformidade, havendo ligações coerentes entre os objetivos, propósitos, resultados e ações. Os resultados da avaliação institucional têm como destino a qualificação do processo educacional como um todo.

Em alguns casos, a escola avalia, mas ainda tem medo de ser avaliada, quando a avaliação acontece de forma democrática, não autoritária e impositiva, a escola e seus sujeitos, não tem porque terem medo. A avaliação institucional identifica as necessidades, imprecisões, e persegue a qualidade no processo educacional. Este, por fim, se evidenciará no processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos.

O que se deseja com a avaliação institucional em âmbito maior é a melhoria de metas, qualidade do ensino e progressão de princípios democráticos, embasados na autonomia dos alunos, professores e comunidade escolar, levando autorreflexão.

Para se efetivar a participação da comunidade escolar, é necessário que a instituição faça um chamamento para a participação de toda a comunidade,

mobilizando assim, a participação em todos os projetos elaborados, como também na construção, efetivação e avaliação do PPP.

A avaliação dos avaliadores internos à escola ou externos, deve ser direcionada com objetivos e propostas definidas e evidentes, que busque a eficiência e eficácia de todo o processo da avaliação. Em relação aos resultados da avaliação, estes devem ser bem analisados e estudados, antes da elaboração das ações, como da mesma forma comunicados à comunidade escolar de forma transparente e categórica.

Dessa forma, a avaliação institucional é um processo consecutivo, lento e amplo, mas com a participação de todos os interessados por uma educação de qualidade, torna-se prazeroso, qualificando assim a gestão escolar como um todo, ou seja, a avaliação institucional é um caminho para a educação de qualidade.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Neste capítulo apresento o Relatório Crítico-Reflexivo anunciando a metodologia de pesquisa, sendo ela qualitativa, de cunho intervencionista. A pesquisa qualitativa não pode ser traduzida por indicadores quantitativos, pois trata de uma pesquisa que analisa conceitos, fatos e acontecimentos. De acordo com Minayo (2010, p. 21) “[...] ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

A pesquisa qualitativa começa com um questionamento, ou seja, um problema evidenciado, para o qual se busca a solução, tendo como resultado, a resposta ou o produto para tal, dando assim origem a novos questionamentos.

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Segundo os dois autores, a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11).

Embasado nos estudos de Minayo (2010, p. 26), o trabalho de estudos em pesquisa qualitativa é dividido em três etapas importantes: “[...] (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e tratamento do material empírico e documental”.

A pesquisa do tipo intervenção visa elaborar, executar e analisar, avaliando assim, as ações pedagógicas. Este tipo de pesquisa foi escolhido, pois a intervenção realizada aconteceu no local de trabalho, na EMEF Balbino Mascarenhas, na cidade de Pelotas/RS.

Denominam-se intervenções as interferências (mudanças, inovações), propositadamente realizadas, por professores/pesquisadores, em suas práticas pedagógicas. Tais interferências são planejadas e implementadas com base em um determinado referencial teórico e objetivam promover avanços, melhorias, nessas práticas, além de pôr à prova tal referencial, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre os processos de ensino/aprendizagem neles envolvidos. Para que a produção de conhecimento ocorra, no entanto, é necessário que se efetivem avaliações rigorosas e sistemáticas dessas interferências (DAMIANI, 2012, p. 3).

Embasada nas ideias de Damiani (2012) defino esta pesquisa, como pesquisa do tipo intervenção pedagógica, pois são dados gerados no próprio local da intervenção, partem do propósito de transformar e contribuir com as práticas

educacionais, trabalha-se com dados pesquisados e analisados constantemente e, por último, sua avaliação é guiada por métodos científicos, ou seja, métodos rigorosos e fidedignos.

Segundo Damiani (2012, p. 8), é de extrema importância na pesquisa do tipo intervenção, considerar que:

a) o método da intervenção, que descreve a prática pedagógica implementada, de maneira detalhada, fundamentando-a teoricamente; b) o método de avaliação da intervenção, que especifica os instrumentos de coleta e análise de dados utilizados para tal intervenção. Essa segunda parte do relato assemelha-se ao método descritivo em qualquer tipo de pesquisa empírica em que há preocupação com o rigor exigido por toda a atividade científica que visa a produzir conhecimento sobre a realidade estudada.

Neste sentido, para comportar o diagnóstico e a intervenção, os seguintes autores compõem o referencial teórico-metodológico da pesquisa qualitativa: Lüdke e André (1986) e Minayo (2010); pesquisa do tipo intervenção: Damiani (2012); entrevista e análise documental: Bauer e Gaskell (2002), Gil (2011), Goldenberg (2004), Lüdke e André (1986) e Minayo (2010); e diário de campo: Bogdan e Biklen (1994 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009), Falkembach (1987 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009), e Gerhardt e Silveira (2009).

Na sequência, o método de intervenção terá como referência a elucidação de como a intervenção pedagógica foi realizada, apresentando o desenvolvimento e os instrumentos de coleta de dados utilizados para o diagnóstico, o método de avaliação da intervenção descreverá como se deu o processo de análise dos dados.

3.1 Diagnóstico da Pesquisa

O plano de intervenção foi organizado a partir do diagnóstico, que se utilizou de entrevistas do tipo semiestruturadas (APÊNDICE A), elaboradas por mim, e a análise documental é o PPP instituído pela escola.

3.1.1 Coleta de Dados e Instrumentos Metodológicos

Os sujeitos foram escolhidos para a entrevista com o propósito de identificar o conhecimento deles sobre o PPP, a importância, quais as principais questões

pedagógicas que sentem como necessidade de dialogar e refletir frente ao PPP, enfatizando as ações diárias da escola e se acreditam ser importante ter momentos de estudos e reflexões em nossa escola e de que forma podem contribuir em nossa prática.

A entrevista é um das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, sociólogos, pedagogos, assistentes sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem-se dessa técnica, não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnósticos e orientação (GIL, 2011, p. 109).

Para Lüdke e André (1986), a entrevista é uma das ferramentas principais para a coleta de dados, sendo uma das primordiais técnicas aplicadas em pesquisas das ciências sociais. Por este motivo foi escolhida a entrevista, como sendo um dos processos de análise de dados mais verídicos para o trabalho de investigação.

De acordo com Minayo (2010, p. 64), entrevista do tipo semiestruturada “[...] combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”.

As entrevistas foram gravadas para obter melhores dados da conversação, como da mesma forma prestando muita atenção na reação dos entrevistados, perante as perguntas, mantendo um clima de segurança e respeito para com suas respostas. Conforme Bauer e Gaskell (2002, p. 82), “[...] o entrevistador deve ser aberto e descontraído com respeito à gravação que pode ser justificada como ajuda à memória ou um registro útil da conversação para uma análise posterior”. Para Lüdke e André (1986, p. 37), “[...] a gravação tem a vantagem de registrar as expressões orais, imediatamente, deixando o entrevistador livre para prestar toda a sua atenção ao entrevistado”.

A entrevista foi realizada na própria escola, na sala da orientadora, sendo um local tranquilo e sem interrupções, apenas a entrevistadora e o entrevistado, encontravam-se na sala.

Goldenberg (2004, p. 90) diz que “[...] o pesquisador precisa respeitar as limitações do pesquisado quanto ao local e ao tempo da entrevista”. Foi apresentado o roteiro da entrevista, para o entrevistado estar ciente das perguntas antes de começar a gravação, ou seja, a entrevista propriamente dita.

Baker (1988, p. 182 apud GIL, 2011, p. 115-116) trata de algumas regras gerais referentes à elaboração do roteiro:

- a) As instruções para o entrevistado devem ser elaboradas com clareza; [...]
- b) As questões devem ser elaboradas de forma a possibilitar que sua leitura pelo entrevistador e entendimento pelo entrevistado ocorram sem maiores dificuldades; [...]
- c) Questões potencialmente ameaçadoras devem ser elaboradas de forma a permitir que o entrevistado responda sem constrangimentos; [...]
- d) Questões abertas devem ser evitadas. Quando são elaboradas questões deste tipo, o entrevistador deve anotar as respostas; [...]
- e) As questões devem ser ordenadas de maneira a favorecer o rápido engajamento do respondente na entrevista, bem como a manutenção do seu interesse.

Qualquer instrumento escolhido para a coleta de dados terá suas vantagens e desvantagens, da mesma forma a entrevista. De acordo, com Goldenberg (2004, p. 88) as vantagens são:

Pode entrevistar pessoas analfabetas; É mais fácil falar para o entrevistador, do que para escrever; Maior facilidade de ter a resposta desejada para a pesquisa; Podem-se verificar as contradições nas respostas; Conseguem-se verificar as emoções do entrevistado a respeito do assunto; Permite-se maior profundidade sobre o assunto; Estabelece relação de respeito e confiança sobre o entrevistado e entrevistador, facilitando, o surgimento de novos e importantes dados.

Em relação as desvantagens podem ser consideradas que:

O entrevistador pode afetar as respostas do entrevistado; A relação de confiança pode-se tornar tão íntima, perdendo a objetividade; A relação com o entrevistado é construída de uma só vez. É fácil confrontar as respostas; O entrevistador fica dependente das respostas do entrevistado (GOLDENBERG, 2004, p. 88-89).

Para não comprometer a entrevista, é necessário que o pesquisador conheça bem o seu tema de pesquisa, estando preparado para abordar o entrevistado, tendo o máximo de prudência para não sair do foco das perguntas e do tema.

Como qualquer relação pessoal, a arte de uma entrevista bem-sucedida depende fortemente da criação de uma atmosfera amistosa e de confiança. As características pessoais do pesquisador e pesquisado são decisivas. É muito importante não se criar antagonismo ou suspeita nas primeiras abordagens. As atitudes e opiniões do pesquisador não podem aparecer em primeiro plano. Ele deve tentar ser o mais neutro possível, não sugerindo

respostas. É sempre útil começar com perguntas mais fáceis e não ir longe demais no início (GOLDENBERG, 2004, p. 90).

Para a realização das entrevistas, foi estabelecida a escolha de seis professoras, uma de cada segmento, desde o pré-escolar até o 5º ano do Ensino Fundamental, juntamente com a professora da sala de Atendimento Educacional Especializado. E uma entrevista com uma professora auxiliar e a coordenadora pedagógica, totalizando um total de nove sujeitos entrevistados, tendo como objetivo conhecer a necessidade que as mesmas evidenciavam como sendo, importantes debater e discutir no PPP da referida escola.

O critério de seleção se deu pelo tempo de atividade na EMEF Balbino Mascarenhas, sendo que cinco das professoras trabalhavam a mais de dois anos na escola, e as demais professoras trabalhavam a menos de doze meses nesta instituição escolar.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi apresentado às professoras (APÊNDICE B), sendo explicado pormenorizadamente, com aconteceria todo o processo da entrevista, garantindo o anonimato do entrevistado, sendo que suas entrevistas foram utilizadas para fins de pesquisa, sendo garantido o sigilo.

Existem seis passos para a entrevista qualitativa, sendo que a análise é uma constante no processo de pesquisa.

1. Prepare o tópico guia; 2. Selecione o método de entrevista: individual, grupal ou uma combinação dos dois; 3. Delineie uma estratégia para a seleção dos entrevistados; 4. Realize as entrevistas; 5. Transcreva as entrevistas; 6. Analise o *corpus* do texto (BAUER; GASKELL 2002, p. 88, grifo dos autores).

3.1.2 Análise Documental do PPP

Realizou-se a análise documental do PPP, sendo ele o principal documento do processo de pesquisa, pois é o documento balizador das ações da escola, e as entrevistas, na qual foram estudadas e analisadas, juntamente com PPP, realizando assim, o cruzamento das falas com o documento oficial.

Para Lüdke e André (1986, p. 38), “[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja

complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Gil (2011) afirma ter como vantagens na análise de conteúdo, a consciência dos acontecimentos, proporciona a transformação das investigações sociais e culturais, tendo também como vantagens o baixo custo e o pesquisador obtém os dados sem a intimidação do pesquisado.

A análise documental sendo considerada uma técnica tem suas vantagens, porém, possui suas desvantagens, podendo saná-las acrescentando outros métodos de coleta de dados.

As críticas mais frequentes feitas ao uso de documentos são [...]. A primeira delas é que os documentos são amostras não-representativas dos fenômenos estudados. [...] Outra crítica ao uso de documentos é sua falta de objetividade e sua validade questionável. [...] (GUBA; LINCOLN, 1981 apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 40).

O modo de utilizar a análise documental faz-se referência ao tipo de documento que está sendo analisado. Para Lüdke e André (1986), existem análises documentais tipo oficial, sendo que o PPP faz parte deste tipo de documento, do tipo técnico, tipo pessoal, material instrucional ou um trabalho escolar, podendo ser utilizado apenas um desses tipos ou uma conciliação deles.

3.1.3 Achados do Processo de Investigação

Os dados coletados no instrumento de diagnóstico trazem informações sobre os sujeitos entrevistados e percepções referentes ao PPP. O instrumento de investigação encontra-se em Apêndice A.

Para fins de aprofundamento da análise, os dados foram inicialmente organizados em Matrizes Analíticas que seguem abaixo.

Quadro 1 - Matriz analítica 1: Caracterização da entrevista

BLOCO 1	PRINCÍPIOS INVESTIGATIVOS	QUESTÃO	TABULAÇÃO
CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS ENTREVISTADOS:	Tempo de atuação no Magistério	1.1	Quadro 1
	Tempo de atuação na Rede Municipal de Pelotas	1.2	Quadro 1
	Tempo de atuação na Escola	1.3	Quadro 1
	Nível de Formação	1.4	Quadro 1
	Área de Formação	1.5	Quadro 1
	Carga horária de trabalho (semanal/em horas)	1.6	Quadro 1

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

Quadro 2 - Matriz analítica 1.1: Caracterização dos sujeitos entrevistados

Professoras:	Tempo de atuação no Magistério	Tempo de atuação na Rede Municipal de Pelotas	Tempo de atuação na Escola	Nível de Formação	Área de Formação	Carga horária de trabalho (semanal/em horas)
A	13 anos	13 anos	8 meses	Especialização em Educação Infantil	Espanhol e Secretariado Trilíngue.	40 h.
B	11 anos	3 anos	3 anos	Pós-Graduação Incompleta, Psicopedagogia	Pedagogia	40 h.
C	14 anos	14 anos	12 anos	Especialização em Psicopedagogia	Pedagogia, Séries Iniciais	40 h.
D	31 anos	25 anos	23 anos	Pós-Graduação em Educação	Pedagogia	40 h.
E	Um ano	9 anos	Um ano	Especialização em AEE	Pedagogia	40 h.
F	28 anos	26 anos	5 anos	Pós-Graduação Mestrado em Educação	Pedagogia	40 h.
G	Um ano e 6 meses	Um ano e 6 meses	8 meses	Especialização em Educação	Pedagogia	40 h.
H	15 anos	15 anos	3 anos	Especialização em Orientação Educacional e em Educação Especial em andamento	Pedagogia	40 h
I	33 anos	Um ano	8 meses	Pedagogia Séries Iniciais	Pedagogia	40 h.

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

Quadro 3 - Matriz analítica 2: Princípios Investigativos

BLOCO 2	PRINCÍPIOS INVESTIGATIVOS	QUESTÃO	TABULAÇÃO
PERCEPÇÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO:	Estudos e reflexões na escola e de que forma pode contribuir na prática.	2.1	Quadro 2
	Conhecimento sobre o PPP e há quanto tempo.	2.2	Quadro 2
	Questões pedagógicas da escola para dialogar e refletir.	2.3	Quadro 2
	As questões pedagógicas apontadas estão incluídas no PPP.	2.4	Quadro 2
	Momentos e espaços para discussão e reflexão do PPP.	2.5	Quadro 2
	Quando foi a última reunião para discussão do PPP.	2.6	Quadro 2
	Importância de estudar, refletir e avaliar o PPP em relação às ações diárias na escola.	2.7	Quadro 2
	Propostas formativas, mais produtivas.	2.8	Quadro 2
	Interesse em participar de Rodas de Conversa e momentos de Escrita Reflexiva	2.9	Quadro 2

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

Quadro 4 - Matriz analítica 2.1: Percepções sobre o Projeto Político-Pedagógico

PROFESSORAS:	Estudos e reflexões na escola.	Conhecimento sobre o PPP e há quanto tempo.	Questões pedagógicas da escola para dialogar e refletir.	As questões pedagógicas apontadas estão incluídas no PPP.	Momentos e espaços para discussão e reflexão do PPP.
P.A.	Acho muito bom.	Não, nunca li.	Alfabetização.	Não, conheço o PPP.	Não se fala no PPP, mas temos espaço para discussão.
P.B.	Acho muito importante.	Nunca tive acesso.	Comportamento dos alunos e responsabilidade das famílias.	Acredito que não.	Não.
P.C.	Eu acho ótimo.	Sim, há dois anos.	Teoria e prática na sala de aula.	Não.	Reuniões gerais, não para discutir o PPP.
P.D.	Acho muito importante.	Sim, desde que estou na escola.	Inclusão, de acordo com a realidade dos alunos.	Eu acho que deveria ter mais, isso eu sinto falta.	Não lembro.
P.E.	Acho importante.	Conheço, pois quando entrei na escola eu pedi e dei uma lida.	Indisciplina dos alunos.	Que me recorde, não.	Não participei.
P.F.	Eu penso que seria essencial.	Conheço uma versão antiga.	Inclusão, Avaliação.	Não.	Infelizmente, não vejo grandes espaços.
P.G.	Eu acho que deveria ter mais tempo de estudos e reflexão.	Não conheço.	Avaliação.	Acredito que não estejam.	Há espaço para reflexão e discussão, mas não baseado no PPP.
P.H.	Contribui muito, tem muito a contribuir.	Não, não conheço, aqui nessa escola	O conhecimento do próprio PPP.	Eu não conheço o PPP, mas acredito que sim.	Eu nunca tive acesso a esse PPP, não sei o texto dele

		não.			na íntegra, não conheço, e também nem sei de quando é.
P.I.	Eu acho fundamental.	Não, não conheço.	Alfabetização na Educação Infantil.	Acredito que sim.	Não, não!

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

Quadro 5 - Matriz analítica 2.1: Percepções sobre o Projeto Político-Pedagógico (continuação)

PROFESSORAS:	Quando foi a última reunião para discussão do PPP.	Importância de estudar, refletir e avaliar o PPP em relação às ações diárias na escola.	Propostas formativas, mais produtivas.	Interesse em participar de Rodas de Conversa, Estudo e Produção Escrita.
P.A.	Não, não teve.	Eu acho que uma discussão do PPP, consegue não uniformizar, mas consegue alinhar o pessoal com o mesmo pensamento.	Relato de experiências, Trabalho em grupo e Palestras.	Sim, com certeza, até para conhecer o PPP da nossa escola.
P.B.	Que eu me lembre não ouve.	Acredito que sim, muito importante, no momento é o que está nos faltando.	Que seja mais interativo.	Eu acho bem interessante, porque aí a gente vai ter como se posicionar.
P.C.	Nos fizemos, uma reunião o ano passado.	Acredito que sim, porque, assim, como eu, os demais professores também não estão inteirados no PPP.	Leitura e discussão de textos, palestras.	Com certeza, porque acredito que vai fazer com que a nossa escola fique cada vez melhor e ter mais conhecimento sobre o nosso PPP.
P.D.	Não lembro.	Sim, claro que sim, mas isso	Relato de	Tudo é válido, tudo que a gente

		é fora da nossa realidade, não existe.	experiências e Leitura e discussão.	possa participar para melhorar a escola.
P.E.	Desde que eu estou aqui não teve.	Sim, porque tem que ter a cara da escola.	Leitura e discussão de texto.	Com certeza, seria muito bom.
P.F.	Acho que nunca teve, só para discutir PPP, eu não lembro desde que estou aqui.	Certamente, eu penso que a gente tem que rever o nosso PPP.	Leitura e discussão de texto.	Eu tenho, porque eu penso que a gente precisa avançar.
P.G.	Eu não participei de nenhuma nesse ano letivo na escola.	Acredito, com certeza.	Leitura e discussão de textos, Relato de experiências, trabalho em grupo.	Eu tenho interesse, porque acho importante sim.
P.H.	Há mais ou menos uns três anos.	Com certeza, porque eu penso que ele tem que estar em constante atualização.	Leitura e discussão de textos, Relato de experiências.	Com certeza, porque eu acho que posso contribuir de alguma forma com minha prática, com minha experiência, com certeza gostaria de participar.
P.I.	Não, nesse ano não lembro.	Com certeza.	Leitura e discussão de textos, Relato de experiências.	Sim, porque gosto de estar sempre me renovando.

Fonte: Produzido pela pesquisadora.

3.1.4 Análises dos Princípios Investigativos sobre o Projeto Político-Pedagógico

A caracterização profissional das professoras entrevistadas, no Bloco 1, evidencia que sete das nove professoras tem mais de dez anos de tempo de atuação no Magistério, sendo que duas das professoras têm em média dois anos de experiência profissional.

O tempo de atuação na Rede Municipal de Pelotas revela que cinco das professoras tem mais de 10 anos de atuação no Município de Pelotas, quatro das demais professoras tem menos de dez anos na Rede Municipal.

O tempo de atuação das professoras na EMEF Balbino Mascarenhas, consta que uma das nove professoras entrevistadas tem mais de 20 anos de atuação nesta escola, outra professora com mais de dez anos, sendo que as demais ficam em um espaço de tempo menor que dez anos.

As professoras entrevistadas demonstraram ter alto nível de formação acadêmica, sendo sete das nove entrevistadas, tem Pós-Graduação em Especialização, como por exemplo, em Psicopedagogia, Educação, Atendimento Educacional Especializado, Orientação Educacional, Educação Especial e Educação Infantil, uma das profissionais tem Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação, formada pela Universidade Federal do Pampa de Jaguarão, apenas uma das professoras não tem Especialização, tendo em sua área de formação Pedagogia de Séries Iniciais.

Oito das nove professoras evidenciaram ter como área de formação, a Pedagogia, apenas uma das professoras entrevistadas é formada em Espanhol e Secretariado Trilíngue. Todas as professoras entrevistadas têm 40 horas semanais, em sua carga horária de trabalho e um alto nível de formação, como da mesma forma o tempo de atuação no magistério, na Rede Municipal de Pelotas e de atuação na Escola.

As percepções sobre o Projeto Político-Pedagógico das professoras entrevistadas tiveram como Princípios Investigativos as seguintes questões, o que pensam em termos momentos de estudos e reflexões em nossa escola, de que forma podem contribuir em nossa prática, se conhecem o PPP e há quanto tempo? Em relação ao primeiro questionamento sobre termos momentos de estudos e reflexão na escola, todas as entrevistadas afirmaram ser muito importante e fundamental este

espaço de discussão sobre a realidade da escola, como da mesma forma a avaliação do PPP. Três professoras trouxeram em suas falas as seguintes considerações.

A professora P.F. afirmou que:

Eu penso que seria essencial esses momentos de estudo e reflexão pra que possamos conversar sobre as questões pedagógicas da escola, para que a gente possa junto construir dentro da escola, esses momentos de forma mais consistentes, não tão esporádicos como acontece hoje em dia na maioria das escolas [...].

A professora P.G. declarou que:

Eu acho que deveria ter mais tempo de estudo e reflexão, porque às vezes com a troca, com os colegas contribui bem mais na prática do que o estudo isolado [...].

A professora P.H. evidenciou, afirmando que:

Eu considero o PPP muito importante, mas penso que ele deveria ser mais discutido e mais divulgado, acho que contribui muito, tem muito a contribuir [...].

Todas as professoras entrevistadas mostraram interesse em estudar e refletir sobre a prática pedagógica e o PPP, acreditando ser importante o espaço para discussão e reflexão. De acordo com Imbernón (2011), a formação do professor deve ser na e para a mudança mediante estudo e reflexão em equipe, abrindo caminhos para a autonomia profissional, partilhando assim conhecimento com o grande grupo.

Formar o professor na mudança e para a mudança por meio do desenvolvimento de capacidades reflexivas em grupo, e abrir caminho para uma verdadeira autonomia profissional compartilhada, já que a profissão docente deve compartilhar o conhecimento com o contexto (IMBERNÓN, 2011, p. 15).

A maioria das professoras afirmou na segunda questão em relação ao conhecimento sobre o PPP e há quanto tempo que desconhecem o documento, cinco das professoras afirmaram não conhecer e nunca tiveram acesso. Já as demais ressaltaram que conhece, o relato das professoras trazem algumas respostas a essa pergunta.

Professor P.C.:

Sim, há dois anos.

Professora P.D.:

Sim, desde que estou na escola.

Professora P.E.:

Conheço, pois quando entrei na escola eu pedi e dei uma lida.

Professora P.F. destacou que:

Conheço uma versão antiga.

Nas afirmações, constata-se que apenas algumas das professoras têm conhecimento sobre o PPP, pois como, por exemplo, a P.C. conhece apenas há dois anos, a professora P.E. deu uma lida no PPP, mas não houve o momento da discussão com as demais colegas. Já a Professora P.F. conhece apenas uma versão antiga, a única professora que afirmou realmente conhecer o PPP, é a P.D. conhecendo desde que entrou na escola.

Fica evidente que o PPP não é conhecido pela grande maioria das professoras que atuam na escola, sendo assim, podemos constatar que o mesmo não é estudado e discutido há algum tempo, pelo fato de que a maioria das professoras desconhece o PPP da escola, na qual atuam, constatando-se que não há um trabalho integrado e coletivo de discussão na mesma. De acordo com Medel (2012), a construção do PPP deve ser discutida na coletividade, estimulando e garantindo a participação da comunidade escolar, em busca de ações solidárias.

O trabalho da escola deve estar baseado na discussão coletiva, assim ela pode melhorar a qualidade dos serviços que presta à comunidade e estimular ações compartilhadas entre seus membros, tendo em vista a realização de sua maior tarefa: a construção do PPP. Esse PPP necessita do trabalho coletivo nos diversos momentos de sua elaboração, com o objetivo de garantir ações solidárias entre os diversos sujeitos da escola (MEDEL, 2012, p. 34).

É de extrema importância a participação dos membros da escola, em todos os momentos, nas ações pedagógicas do dia a dia e na construção do trabalho pedagógico, de forma coletiva, só assim a escola conseguirá resolver as dificuldades encontradas, como da mesma forma na elaboração, efetivação e avaliação do PPP.

A participação de todos é imprescindível, na elaboração e avaliação do PPP, desta forma, os professores irão conhecer e integrar-se ao documento, que sinaliza a identidade da escola, no qual indicam os objetivos, o percurso e a meta a ser seguida. Baseada nas respostas das professoras, fica claro que a participação do coletivo na construção e avaliação do PPP pouco acontece, pois é pequeno o número das entrevistadas que afirmaram conhecê-lo.

O trabalho coletivo e a participação de todos os membros da escola são fundamentais para a elaboração, construção e avaliação do PPP, o trabalho pedagógico só terá sucesso quando o coletivo participar da concepção das ações pedagógicas.

A escola é um espaço educativo e o trabalho que é realizado dentro dela não pode ser pensado nem realizado no vazio e na improvisação. O PPP é o instrumento que possibilita à escola inovar a prática pedagógica dos docentes e dos demais membros da comunidade escolar, na medida em que apresenta novos caminhos para as situações que precisam ser modificadas (MEDEL, 2012, p. 35).

O PPP deve ser elaborado pelo grande grupo e não apenas por uma ou duas pessoas, mas sim por todos os integrantes do processo escolar, no entanto, o conhecimento sobre o documento que indica a identidade da escola deve ser conhecido por todos os membros, que baseado nas entrevistas ficou evidente que isso não acontece neste espaço educativo.

Em relação às questões pedagógicas da escola que as professoras desejam dialogar e refletir em relação ao PPP, frente a esta proposta de intervenção, ficou destacado questões como, Alfabetização, Comportamento dos alunos e responsabilidade das famílias, Teoria/prática na sala de aula, Inclusão, Indisciplina Escolar, Avaliação, Conhecimento sobre o PPP e a Gestão.

A Avaliação foi o item mais indicado, onde três professoras deixaram visível a necessidade de dialogar e refletir sobre este tema, já a Inclusão, foi comentada por duas professoras entrevistadas, como sendo importante, dar continuidade ao estudo, pois em nossa escola há um trabalho efetivo sobre a Inclusão, incentivado pela professora da sala de AEE.

A Professora P.D. evidenciou como questão pedagógica a ser discutida, a Inclusão, ratificando ser importante sempre pensar no aluno e na realidade do mesmo.

Acho que sempre tem que refletir a partir do nosso aluno, das necessidades e realidade dele, que a cada dia nos surpreende com alguma coisa nova, ainda mais com a inclusão [...].

A Professora P.F. destacou em sua fala, a discussão pedagógica, como sendo necessário dialogar e refletir, questões como Inclusão, Gestão e Avaliação.

Eu, assim, eu penso que a gente tem várias questões pra dialogar, refletir sobre a nossa prática, o nosso processo de ensinagem, refletir sobre a inclusão, que é a área que eu atuo, então sempre puxo muito, porque penso que se a gente discutir inclusão, a gente discuti a aprendizagem para todos, refleti sobre a questão da gestão, enquanto promotora dessas situações de encontro, refleti sobre qual é o papel mesmo dentro de cada um dentro na escola, a questão da avaliação acho importante também refletir, mas assim, também penso que a escola tem que ter, não sei bem como te dizer, mas acho que ela deveria ter uma identidade que ela não tem, qual a linha pedagógica dessa escola, eu não sei, acho que isso é importante discutir.

A Professora P.G. ressaltou a questão da Avaliação, como sendo algo necessário a ser pensado juntamente com o grupo de professores, tendo-a algumas dúvidas sobre a avaliação e a aprendizagem dos alunos.

Eu acho que é a questão da aprovação e do diálogo com o aluno, pois muitas vezes a gente acaba facilitando e ajudando, e deixando o aluno avançar sem ter condições, acho que isto é uma coisa importante de ser revista, eu não sei até que ponto isso é válido para o aluno ir avançando de série, sem ter aquele aprendizado significativo, porque vai chegar um dado momento que ele vai empaca, devidas as suas dificuldades, essa é a parte mais importante que eu vejo.

A Professora P.H. salientou que deveria ser revistas questões, como a organização da escola, sendo que se efetivará através do conhecimento do PPP.

Eu acho que organização. Eu acho muito importante, e acho em função disso que todo mundo deveria conhecer o PPP, porque tem algumas coisas que eu acho que ficam a desejar assim, nessas questões pedagógicas, devem ser mais cobradas, mas para cobrar tu tens que ter conhecimento, então acho que a gente precisa conhecer mais o PPP.

Todas as questões acima citadas foram dialogadas e refletidas perante o PPP, analisando assim como são postas no documento que identifica a escola e a sua identidade, e como são organizadas no dia a dia da escola, ficando notória, a necessidade de ponderação, entre as questões de Avaliação, Inclusão e Conhecimento sobre o PPP e a Gestão da Escola, lembrando que as demais,

também foram analisadas, construindo assim, subsídios através da avaliação do PPP.

Ficou visível que há a necessidade de discussão de temas que as professoras sentem a carência e a deficiência, na qual citam a vontade de dialogar e refletir confrontando com o PPP da escola. Essas necessidades foram diagnosticadas na entrevista e na intervenção realizada, tiveram como tópicos de discussão, revisitando e confrontando o PPP. Medel (2012), afirma que as necessidades devem ser diagnosticadas através de uma investigação, possibilitando o conhecimento das adversidades pelos profissionais, permitindo assim a reorganização dos desafios.

Para isso, inicialmente, é necessário identificar os desafios cotidianos, o que pode ser feito mediante a investigação da própria ação desenvolvida pela escola. Essa investigação permite aos profissionais a identificação dos desafios práticos vividos no cotidiano da escola. Além disso, auxilia a diferenciar as dificuldades de natureza individual daquelas de caráter profissional, permitindo à equipe gestora o acompanhamento das interações que os diversos sujeitos mantêm nesse espaço, do uso que fazem dos recursos disponíveis, de suas formas de reflexão e suas propostas de ação (MEDEL, 2012, p. 31).

Outra questão que reafirmou a necessidade de estudos e de reflexões sobre o PPP é o desconhecimento por parte das professoras em afirmar sobre as questões pedagógicas citadas, se estão incluídas ou não no PPP da escola, corroborando assim com o desconhecimento em relação ao documento. Das nove professoras entrevistadas sete afirmaram que acreditavam que as questões apontadas não estavam incluídas no PPP, e duas das professoras reafirmaram que acreditavam que sim, que deveriam estar mencionadas no PPP.

As próximas questões inquiridas na entrevista: Se em nossa escola há momentos e espaços para a discussão e reflexão, considerando o PPP da mesma? E quando foi a última reunião para refletir e discutir sobre o mesmo? A resposta foi unânime enquanto ao primeiro questionamento, que não há reuniões para discutir o PPP, que não há grandes espaços para a discussão sobre o mesmo, ficando gritante que não existem momentos para as demandas sobre o PPP, ou seja, o mesmo não é avaliado pela equipe de docentes.

As respostas deixam explícito que o PPP não é discutido e refletido pelo corpo docente, uma vez que a maioria das professoras responde nunca ter

participado de nenhuma reunião com esse fim, ou faz muito tempo que não há essa discussão na escola.

Segundo Libâneo, Oliveira e Toschi (2007, p. 178), “[...] deve-se cuidar que o PPP esteja em permanente avaliação, em todas as suas etapas e durante todo o processo, a fim de garantir o caráter dinâmico da vida escolar em todas as suas dimensões”.

É de extrema importância o diálogo e a reflexão sobre as ações diárias, embasadas no PPP, levando em consideração a realidade e a identidade da escola, por este motivo, é necessário e relevante à avaliação contínua, onde as ações e as estratégias do processo educativo sejam constantemente avaliadas.

A partir da investigação realizada através da entrevista, ficou claro que o processo de reflexão e avaliação das ações pedagógicas, fundamentadas no PPP, não acontece na escola.

Dando sequência à entrevista o próximo Princípio Investigativo se deu em relação a ser significativo estudar, refletir e avaliar o PPP em relação as nossas ações diárias na escola. As respostas das professoras foram unânimes, afirmando que é de extrema importância estudar e refletir o PPP, conhecendo-o e devendo estar em constante avaliação.

De acordo com Medel (2012), a avaliação é necessária e fundamental para conduzir o processo educativo e suas implicações, fazendo-se necessário elaborar estratégias para a sua permanência.

A avaliação é de extrema importância para a efetivação do PPP, avaliar as ações diárias, os projetos, as propostas, as necessidades, os impasses, e avaliar constantemente a busca para as conclusões e deliberações, o processo de avaliação deve ser revisto a todo o momento em que o próprio PPP está sendo analisado, fazendo com que todos da comunidade escolar participem, tornando assim, uma gestão democrática e participativa, lembrando que a escola é de todos.

As respostas das professoras mostram o interesse em estudar, refletir e avaliar o PPP, ficando indiscutível nas afirmações abaixo:

Professora P.A.:

Eu acho que uma discussão do PPP consegue não uniformizar, mas consegue alinhar o pessoal com o mesmo pensamento da escola.

Já a Professora P.B. declarou:

Acredito que sim, muito importante, no momento é o que está nos faltando, porque, é para que a gente consiga na escola, em quanto direção, equipe diretiva e o grupo todo de funcionários, professores consiga trabalhar junto, num mesmo patamar para chegar num mesmo objetivo, e não é o que esta acontecendo, né?

A Professora P.C. afirmou:

Acredito que sim, porque, assim, como eu, os demais professores também não estão inteirados do PPP.

A Professora P.D. destacou que:

Sim, claro que sim, mas isso é fora da nossa realidade, não existe, eu pelo menos não tenho isso bem claro, é porque eu procuro, eu procuro estar sempre em contato, até porque já fui coordenadora, e eu sei mais ou menos o Projeto da escola e eu procuro com isso caminhar sempre ao encontro a ele.

A Professora P.E. evidenciou:

Sim, porque tem que ser a cara da escola, não adianta ter um documento que não reflete a situação que os professores vivem, porque aí não é válido, porque eu acho que o PPP tem que ser construído com os professores, e é uma construção que tem que ser feita todos os anos, [...], então vamos pensar em soluções, em medidas para isto, em projetos e tem que colocar dentro do PPP, porque ele é a identidade, porque a partir do momento que não coloca dentro do Projeto Politico-Pedagógico da escola aquilo não existe, tu não tens base legal para tu te amparares, acredito eu que seja assim.

A Professora P.E. deixa visível a necessidade do PPP atualizado, que retrate a realidade da escola, devendo ser construído por aqueles que fazem parte da mesma, que vivem a realidade do dia a dia, na qual deve ser reavaliado a todo o ano letivo, não apenas no começo, meio ou fim, mas a todo o momento, buscando soluções para as preocupações que envolvem a escola, sendo ele um documento que ampara a todos, como deixou bem nítido em sua fala, o PPP é um documento que auxilia a escola nas suas tomadas de decisões, trazendo assim, a sua missão, objetivos e valores para com a sociedade, onde está inserido. De acordo com Villas Boas (1998), tratar PPP demanda tratar de avaliação, devendo ser reavaliado a todo o momento.

Falar de projeto político-pedagógico implica em falar de avaliação, por ser esta a categoria do trabalho escolar que o inicia, o mantém no andamento desejável, por meio de contínuas revisões de percurso, e por oferecer elementos para a análise do produto final (VILLAS BOAS, 1998, p. 180).

A Professora P.F. trouxe também evidente a sua angústia a respeito:

Certamente, eu penso que a gente tem que rever o nosso PPP, porque ele tem que estar em sintonia, com o que a gente vem fazendo na escola, que ele não seja só um documento de gaveta, mas que ele realmente esteja relacionado, e balizando as nossas ações, como eu te disse antes, eu acho assim, como eu, as minhas colegas desconhecem o PPP, porque o que acontece, tradicionalmente na maioria das escolas, não acho que seja só aqui, elas fazem o PPP na gestão e apresentam aquilo assim, com detalhes, enchem o PPP, mas não se para pra fazer a discussão dele, assim, sistematicamente, então ele cai em desacordo com o que a gente vem fazendo, eu não sei bem se está em desacordo, se a gente realmente segue o que está ali, segue porque segue, mas não intencionalmente.

Marino (2003, p. 18), afirma que os objetivos, a atitude democrática e problematizadora devem estar acordados tanto pela a escola, como pelos professores, diante das mudanças que surgem no decorrer da avaliação do PPP.

Para que essa construção se torne possível, a escola e os professores devem alinhar os objetivos e assumir uma atitude democrática e problematizadora diante das mudanças que ocorrem na avaliação do projeto, estabelecendo-o definitivamente como um processo integrado e contínuo na vida do projeto.

As demais professoras também trouxeram em suas falas o quanto é importante estudar, refletir e avaliar o PPP em relação às nossas ações diárias na escola, todas as respostas foram consonantes.

Os dois últimos princípios investigativos indagados nesta pesquisa referem-se às propostas formativas mais produtivas, neste processo de avaliação do PPP, e se as professoras têm interesse em participar de Rodas de Conversa com 20 h/ano, “Avaliando o nosso PPP e por quê”? Em relação às preferências das professoras às propostas formativas, cinco professoras escolheram Relatos de Experiências, duas, Trabalho em Grupo, duas Palestras, Leitura e Discussão de Texto foi escolhida sete vezes, praticamente todas as entrevistadas escolheram Leitura e Discussão de Texto, sendo que cada professora podia escolher mais que uma das propostas indicadas na entrevista.

Em relação ao interesse em participar das Rodas de Conversa afirmaram querer participar, conforme o posicionamento abaixo, Professora P.A.:

Sim, com certeza, até para conhecer o PPP da nossa escola, para saber se realmente estou fazendo o que é certo, de acordo coma realidade da escola e para trocar experiências com as colegas.

Professora P.B. afirmou:

Eu acho bem interessante, porque aí a gente vai ter como se posicionar, e como saber avaliar as coisas, questionar e sugerir algumas coisas, e é daí que surgem as ideias e surgem os posicionamentos, a gente que tem 40 horas na escola, na sala de aula, é muito importante ter esse entrosamento, essa participação, e estar bem inteirado do Projeto Político-Pedagógico da escola, é muito importante.

Professora P.C. relatou:

Com certeza, porque eu acredito que vai fazer com que a nossa escola fique cada vez melhor e ter mais conhecimento sobre o nosso PPP.

Professora P.D.:

Olha, até gostaria, mas acho que todos tem que se comprometerem e atuarem naquilo, senão não tem valor nenhum, então eu acho que sim, tudo é válido, tudo que a gente possa participar para melhorar a nossa escola, a nossa educação e melhorar a qualidade do nosso ensino para os nossos alunos, tudo é válido.

Professora P.E. destacou:

Com certeza, seria muito bom, até porque a gente não tem tempo dentro da escola pra fazer isso, a gente tem a nossa hora atividade, mas que a gente faz as atividades sozinhas, a gente não está em conjunto com a colega, não está trocando com os colegas, e a gente não tem tempo, tanto que tu pega qualquer reunião que tem e passa um baita tempo conversando, se é um tema pertinente, a gente passa um baita tempo conversando, acho que sim, é válido.

Todas as demais professoras P.F., P.G., P.H. e P.I., também afirmaram ser importante participar da proposta de trabalho, conforme o detalhamento acima.

Conforme com Medel (2012, p. 35), “[...] o PPP é o instrumento que possibilita à escola inovar a prática pedagógica dos docentes e dos demais membros da comunidade escolar, na medida em que apresenta novos caminhos para as situações que precisam ser modificadas”.

As reflexões teóricas apontadas neste trabalho tiveram como questão essencial a avaliação institucional interna da referida escola e o PPP, tendo como objetivo a avaliação do processo educativo e a qualidade do sistema educacional, dando ênfase à importância da autoavaliação escolar, com base no documento balizador da escola, o PPP.

O grande objetivo da avaliação permanente na instituição, sustentado no PPP, é a busca de avanço na qualidade do ensino, refletindo assim, no processo de ensino-aprendizagem. A ausência da avaliação permanente do PPP dificulta e bloqueia o desenvolvimento da ação pedagógica: é fundamental a ação contínua de estudos, reflexão e de encaminhamento de novas propostas, combatendo os problemas da escola e as dificuldades evidenciadas no seu dia a dia, dessa forma, superando os obstáculos.

Para a elaboração, implementação e avaliação do PPP é de suma importância a ação coletiva de todos os membros da escola, embasada no diálogo e na autonomia, lembrando que o mesmo dá suporte para a organização do trabalho pedagógico, evidenciando a identidade da escola, reconstruindo assim, as ações e finalidades, devendo ter como propósito formar cidadãos críticos e reflexivos de sua atuação perante a sociedade.

A escola deve repensar e avaliar a todo momento a sua dinâmica de avaliação, valorizando assim, o processo educativo, pois o PPP denota o rumo, o caminho, que a escola deve percorrer e atuar, devendo ser construído de forma democrática e não burocrática, sendo ele um encadeamento de ação-reflexão-ação do processo educativo.

No PPP, devem ficar registrados os projetos e ações futuras que a escola almeja, intervenções essas, elaboradas e operacionalizadas pela escola e por toda a comunidade escolar, tendo a participação de todos os membros em sua elaboração e efetivação, buscando assim, a efetiva qualidade na educação.

Portanto, através da análise dos princípios investigativos ficou evidenciada a necessidade do estudo, reflexão e avaliação institucional constante do PPP, da EMEF Balbino Mascarenhas, devendo ser baseado no diálogo e na autonomia, tendo como objetivo principal debater e avaliar as ações pedagógicas educativas da escola.

3.2 Método da Avaliação da Intervenção

No andamento da intervenção é necessário realizar a avaliação do processo, o instrumento de coleta de dados que foi utilizado para as avaliações, como forma de acompanhamento das intervenções, foi o Diário de Campo tanto para os professores e funcionários, como para a pesquisadora.

Sendo assim, foi apresentado para os professores e funcionários o Diário de Campo, na qual fizeram seus registros, anotando suas necessidades, percepções e reflexões, dos assuntos tratados, no término do processo de intervenção foi solicitado para cada participante o seu Diário de Campo, com suas escritas e análises, sendo um dos instrumentos de avaliação processo.

O Diário de Campo também foi utilizado pela pesquisadora, levando em consideração as problemáticas, as ações, conversas informais e a permanência dos sujeitos nas Rodas de Conversa, tendo assim análise e acompanhamento do projeto de intervenção.

Avaliar como ação de um sujeito sobre o outro que se torna objeto na relação se mostra impossível. O que abre a possibilidade da avaliação com o outro, em que avaliar é indagar e indagar-se, num processo compartilhado, coletivo, em que todos se aventuram ao conhecimento buscando o autoconhecimento. Processo em que a interação sujeito-sujeito é indispensável e insubstituível (ESTEBAN, 2008, p. 34).

O Diário de Campo foi escolhido para ser o instrumento de avaliação podendo refletir amplamente e de forma complexa dentro desse instrumento, trazendo de forma detalhada as ações dos sujeitos da pesquisa, ou seja, os professores e a equipe diretiva.

Sob o mesmo ponto de vista, Falkembach (1987 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 76), afirma que:

O diário de campo é um instrumento de anotações, um caderno com espaço suficiente para anotações, comentários e reflexão, para o uso individual do investigador em seu dia a dia. Nele se anotam todas as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais do investigador, suas reflexões e comentários. Ele facilita criar o hábito de escrever e observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos (FALKEMBACH, 1987 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 76).

O Diário de Campo é um caderno, onde foi anotado tudo sobre as Roda de Conversa, cada detalhe da progressão da pesquisa, trazendo a análise e reflexão logo após o término de cada encontro.

Todas as Rodas de Conversa foram gravadas, após cada encontro foi analisado o áudio gravado e realizada a transcrição, tendo assim, como conteúdo

para o Diário de Campo todas as falas e conversas da Roda de Conversa, como forma de avaliação.

Bogdan e Biklen (1994 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 76), afirmam que “[...] é o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiência e pensa no decurso da coleta de dados [...] As anotações no Diário de Campo devem conter duas partes: uma descritiva e uma reflexiva”.

Parte descritiva: é a parte das anotações onde deve haver preocupação em captar as características das pessoas, ações e conversas observadas de acordo com o local de estudo. [...] Parte reflexiva: é a parte das anotações que aprende mais o ponto de vista do observador, suas ideias e preocupações (BOGDAN; BIKLEN, 1994, apud GERHARDTE; SILVEIRA, 2009, p. 76).

Portanto, o Diário de Campo foi utilizado como instrumento de coleta de dados para a realização da avaliação do processo de intervenção.

4 O PROJETO DE INTERVENÇÃO

4.1 Os Encontros da Intervenção: Rodas de Conversa

A metodologia dos encontros para o estudo, análise e discussão sobre o PPP é caracterizada como Rodas de Conversa, onde o propósito foi “Analisar e avaliar o processo da gestão e do cotidiano escolar, criando subsídios para significação e reconstrução do Projeto Político-Pedagógico”. O espaço de conversa e análise sobre o documento foi se construindo, a partir das Rodas de Conversa, um espaço prazeroso em busca do conhecimento, através da troca e da experiência.

O objetivo dos encontros foi proporcionar uma dinâmica de conversa e participação de todos os sujeitos envolvidos, em busca de novos significados e aprendizados, sobre as alterações pertinentes que o grande grupo acreditava serem necessárias ao PPP atual da escola.

Como afirma Warschauer (2001, p. 15), a escola tem que ser um espaço de formação e de estudo também para os professores:

A escola como espaço de transmissão de saberes, precisa ser repensada, assim como a concepção de aprendizagem e de ensino, pois aprender significa questionar certezas pretensamente conclusivas e manter aceso o fogo da curiosidade, da criatividade; chamadas da vida. Por ser o local onde vivem os professores, a escola pode ser proposta como espaço privilegiado para sua formação.

A avaliação da intervenção foi realizada pelos professores e funcionários em seu Diário de Campo, avaliando assim, o processo da intervenção, tendo como objetivo avaliar as Rodas de Conversa e refletir sobre as percepções do que acreditavam ser importante registrar sobre o PPP, como da mesma forma a pesquisadora em seu Diário de Campo, transcreveu todas as Rodas de Conversas, realizando assim, a análise de cada diálogo.

O momento da avaliação no Diário de Campo é importante, pois é a fase da produção escrita, crítica e reflexiva, após a troca de ideias que se deu nas Rodas de Conversa, o que cada professor e funcionários pensavam e conheciam sobre o PPP e quais os subsídios que acreditavam ser necessários para tornarmos efetivamente uma escola reflexiva. Pensando no professor reflexivo, Alarcão (2003) afirma

basear-se na capacidade de pensar e refletir, identificando o ser humano como criador e não imitador.

A escola reflexiva não é telecomandada do exterior. É auto-gerida. Tem o seu projecto próprio, construído com a colaboração dos seus membros. Sabe para onde quer ir e avalia-se permanentemente na sua caminhada. Contextualiza-se na comunidade que serve e com esta interage. Acredita nos seus professores, cuja capacidade de pensamento e de acção sempre fomenta. Envolve os alunos na construção de uma escola cada vez melhor. Não esquece o contributo dos pais e de toda a comunidade. Considera-se uma instituição em desenvolvimento e em aprendizagem. Pensa-se e avalia-se. Constrói conhecimento sobre si própria (ALARCÃO, 2003, p. 38).

Realizaram-se no total oito Rodas de Conversa, com duração de 2 horas cada, em datas pré-estabelecidas pela direção da escola, conforme o calendário das Reuniões Pedagógicas, no período de agosto à dezembro de 2017, com a proposta de trabalho em grupo, leitura reflexiva, discussão de todo o documento e a elaboração dos subsídios para a reconstrução do PPP.

Todas as reuniões foram acompanhadas pela Coordenação Pedagógica da escola, de forma a garantir que o PPP fosse atualizado conforme a elaboração dos subsídios.

4.2 Ações das Rodas de Conversa

Quadro 6 - Síntese das Ações

Rodas de Conversa:	Datas:	Temáticas das Rodas de Conversa:
1º	01/08/2017	Reunião com a Equipe Diretiva para apresentação do Projeto Intervenção.
2º	14/08/2017	Rodas de Conversa: Apresentação do Projeto Intervenção, proposta do plano de ação e das temáticas a serem desenvolvidas no PPP, exibição do vídeo “Construindo o PPP” (CALHEIROS, 2014) e apresentação do Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal de Ensino Fundamental Balbino Mascarenhas.
3º	29/08/2017	Rodas de Conversa: Retomada do encontro anterior, dando continuidade, com a organização dos grupos de estudo sobre o Projeto Político-Pedagógico, sendo realizada a leitura reflexiva e o estudo de todo o PPP.
4º	21/09/2017	Rodas de Conversa: Retomada do encontro anterior, dando continuidade, a leitura reflexiva, análise e a elaboração dos subsídios para a reformulação e reconstrução do PPP, sendo analisada a Apresentação do PPP, os Dados de Identificação, o Histórico da

		Escola, sua Filosofia (valores), Objetivo Geral, Objetivos da Educação Infantil e Objetivos do Ensino Fundamental.
5º	02/10/2017	Rodas de Conversa: Retomada do encontro anterior e continuação da elaboração dos subsídios para a reformulação e reconstrução do PPP, sendo estudado sobre a Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado.
6º	12/10/2017	Rodas de Conversa: Retomada do encontro anterior e continuação, com a elaboração dos subsídios para a reformulação e reconstrução do PPP, a partir dos Temas Transversais, Organização administrativa da escola, Direção e Setores, Coordenação Pedagógica, Orientação Educacional, Níveis e Modalidades, assim, como também o Horário de Funcionamento da escola.
7º	29/11/2017	Rodas de Conversa: Retomada do encontro anterior, dando continuidade, a elaboração dos subsídios, concluindo com a Avaliação da Aprendizagem e a apresentação dos subsídios que foram sinalizados durante as Rodas de Conversa para a reformulação e reconstrução do PPP, finalizando assim, as Rodas de Conversa com um momento de confraternização.
8º	04/12/2017	Apresentação e entrega para a equipe diretiva da elaboração dos subsídios para reformulação e reconstrução do PPP.

Fonte: Produzido pela autora.

4.3 Os Encontros da Intervenção: Análises, reflexões e resultados

4.3.1 1ª Roda de Conversa

Para dar início ao processo de intervenção, foi realizada uma Roda de Conversa para a apresentação do Plano de Ação baseado no Projeto de Intervenção com a equipe diretiva da EMEF Balbino Mascarenhas, no dia 01 de agosto de 2017, às 14h, fazendo-se presentes a Diretora e a Coordenadora Pedagógica. Nesta ocasião foi exibido todo o Projeto de Intervenção e seus objetivos, assim como o resultado da investigação realizada com as professoras da escola, apresentando a análise das entrevistas realizadas no ano anterior e tendo como foco principal as percepções das docentes sobre o PPP, quando se buscou explorar o que as professoras entrevistadas acreditavam em relação à necessidade de conhecer e estudar o PPP, tendo em vista investigar a importância do documento balizador da escola.

A proposta inicial apresentada para a equipe diretiva da escola era que as reuniões aconteceriam de 15 em 15 dias, sendo a mesma aceita, porém muitas vezes a data da reunião era alterada, por diversos motivos, dificultando assim, a continuidade dos estudos. Veiga (2013), afirma sobre a importância da escola organizar os seus horários, proporcionando assim, espaço para reflexão e avaliação do trabalho pedagógico e o próprio PPP.

Para alterar a qualidade do trabalho pedagógico torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada. É preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação (VEIGA, 2013, p. 30).

Porém, o Projeto de Intervenção foi muito bem aceito pela direção da escola, que se mostrou interessada para a efetivação das reuniões, determinando que as reuniões não poderiam ser longas, ficando acertado assim, que cada encontro deveria ter no máximo 2 horas.

Nesta primeira reunião com a equipe diretiva, foi apresentada a necessidade evidenciada pelas professoras em ter mais momentos de estudo e reflexão sobre o PPP, porém a mudança muitas vezes é vista e colocada com dificuldade, pois tudo que é novo é também desconhecido, trazendo assim, certo incômodo.

Transformar a escola em um lugar reflexivo e questionador é um processo longo e que deve ser trabalhado diariamente, dando liberdade para todos manifestar-se a respeito dos seus desejos e necessidades em relação ao processo educativo. Nas palavras de Brzezinski (2001) é necessário que a escola conservadora e racional transforme-se em uma escola reflexiva e emancipadora, sendo que todos os atores que dela fazem parte devem acreditar na mudança, como um processo constante.

É preciso enfatizar que a transformação da escola historicamente conservadora e racional em escola reflexiva e emancipadora é um processo em construção e não ocorre sem rupturas. Não é tarefa fácil romper com a ordem estabelecida, tampouco é fácil ultrapassar as molduras imóveis do definitivo e acabado. Todavia, os atores reflexivos devem acreditar na possibilidade da mudança como resultado do esforço contínuo, científico, ético, solidário, coletivo e persistente que se processa em um movimento iniciado na reflexão feita sobre as ações efetivadas na espessura concreta do cotidiano e, dialeticamente, a ele retorna com maior qualidade e mais

consistência, voltando com vigor epistemológico e com força coletiva para provocar rupturas e (re) construir (BRZEZINSKI, 2001, p. 79-80).

Cabe ressaltar a grande quantidade de trabalho administrativo que a equipe diretiva tem que responder e dar conta, deixando muitas vezes em segundo plano a avaliação propriamente dita do PPP, pois o mesmo não era avaliado juntamente com a comunidade escolar desde 2010. Sendo assim, o processo de avaliação e construção dos subsídios, tornou-se algo novo perante a escola.

Conforme o modo como a equipe diretiva organiza o processo educativo, será a maneira como a organização escolar irá percorrer, ou seja, de forma democrática ou de forma que as decisões já vêm direcionadas, dando assim as soluções prontas para serem concretizadas. Desta forma a efetiva participação fica excluída do processo organizacional.

Nesta perspectiva de escola democrática, Caetano (2018, p. 4) afirma:

Sendo assim, a escola voltada para uma gestão democrática precisa estar organizada a fim de cumprir os propósitos estabelecidos por todos que dela fazem parte, sem jamais desvincular-se das questões e valores sociais políticos e culturais existentes na diversidade do meio. Para que possa exercer uma prática realmente democrática, a escola precisa criar e consolidar mecanismos de intervenção e participação coletiva, pois estes são fatores imprescindíveis e significativos para a qualidade e eficácia do ensino escolar.

A equipe diretiva vê como importante a avaliação do PPP, porém a avaliação não era proposta à comunidade escolar todo o ano letivo ou a cada mudança no espaço educativo, não havendo assim uma avaliação sistematizada. Todo o novo projeto elaborado é acrescentado ou modificado no PPP, mas não é avaliado conforme a realidade da escola, ou seja, as ações educativas são elaboradas e reestruturadas, porém, não são analisadas e avaliadas no PPP.

Conforme as falas das professoras apresentadas em relação à avaliação do PPP demonstraram ter interesse e querer conhecer e avaliar, de acordo com suas ações diárias dentro da sala de aula. Veiga (2012b, p. 72) explana a relevância da construção, execução e avaliação, assim como a participação de todos os membros da escola, como o trabalho coletivo:

A configuração, o desenvolvimento e a avaliação do projeto político-pedagógico, considerado como instrumento de inovação, devem apoiar-se

no trabalho coletivo de professores, técnicos e futuros profissionais. O projeto político-pedagógico é a expressão de uma nova gestão acadêmica, pois representa um meio que permite potencializar o trabalho coletivo e o compromisso com objetivos comuns. Em termos conceituais, o projeto político-pedagógico apresenta clara natureza democrática.

Sendo assim, é através da avaliação do PPP, da abertura do espaço para discussão e reflexão pela equipe diretiva, que acontecerá um movimento de gestão democrática real e verdadeiro, dando oportunidade de todos se colocarem, de forma a expor as suas ideias e refletir em grande grupo sobre as mesmas, produzindo assim, um espaço de transparência e superação. Veiga (2000, p. 215) afirma que “[...] pensar, agir e inovar pedagogicamente em novas perspectivas envolve profunda mudança de mentalidade, além de forte sentimento de pertença e identidade, ou seja, de protagonismo”.

O PPP não pode ser um documento isolado, tem que fazer parte da escola, da realidade, da vivência do espaço educativo, ou seja, do chão da escola, direcionando assim, uma totalidade de ações coerentes e com intencionalidades definidas, sendo revistas a todo o momento pela comunidade escolar.

Veiga (2012b, p. 71) aponta que:

É preciso ficar claro que o projeto político-pedagógico é um documento produzido e executado na esteira de um movimento participativo. Como documento, ele expressa desejos, aspirações, orientações teóricas metodológicas e avaliativas, e não deve ficar restrito ao cumprimento de solicitações prescritivas ou de um formulário necessário para credenciamento e credenciamento a cursos e instituições.

Conforme abordado no referencial teórico, no processo de Gestão Democrática, a elaboração, efetivação e avaliação do PPP se dão a partir da construção coletiva e da reflexão constante do processo educativo, baseado no diálogo e na colaboração, levando a um processo participativo e democrático, em busca de mudanças e uma educação de qualidade.

Para a consolidação do Projeto Político-Pedagógico é necessário que todos os membros, mas principalmente os professores estejam inteirados sobre o PPP da sua escola, reconhecendo o seu significado, a sua importância, e de que modo realmente os objetivos propostos podem ser alcançados de forma coletiva, autônoma e democrática pela instituição.

A próxima Roda de Conversa ocorreu 14 dias após a apresentação do Projeto Intervenção.

4.3.2 2ª Roda de Conversa

A segunda Roda de Conversa com o grande grupo de professores, funcionários e equipe diretiva, num total de 20 pessoas, aconteceu no dia 14 de agosto de 2017, às 17 h e 30min, começando com uma confraternização, logo após foram apresentadas as Propostas do Plano de Ação.

A Roda de Conversa é uma dinâmica de diálogo e partilha que avalia o PPP na coletividade e totalidade, constitui-se em um processo democrático que acontece de forma dinâmica e que deve proporcionar a elaboração dos subsídios para a reconstrução do PPP. Veiga (2013, p. 14), esclarece a necessidade do Projeto Político-Pedagógico, em relação ao trabalho pedagógico da escola:

Nesta caminhada será importante ressaltar que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade. A principal possibilidade de construção do projeto político-pedagógico passa pela relativa autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva. Portanto, é preciso entender que o projeto político-pedagógico da escola dará indicações necessárias à organização do trabalho pedagógico, que inclui o trabalho do professor na dinâmica interna da sala de aula, ressaltado anteriormente.

Tais subsídios se construíram a partir da Roda de Conversa, sendo elaborados no grande grupo as reformulações que analisaram e evidenciaram ser necessárias para reconstrução do PPP, ao longo dos encontros.

Nesta proposta de discussão ficou evidenciada a necessidade de o documento ser conhecido por todos os membros da escola, e que de forma alguma este documento deve ser considerado como errado, mas sim, resgatando a oportunidade de todos conhecerem e reformularem conforme as necessidades existentes, a partir da realidade vivenciada pelos sujeitos da escola, ficando assim, explícita a importância da participação de todos os professores, funcionários e equipe diretiva nas Rodas de Conversa, pois é de extrema importância conhecer o documento balizador da escola.

Veiga (2013, p. 38) afirma que:

O desafio que representa o projeto pedagógico traz consigo a exigência de entender e considerar o projeto como processo sempre em construção, cujos resultados são gradativos e mediatos. Daí a importância de se estabelecerem condições propícias de discussão criativa e crítica em torno do assunto, inclusive de diretrizes de apoio. [...] Elaborado o projeto pedagógico, sua existência não encerra o processo nem acarreta resultado final. Ao contrário, sempre faz reiniciar a discussão no meio-termo entre “envolvimento e criatividade crítica”, “avaliação e aperfeiçoamento”.

Todas as respostas das entrevistas realizadas no ano anterior, foram apresentadas para as professoras em forma de tabela e destacou-se como o diagnóstico foi importante, pois se confirmaram as fragilidades em relação ao conhecimento do PPP. Alarcão (1996) aponta a relevância de o professor buscar os seus conhecimentos e suas experiências, para construir novas possibilidades de conhecimento, sem copiar, mas sim, transformar e construir, sendo este o objetivo a partir das necessidades evidenciadas em relação ao PPP.

O professor tem de assumir uma postura de empenhamento autoformativo e autonomizante, tem de descobrir em si as potencialidades que detém, tem de conseguir ir buscar ao seu passado aquilo que já sabe e que já é e, sobre isso, construir o seu presente e o seu futuro, tem de ser capaz de interpretar o que vê fazer, de imitar sem copiar, de recriar, de transformar. Só o conseguirá se reflectir sobre o que faz e sobre o que vê fazer (ALARCÃO, 1996, p. 18).

Após a apresentação das respostas das entrevistas, foram lançados três questionamentos: “O que é o Projeto Político-Pedagógico? Como deve ser elaborado? Para que serve?”.

Algumas professoras se manifestaram afirmando que é um documento importante para a escola, que define a identidade da escola, trazendo as metas e os objetivos a serem alcançados, devendo ser elaborado e avaliado por toda a comunidade escolar, professores, pais, alunos e os demais profissionais da escola, sendo um norte, um guia para a sequência das atividades escolares, sendo estas às afirmações das professoras.

O PPP se trata da organização do trabalho pedagógico. Veiga (2012a, p. 7) esclarece, com muita propriedade:

O projeto político-pedagógico pode ser referência e um dispositivo para a construção contínua de inovação, para a organização do trabalho pedagógico da escola, para a clarificação das intencionalidades

educacionais e escolares e para a articulação solidária das participações dos diferentes protagonistas.

Após a conversa, discussão e reflexão do grupo foi apresentado que o PPP é um documento que mostra os caminhos a serem percorridos pela escola, como objetivos e propósitos, claros, definidos e consistentes, sendo um documento balizador das ações e do trabalho pedagógico, devendo ser avaliado constantemente, sendo de extrema importância à construção, efetivação e avaliação permanente.

Neste momento da Roda de Conversa ficou explícito que o PPP deve ser analisado, refletido e avaliado a todo o momento do ano letivo, pois mudam as necessidades e dificuldades, os projetos e as metas a serem percorridas e alcançadas.

Após, a explanação sobre o tema foram apresentadas as palavras que compõem o nome do documento; Projeto, é um norte, uma meta a ser percorrida e alcançada em um determinado período de tempo pela escola; Político, porque a escola deve buscar formar alunos críticos, conscientes, autônomos e reflexivos, responsáveis pelas suas ações, enquanto sujeitos atuantes da sociedade; Pedagógico, sinaliza e especifica os projetos educativos a serem alcançados pela escola, tendo como objetivo o processo de ensino-aprendizagem e a formação crítica e reflexiva de seus alunos.

A esse respeito, Veiga e Araujo (2012, p. 13-14, grifo dos autores) afirmam sobre os termos do PPP:

O termo *projeto*, de origem latina e encontrável em língua portuguesa desde 1680, traduz essa aspiração, posto que etimologicamente significa “ação de lançar para a frente”. Do ponto de vista sinonímico, o termo *projeto* implica aproximações com ideia, plano, intenção, propósito, delineamento. E os adjetivos *político* e *pedagógico*, qualificadores do projeto, explicitam-se também pelas suas etimologias: o primeiro, porque *polit* é um antepositivo do termo grego *polis*, o qual significa “cidade”, posto que envolve uma comunidade de indivíduos; e *pedagógico*, dado que sua etimologia se vincula ao sentido de “condução da criança”, desde a cultura grega, mas veio se configurando, a partir da cultura romana, como uma área de conhecimento consagrada à estruturação, aos princípios e às diretrizes que têm como fim a ação educativa. E seu caráter teórico-prático se garante e se expressa pelas dimensões técnica, científica e filosófica.

Desta forma, não se elabora um projeto educacional sem ser ele pedagógico e político, todo o projeto pedagógico é também político e vice-versa, pois só através

do processo de ensino-aprendizagem, em busca de uma formação crítica e reflexiva, iremos formar alunos críticos, autônomos e reflexivos da própria ação humana.

Ainda, conforme Gadotti (2000, p. 35), “[...] não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político [...]”.

Na apresentação mencionei sobre a elaboração do PPP, momento este em que deve ser evidente quais os objetivos da escola, aonde a escola deseja chegar, ou seja, caminhar em busca de solucionar as dificuldades/necessidades existentes, tornando a elaboração e a construção um processo conjunto e contínuo, refletindo sobre as ações diárias da escola, baseadas em um processo de ação-reflexão-ação, juntamente com o PPP.

Segundo Freire (2001, p. 39) “[...] o importante é que a reflexão seja um instrumento dinamizador entre teoria e prática”. Ou seja, além de pensar e refletir sobre a ação educativa, é necessário e primordial ir à busca de uma ação transformadora, pensar, refletir e criar subsídios para a reformulação do PPP, baseado nas ações diárias da escola, sendo este o principal objetivo das Rodas de Conversa.

Dando continuidade à fala refletiu-se sobre o que o PPP oportuniza à escola, promove o processo de autonomia em suas ações, sendo este bem elaborado, sistemático e conciso em suas metas e objetivos a serem percorridos, sendo aprovado pela SMED, na cidade de Pelotas, estando assim, assegurado em suas decisões e ações.

A fala da professora P.L. referiu-se sobre o documento, como um documento vivo, algo que não seja escrito apenas no papel, mas sim, que seja revisitado a todo o momento que a comunidade escolar sentir a necessidade.

Professora P.L.:

O PPP não pode ser um documento escrito por apenas algumas pessoas, mas sim por toda a comunidade escolar, o PPP não é uma lei morta, deve ser um documento vivo, aonde realmente permaneça eficaz em relação as nossas ações na escola.
--

Na explanação do Plano de Ação foi apresentada a determinação do artigo 12 da LDBEN, Lei nº 9394/96, que dá autonomia às escolas de elaborar, efetivar e avaliar o PPP, dando o direito de refletir sobre o seu processo de ensino-aprendizagem, garantindo assim, a todos os integrantes da comunidade escolar a

possibilidade de contribuir com o processo educacional, através da participação democrática de todos que fazem parte da escola: “Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...]” (BRASIL, 1996).

Um dos questionamentos da entrevista realizada como forma de diagnóstico foi a respeito das questões pedagógicas da escola que as professoras gostariam de dialogar e refletir perante o PPP, teve como respostas questões como Alfabetização; Comportamento dos alunos e responsabilidade das famílias; Teoria e prática na sala de aula; Inclusão; Indisciplina escolar; Avaliação e Conhecimento sobre o PPP. Sendo sinalizado ao grupo que a proposta é analisar todas as questões pedagógicas citadas nas entrevistas, averiguando como estas estão citadas no PPP, elaborando assim, os subsídios conforme a necessidade e a realidade existente dos alunos.

O grupo de professores foi questionado se concordavam com a proposta de análise dessas e das demais questões presentes no PPP. Todos concordaram, afirmando que sim, acreditando ser importante o processo de reflexão e análise do PPP.

Finalizando a segunda Roda de Conversa com os professores, apresentei o Diário de Campo, caderno este onde solicitei que escrevessem a avaliação das Rodas de Conversa e que todas deveriam avaliar cada momento dos nossos encontros, mensurando o encontro em si, e o tema discutido e analisado em cada Roda de Conversa, registrando as percepções, reflexões, necessidades e os assuntos tratados, o que realmente acreditavam ser pertinente ou não no PPP, enfatizando quais as mudanças que gostariam que se concretizassem no documento, refletindo efetivamente todos os encontros, sendo este o instrumento de avaliação dos participantes da Roda de Conversa.

Por último, foi exibido um vídeo, intitulado “Construindo o PPP” (CALHEIROS, 2014), que apresenta duas escolas elaborando o seu PPP, uma das escolas apenas copia o projeto, sendo que o diretor pega emprestado de outra escola, comunica os seus professores, troca a capa e afirma que agora já está pronto e que irá guardar na gaveta, sem compreender a realidade existente. Já a outra escola busca a comunidade escolar para elaborar o PPP, mostrando ao corpo docente o quanto é importante à construção em conjunto, analisando as suas ações diárias e as suas principais necessidades. O vídeo tem duração de 2 min e 42 s.

Ao término do vídeo questionei ao grupo, se havia alguma dúvida sobre o Plano de Ação, se todas concordavam com as temáticas indicadas e o estudo a ser realizado. Todas de forma geral responderam que concordavam sim, que não havia nenhuma dúvida e que sentiam a necessidade deste estudo em relação ao PPP.

Neste primeiro momento com o grande grupo de professoras, ficou evidente a satisfação da abertura deste espaço para discussão e reflexão, pois todas estavam muito atentas ao que era explicado e comentado sobre o Projeto Político-Pedagógico, sendo que há muito tempo não havia um espaço como este para refletirmos sobre o PPP, documento que encaminha o espaço educativo.

Notou-se que o processo de participação e reflexão conjunta começou a despertar a partir desse movimento de estudo e avaliação do PPP, pois no decorrer da semana as professoras comentavam sobre a Roda de Conversa e o quanto era importante podermos falar e sermos ouvidas, tornando-se um espaço de aprendizagem sobre as questões que envolvem o espaço educativo.

A esse respeito Alarcão (2001, p. 24), afirma que, “[...] considerando os professores como co-construtores da escola, acredito que a participação ativa e crítica na vida da instituição contribuirá para o desenvolvimento do conhecimento sobre a própria escola”.

Assim, sendo este é o primeiro passo para tornar a EMEF Balbino Mascarenhas, uma escola mais reflexiva que exista mais participação autônoma e democrática de todos os envolvidos neste espaço educativo, de forma que a participação seja algo natural e frequente.

Conforme afirma Brzezinski (2001, p. 68):

Entendo que é essa a escola que se quer mais autônoma, mais participativa e democrática, que produz uma cultura interna própria, constrói conhecimento de forma coletiva e preocupa-se com a formação contínua de seus profissionais; é aquela que sugere ter potencial para transformar-se em uma escola reflexiva.

Finalizando assim, a primeira Roda de Conversa com o grande grupo, com uma mensagem de agradecimento pela participação.

4.3.3 3ª Roda de Conversa

A terceira Roda de Conversa foi realizada com professores, funcionários e equipe diretiva, num total de 15 pessoas, aconteceu no dia 29 de Agosto de 2017, às 17h30min.

A Roda de Conversa começou com avisos gerais da Diretora e da Coordenadora Pedagógica, sobre a entrega das notas do 2º Trimestre e os passeios previstos para o final de ano que seriam realizados com os alunos e avisou que tendo duas faltas nas Rodas de Conversa, teriam uma Falta Justificada, após os avisos a Diretora retirou-se, pois trabalha em outra instituição no turno da noite, ficando assim, a Coordenadora Pedagógica e os demais que se faziam presentes no encontro.

Após a Diretora passar à palavra, retomei o encontro anterior relembrando o que havia sido tratado, como a importância de conhecer o PPP, os objetivos dos encontros e a avaliação sobre cada Roda de Conversa, sendo explicado novamente sobre a avaliação a ser realizada no Diário de Campo.

No decorrer da primeira Roda de Conversa uma das professoras questionou-me se era necessário identificar-se no Diário de Campo, deixei claro para todos no grupo que não precisava assinar o Diário de Campo na hora da entrega, pois o que importava era a avaliação do Encontro, podendo realizar assim, uma escrita livre e sincera, deixando claro que é uma reflexão do encontro, o que acharam pertinente ou não sobre o mesmo.

Dando continuidade a Roda de Conversa, após a retomada do encontro anterior, apresentei ao grupo como aconteceria a organização dos estudos do PPP, a proposta realizada era que dividíssemos o PPP em subtítulos e nos organizássemos em seis grupos para a leitura, estudo e discussão, sendo assim, em cada Roda de Conversa, seguiríamos o estudo e discussão no grande grupo lendo, relendo e analisando todo o documento, fazendo as anotações necessárias e indicadas por todos, como sendo pertinentes alterar no PPP.

Questionei ao grupo se concordavam com a dinâmica de trabalho para conhecermos e avaliarmos o PPP da nossa escola, estando em aberto para novas sugestões, todos os professores e funcionários presentes concordaram com a proposta de estudo e a dinâmica organizada, não havendo outras sugestões.

Após a organização dos grupos, cada um ficou responsável por um subtítulo do PPP para realizar a leitura e a discussão no grupo, avisei para os colegas que eu ia passar em todos os grupos, participando da leitura e da conversa. Todos

concordaram logo com a proposta e mostraram-se motivados para ler e estudar, sendo que se organizaram rapidamente e começaram o estudo.

Após o término da leitura, retomamos a Roda de Conversa e solicitei que começássemos a leitura e discussão com o grande grupo, discorrendo assim, a discussão do PPP e as indicações que acreditavam ser pertinentes.

Neste momento ficou evidente a preocupação do grupo de professores com a discussão, a partir das falas e das indicações, quando algumas professoras se pronunciaram afirmando que:

Professora P.R.:

Estava anotando em tópicos, a essência de cada item do PPP no Portfólio, e o que era mais relevante para estudarmos.

Professora P.L. solicitou a palavra, afirmando que:

Eu acredito que esse momento é extremamente rico, e aí eu acho que no momento que a gente discute o PPP e tem professores que nunca vem, isso compromete a qualidade da escola, porque tudo bem, a gente tem Falta Justificada, mas eu penso que enquanto escola isso compromete, porque como eu formo alguém sem ter algum sacrifício de estar aqui, e sempre as mesmas pessoas acabam não vindo e optam por usar Falta Justificada, ou a escola faz reunião e discute a escola ou a gente faz de conta, porque vai acabar terminando esse trabalho tão legal e não tem outras reuniões, eu sinto falta de reuniões, então isso é muito sério, o que é não conhecer o PPP da escola, porque ali, por exemplo, está escrito tanta coisa sobre Educação Inclusiva, que muitas desconhecem, é importante que todas conheçam, pois a Educação Inclusiva não é da professora de AEE [...].

Neste momento a palavra da professora P.L. trouxe vários elementos importantes para a discussão, como a participação efetiva dos professores na avaliação do PPP, ao invés de burlar a própria participação utilizando-se de Falta Justificada, ou seja, lançando mão de um espaço que lhe foi proporcionado, tendo oportunidade de participação efetiva, espaço este que o professor pode colocar a sua opinião, as suas ideias de forma aberta e clara sobre todo o trabalho pedagógico da escola, no momento em que conhece e avalia o PPP. Reiterando a fala da Professora P.L., Veiga e Araujo (2012, p. 16), afirmam que:

A participação é um elemento político da ação e até garantia de execução e continuidade das ações. Vale reiterar que o projeto político-pedagógico não existe sem um forte protagonismo dos professores, pesquisadores e alunos, e sem que estes dele se apropriem.

Para a participação tornar-se um ato político, os envolvidos têm que se sentirem pertencentes ao espaço educativo e do documento que o embasa, participando efetivamente do processo. A partir da participação dos envolvidos neste processo, se garante a avaliação e execução de todas as ações propostas no momento da avaliação do PPP.

Sendo assim, a professora P.L. mencionou um ponto importantíssimo que é a participação de todos os professores e não o sentimento e a atitude de negação por este processo de avaliação do PPP. A participação é algo que vai garantir que o processo e as ações realmente evoluam, efetivando os princípios democráticos e participativos.

Gadotti (1994, p. 15) explana sobre a autonomia, cidadania e participação, temas que são muito discutidos no cenário brasileiro, em busca de projetos políticos-pedagógicos, autênticos e legítimos em relação ao processo educacional.

Nunca nossas escolas discutiram tanto autonomia, cidadania e participação. É um dos temas mais originais e marcantes do debate educacional brasileiro de hoje. Essa preocupação tem-se traduzido, sobretudo pela reivindicação de um projeto político-pedagógico próprio, específico de cada escola.

A professora P.L. também declarou em sua fala a falta de reuniões na escola, deixando explícita, a sua indignação a respeito da falta de espaço para discussão sobre o PPP e as questões pedagógicas da escola. Afirmando que esse trabalho que está sendo oportunizado, através da Roda de Conversa é um espaço importante.

A professora deixa clara a sua preocupação sobre o desconhecimento do PPP pelos seus colegas, como o próprio diagnóstico da pesquisa mostrou, a falta de conhecimento das professoras sobre o PPP, trazendo como exemplo, as questões da Educação Inclusiva, que muitas desconhecem o que está definido no PPP.

Dando continuidade à discussão, surgiu a assertiva de que o PPP não é de um professor ou de outro, não é da equipe diretiva, mas sim é um documento da escola, ou seja, é um documento de todos da escola, é o caminho, o rumo a ser percorrido pela escola. Conforme a fala da professora P.L.:

Não é uma letra morta, não é porque tu tens que fazer o teu trabalho, que a gente tem que ter o PPP bem bonitinho, ele tem que ser norteador das nossas ações.

Quando a professora se refere “não é porque tu tens que fazer o teu trabalho, que a gente tem que ter o PPP bem bonitinho,” é em relação às Rodas de Conversa. A professora P.A. complementa que:

O PPP é o nosso trabalho, é o trabalho da escola.

Conforme Medel (2012, p. 77): “A construção coletiva do PPP possibilita a recuperação do propósito das ações, que muitas vezes se esvaem no ativismo do dia a dia da escola, perdendo a sua dimensão pedagógica”.

Essa é a grande preocupação, não cair no ativismo, não realizar as ações escolares do dia a dia, sem refletirmos sobre as dimensões pedagógicas que as cercam, de forma a perder a ação pedagógica coerente com o processo educacional, mas sim, valorizar o trabalho pedagógico que é realizado, através da construção e avaliação do PPP.

A professora P.C. questionou sobre o número de alunos que temos na escola, para solicitarmos um vice-diretor à SMED, pois temos na equipe diretiva, uma Diretora, uma Coordenadora Pedagógica e a Orientadora Educacional, a professora afirmou ser importante e necessário compor a equipe diretiva, um vice-diretor.

Professora P.C. e seu questionamento:

[...] Como a eleição para diretor está próxima, a gente pode ter um vice-diretor ou não, pois acho que faz falta uma vice-diretora para a escola, está ligado a número de alunos, mas é uma pressão que a gente poderia fazer, para diminuir esse limite, pois as escolas pequenas de Ensino Fundamental também precisam, pois tem muitas coisas que tem que tratar com pais de alunos e com os próprios alunos, pois são pequenos e precisam de orientação educacional o tempo inteiro.

Foi explicado para a professora P.C. e aos demais presentes, que na interpretação da SMED precisa ter 300 alunos para ingressar um vice-diretor na chapa das eleições que será no mês de novembro, e a nossa escola tem 296 alunos matriculados, ou seja, nas eleições para a equipe diretiva no ano de 2017, não foi possível ainda solicitar um vice-diretor.

Além das questões importantes que surgiram no decorrer das Rodas de Conversa que devem ser aprimoradas e mudadas no PPP, surgiram indicativos importantes para a próxima equipe diretiva solicitar perante SMED, como a indicação das professoras P.A. e P.R. em oferecer a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na

nossa escola novamente, pois faz cinco anos que não temos mais a EJA, por falta de alunos matriculados. A professora P.C. complementou afirmando que:

Eu sou completamente a favor que tenha EJA, é grande a quantidade de pais de alunos que precisam.

Todas as professoras concordaram com a ideia, pois hoje em nossa comunidade escolar, há muitos pais de alunos que não tem escolarização, não continuaram estudando, seria uma oportunidade de recomeçar os estudos novamente.

A professora P.J. trouxe como exemplo, a escola onde sua filha estuda que foi feito um trabalho de conscientização com os próprios alunos para que convidassem os pais a voltar à escola, retomando os estudos.

A fala da professora P.J. enfatiza o exemplo trazido:

A escola começou a fazer uma campanha e pedir que os alunos dissessem para os pais que na escola tinha aula no noturno, que eles iam ir e iam gostar. Que incentivasse os pais a voltar a estudar.

A professora P.J. afirmou que através dessa campanha com os próprios alunos do turno da manhã e tarde, no próximo semestre a escola duplicou o número de alunos da EJA, a professora trouxe esse fato como exemplo, sendo possível programar em nossa escola novamente a Educação de Jovens e Adultos.

Segundo Oliveira, Lima e Pinto (2012, p. 183), “[...] a educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino inclusiva porque oferece as pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular, ou dele foram excluídos, a oportunidade de terminarem sua escolarização”.

Após, a observação sobre a EJA ficando registrada a solicitação para os próximos anos letivos, modalidade esta de ensino ofertada a alunos que não tiveram acesso na idade regular.

A professora P.Y. argumentou por que às reuniões não poderiam ser dentro do horário de aula, e não após às 17h30m, foi então que surgiu uma grande indignação das demais professoras, afirmando que não podemos utilizar-se das horas letivas para fazermos reunião, ou seja, não podemos utilizar às 800 horas e os 200 dias letivos prescritas no Art. 24 da LDBEN (BRASIL, 1996).

A LDBEN estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, afirmando que nos níveis fundamental e médio da Educação Básica, deverão ser organizados da seguinte forma:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

II - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas para o ensino fundamental e para o ensino médio, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017); (BRASIL, 1996).

A nossa escola sendo ela de nível fundamental, não aumenta a carga horária prevista em lei, porém as professoras têm razão quando afirmam que não podemos utilizar as horas letivas para a realização de reuniões, devendo as mesmas ocorrer fora do horário das aulas.

Conforme afirma com muita pertinência a professora P.A.:

Nesse caso têm que ir pelo o que é legal, não é pelo o que cada um precisa, não podemos soltar os alunos mais cedo, a não ser que recuperamos outro dia.

- Tem sábado disponível para recuperar?
- Não tem!
- Alguém vai querer vir ao sábado?
- Não!
- Então gente, tem que cumprir e nos sacrificarmos para qualificar a nossa categoria.

A professora P.R. também deu a sua opinião, a respeito da necessidade de mais reuniões e mais encontros para a discussão das nossas ações diárias:

Eu acho que tem uma questão individual, das necessidades de cada um, por fim, há um consenso da maioria que a gente poderia aproveitar bastante se houvesse mais encontros, eu até falei que eu sentia falta, pois a gente não consegue falar nos intervalos e nos corredores, pois não temos o tempo de sentar e planejar, muitas vezes a gente vê a colega passando com um projeto e pensa que dá para abranger para a escola toda, mas não temos tempo de sentar e planejar em conjunto, de maneira interdisciplinar. Mas, aí tem alguém que já comenta a respeito do intervalo (tempo da reunião) bom, mas aí é questão da tua vida privada, né?

A professora P.J. afirmou de forma muito coerente que a nossa escola não tem o hábito de ter reunião, porém isso não acontece em outras escolas, sendo que há reunião periodicamente e os professores devem participar.

É uma questão cultural, pois em outras escolas tem reunião todas as semanas, e não é assim, tu não é convidada, não! Tu és convocada e tens que ir e estar na reunião. Não tem Falta Justificada, não tem nada, é Falta Não Justificada. Pois, aqui quem discute e participa geralmente são as mesmas, mas a gente tem que ter a cultura e precisa se reunir.

Libâneo (2004), afirma que é através da participação dos envolvidos no processo educativo que se garante a gestão democrática, aproximando assim, todos os sujeitos da organização escolar nas tomadas de decisões.

A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, estrutura e organização e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação (LIBÂNEO, 2004, p. 102).

Fica evidente mais uma vez que as professoras da escola estão descontentes pelo fato de não haver reuniões periodicamente para elaborar e discutir as ações pedagógicas, sendo que em vários momentos esta questão vem nas falas das professoras, o descontentamento é notório pela repetição das angústias.

É a partir de uma gestão democrática eficiente que será proporcionada a participação das professoras de forma efetiva e consciente, oportunizando assim, a participação dos sujeitos na estrutura do trabalho pedagógico e da organização escolar, sendo que esta participação fará que as mesmas se sintam pertencentes ao meio em que atuam, e não simplesmente um fazer mecânico em que não participam das decisões da escola e apenas realizam o processo pedagógico, sem refletir sobre.

A Coordenadora Pedagógica sinalizou que ficasse declarado no PPP, que deveríamos realizar mais reuniões pedagógicas, no próximo ano letivo, de modo que todas concordaram com a proposta feita pela Coordenadora. A professora P.L. declarou que:

É uma escola que pode ter uma qualidade imensa, é questão de comprometimento de todos os envolvidos, não precisamos ter reunião toda à semana, pois não estamos preparadas, mas de quinze em quinze dias.

Ficou acordado então, que será registrado no PPP, que no próximo ano letivo serão oportunizadas reuniões pedagógicas de 15 em 15 dias, para maior discussão

sobre o processo pedagógico, envolvendo as ações diárias, como também o PPP, aproximando assim, as professoras e os demais funcionários.

A 3ª Roda de Conversa terminou com a reflexão sobre a participação de todos os membros no processo educacional e a indicação da solicitação da Educação de Jovens e Adultos para os próximos anos letivos.

4.3.4 4ª Roda de Conversa

O quarto encontro foi realizado com professores, funcionários e equipe diretiva, num total de 20 pessoas, aconteceu no dia 21 de Setembro de 2017, às 17h30min.

A Roda de Conversa começou novamente com a explicação de como foi organizado e como seria desenvolvido durante as demais Rodas o estudo sobre o PPP da escola, como da mesma forma, em relação ao uso do Diário de Campo, como deveriam avaliar o processo e a dinâmica de estudo do PPP, deixando clara a importância da avaliação de todos no Diário de Campo para o desenvolvimento do meu trabalho como aluna do Mestrado em Educação.

Conforme a organização dos grupos de estudo do encontro anterior, os professores e funcionários que não estavam na Roda de Conversa, foram se reunindo com os demais grupos já organizados na Roda anterior, para dar início, assim à leitura e à reflexão nos pequenos grupos e, após à leitura e à discussão com todo o grupo.

A partir da organização foi entregue o PPP para todos os grupos e cada um se deteve na divisão que havíamos organizado no encontro anterior para retomar a leitura. Neste ínterim fui passando nos grupos, dando auxílio e anotando as reflexões, todos os professores e funcionários se mostravam interessados na leitura e discussão.

Após uma hora de estudo, a equipe diretiva solicitou que fizéssemos o intervalo, para pronunciar-se a respeito da Consulta Popular, para serem escolhidos os professores que fizeram parte da Comissão Eleitoral, sendo necessária para dar andamento a Consulta Popular, que aconteceu dia 07 de Novembro de 2017, sendo escolhida assim, a equipe diretiva entre os anos de 2018 a 2020.

Após a escolha da Comissão Eleitoral e das informações sobre a Consulta Popular, a diretora indicou que poderíamos retornar ao estudo sobre o PPP, afirmando que:

Após os dados da Consulta Popular, então vamos passar para a reunião do PPP, assim se a gente conseguir terminar ele ainda esse ano, que a última reunião é final de Novembro, né? Já tem como deixar ele até digitado para o ano que vem que assim, já vai para aprovação, se não for feito aí, vai começar todo um processo o ano que vem, só para o outro ano, porque tem prazo, então se ficar direitinho, já dá para mandar digitar e já encaminhar para a SMED. Então, quanto mais rápido a gente andar no processo, mais rápido a gente vai ter o PPP. Alguma dúvida?

O PPP não deve ser elaborado, construído e avaliado às pressas, pois desta forma não há estudo e reflexão sobre o trabalho pedagógico que ali está descrito. A escola deve ser um espaço de estudo e reflexão pelos os que ali trabalham, um espaço onde ouvir, falar e refletir sobre, seja algo natural e normal, havendo assim, um processo de gestão participativa, de forma que fortaleça a autoconfiança do grupo, coerente com o local que se encontram, sendo este um espaço educativo. Ratificando esta ideia, Freire (1995, p. 91) afirma que:

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir a sua contrariedade.

O PPP como qualquer outro documento que trate do trabalho pedagógico, não deve ser tratado de forma atenuada, sem tempo viável para refletir e discutir de forma clara e consciente, com o coletivo da escola.

A partir da fala da diretora, fica notório que é mais importante o PPP está pronto para ser entregue no próximo ano letivo para a SMED, do que realmente estudar e refletir sobre a ação pedagógica desenvolvida no dia a dia da escola, este foi um dos empecilhos que surgiram no decorrer do caminho. Souza, Fófano e Silva (2017, p. 81) relatam sobre a importância do trabalho dos diretores:

Percebe-se que o trabalho dos diretores é de extrema importância, devendo existir o diálogo aberto, auxiliando a superar as necessidades e procurando atingir objetivos propostos pelo seu trabalho. Os gestores precisam desenvolver adequadamente a sua atividade, proporcionando um clima de respeito por meio do qual todos possam atingir, uma ação pedagógica da escola com competência, bem como motivar o grupo para o trabalho coletivo.

A equipe diretiva deve proporcionar espaços para o estudo e a discussão sobre o trabalho pedagógico, de forma que fique evidente que a mesma se preocupa com o processo educacional da escola e não a simples ação de executar, sem refletir sobre a ação pedagógica.

Segundo Lück et al., (2000, p. 18) é necessário que se oportunize espaços de participação, promovendo ambientes de confiança e valorização:

Cria ambientes participativos, cria uma visão de conjunto associada a uma ação de cooperativismo, promove um clima de confiança, valoriza as capacidades e aptidões dos participantes, associa esforços, quebra arestas, elimina divisões e integra esforços, estabelece demanda de trabalho centrado nas idéias e não em pessoas, desenvolve a prática de assumir responsabilidades em conjunto.

No decorrer da Roda de Conversa foi dada a continuação ao trabalho com a leitura da Apresentação do PPP, onde justifica a realização e a construção coletiva do mesmo, os Dados de Identificação, devem ser atualizados conforme o número de alunos matriculados, professores e funcionários, como também a identificação da equipe diretiva e o Histórico da Escola, no qual, apresenta a data de fundação, a organização da escola na época e atualmente, como o número de salas de aula e de turmas.

Na apresentação do PPP, temos alguns equívocos em relação à concordância do texto, assim, como pontuação, devendo ser organizado, mas a ideia principal está bem elaborada.

Justifica-se a realização deste Projeto Político-Pedagógico, por ele ser uma ação intencional, com um sentido específico e um compromisso definido coletivamente. O P.P.P. foi construído e vivenciado em todos os momentos por todos os envolvidos com o processo educativo da escola, com a finalidade de explicitar a concepção pedagógica do corpo docente, as bases teóricas e metodológicas da organização didática, a contextualização social, econômica política e cultural da escola, a caracterização da clientela, a estrutura curricular, diretrizes metodológicas, sistema de avaliação e estrutura organizacional e administrativa (PELOTAS, 2010, p. 3).

O próximo ponto a ser estudado e discutido foi o Diagnóstico da Escola e da Comunidade Escolar, que apresenta a situação econômica das famílias dos educandos, a localização do bairro onde residem, a característica das famílias e sua

organização familiar, a composição do Conselho Escolar, formado por pais, alunos, professores e funcionários devidamente registrado e atuante, o número de turmas que a escola disponibiliza a comunidade escolar e a apresentação dos Projetos como da Biblioteca, Hora do Conto, Informática, Educação Inclusiva, Meio Ambiente, Classe de Apoio, Antbullyng, Africanidades, Zoando e Sorrindo na Escola, Prevenção Saúde na escola, Projeto SEJUC (Justiça Restaurativa) e Programa Novo Mais Educação e Banda Marcial Balbino Mascarenhas.

Após a leitura e análise ficou decidido pelo grupo que será feita uma pesquisa com o Posto de Saúde do bairro, buscando informações e dados estatísticos, que comprovem a situação econômica das famílias e alunos filhos de usuário de drogas.

Conforme o PPP (PELOTAS, 2010, p. 5, grifo nosso) descreve:

A situação sócia econômica do bairro é em sua maioria *de classes média baixa*. [...] A população caracteriza-se por famílias de diversos tipos na sua formação: filhos criados unicamente pela mãe, que trabalha fora ficando na companhia da avó, da tia, vizinha, irmã ou irmão maior ou nas Escolas de Ed. Infantil das redondezas, *alguns filhos de usuários de drogas*.

A maioria das professoras se pronunciou, afirmando que é essa a realidade da nossa comunidade escolar e que no diagnóstico da comunidade deve ser descrito a verdadeira situação. Segundo a professora P.A.:

O diagnóstico da escola e da comunidade a gente tem que mostrar o que realmente é real.

Já a professora P.L. em consonância com a busca de dados estatísticos afirma que:

Seria importante se a gente pudesse embasar com informações do posto, com dados que nos garantissem que isso realmente é verdadeiro, poderia manter, mas procurar a estatística mesmo, né? Para não ficar no achismo.

Discutido sobre a realidade da comunidade escolar, passamos para Filosofia (Valores/Missão), primeiramente discutiu-se sobre as palavras “valores e missão”, ficando decidido que vamos colocar em nosso PPP, apenas as palavras Filosofia da Escola, pois é mais abrangente, do que valores e missão. Medel (2012, p. 64) aponta a dimensão sobre a Missão da escola, o que deve constar no PPP neste tópico.

A missão determina o que a escola é hoje, sua intenção e como pretende atuar no cotidiano. Resume sua identidade, sua função social, orientando a tomada de decisões e assegurando a unidade da ação e o comprometimento de todos no trabalho pedagógico. A missão deve ser objetiva, sintética, clara, informando o que a escola é e o que ela está realizando.

A Filosofia da escola deixa claro o que pretendemos enquanto espaço de produção de conhecimento, o que a escola se propõe perante seus educandos e sua realidade, apresenta sua função e participação social, os direitos e deveres dos profissionais da escola.

A professora P. A., mostrou-se preocupada com o envolvimento das famílias com o processo ensino-aprendizagem dos educandos, questionando como podemos enfatizar essa questão na Filosofia da escola.

Professora P.A.:

Aqui poderia falar de um maior envolvimento da família, no rendimento escolar dos nossos alunos, podemos até salientar tantos os da inclusão, como de todos, que a família se envolva mais, que tenha um comprometimento de passar também para as crianças que eles se envolvam mais com os estudos, pois parece que eles chegam aqui na escola para brincar. Esse comprometimento, que as famílias têm que terem, como a gente pode colocar isso dentro do PPP? Essa é uma pergunta para todos aqui, como a gente pode chegar à família, pois a família esta se distanciando cada vez mais da escola. A família esta longe da escola, a família não vê a escola como conhecimento para seus filhos. Ela vê a escola como um lugar para deixar como forma de assistencialismo, a gente tinha que colocar alguma coisa que envolvesse mais a família, dentro da filosofia da escola.

A professora P.A. mostra-se preocupada com a ação dos pais em relação ao envolvimento e o comprometimento com o processo ensino-aprendizagem de seus filhos. Não podemos generalizar, mas muitos pais não se fazem presentes na vida escolar dos educandos, passando toda a responsabilidade da educação dos seus filhos para a escola, não auxiliando, não os incentivando a estudar, a fazer as atividades diárias, prejudicando assim, o processo ensino-aprendizagem, o envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos é de extrema importância.

A escola deve ser aliada da família, de modo que participe mais das atividades escolares, só vamos conseguir que a família venha para dentro da escola, resgatando-a de forma efetiva, através de projetos, atividades extraclasse, palestras e atividades comemorativas.

A escola faz muitas atividades durante o ano letivo e muitos pais se fazem presentes, mas mesmo assim, não está sendo suficiente, é necessário elaborar

outras estratégias de intervenção, inserindo mais a família no processo ensino-aprendizagem dos alunos.

De acordo com o Diagnóstico da Comunidade Escolar, apresentada no PPP (PELOTAS, 2010), são de classe média baixa, tem uma grande relação com as palavras de Paro (2000), onde as condições das classes mais empobrecidas da comunidade não tem possibilidade de oportunizar recursos e espaços para o estudo diário dos seus filhos.

Na verdade, a disponibilidade de boas condições para o estudo nas casas das camadas mais pobres da população parece ser heterogênea, havendo desde situações de extrema precariedade até situações em que os pais põem à disposição de seus filhos boas condições de trabalho. Dada à situação de vida dessas populações, é mais provável, entretanto, que predominem os casos em que faltam condições adequadas de estudo. Assim, a precariedade dos recursos e dos espaços para o estudo no interior dos lares não deixa de ser uma realidade que dificulta os trabalhos estudantis das crianças e jovens (PARO, 2000, p. 48).

A diretora se pronunciou afirmando que:

Até acho que a família vem à escola, em alguns momentos, que antes não vinham como agora, à gente trabalha muito com projetos, às vezes nos sábados que a gente acha que não vai vir ninguém, eles até vem. Eu acho que o que falta é o comprometimento como a colega afirmou, na parte pedagógica, é isso que eles precisam melhorar, eles já até vem mais, por causa dos projetos. Pois, no momento que a escola trabalha com projeto, eu sempre acreditei que o projeto aproxima os familiares da escola, isso é uma coisa que aconteceu aqui na escola, quanto mais à gente começou a chamar para atividades, eles estão vindo, mas aquela parte do dia a dia, de acompanhar os cadernos, isso a gente vê que está difícil, até nas reuniões de entrega de boletins, eles vêm mais, pois antigamente vem um, dois. Eu acho que o que poderia fazer efeito, é chamar esses pais para alguns projetos para pais, para familiares, a gente poderá conversar com eles, pois isso é uma coisa que tem que ser trabalhada.

A diretora confirma a participação dos pais na escola, em festas, projetos e outras ações que a escola proporciona, mas o que os pais não participam é nas questões pedagógicas, como orientar o filho na hora de realizar as atividades em casa, como o tema, incentivar a leitura e o estudo diário.

A sugestão dada pela diretora como uma estratégia de intervenção para a aproximação dos pais no envolvimento e comprometimento nos estudos dos alunos, é que seja elaborado e proporcionado Projeto para as Famílias, mostrando a importância de a família estar unida e comprometida com o processo de ensino-aprendizagem dos seus filhos.

De acordo com Araújo (2003, p. 69), os projetos são estratégias para o trabalho pedagógico.

Entender o projeto como uma estratégia traz, assim, uma nova perspectiva para o trabalho pedagógico, pois, a partir de representações prévias sobre os caminhos a serem percorridos, incorpora, por exemplo, a abertura para o novo, a perspectiva de uma ação voltada para o futuro, visando transformar a realidade; e a possibilidade de decisões, escolhas, apostas, riscos e incertezas. Além disso, permite dar um sentido ao conhecimento baseado na busca de relações entre os fenômenos naturais, sociais e pessoais, bem como planejar estratégias que vão além da compartimentalização disciplinar.

A professora P.A. propôs convidar um palestrante, como forma de incentivar e fazer o envolvimento dos pais com a escola.

Colocar em forma de elogio, essa participação deles e dentro dessa forma de elogiar, tentar trazer um palestrante, outra pessoa, que faça esse envolvimento de uma forma mais sucinta, que os pais se enxerguem ali. Isso a gente pode planejar para os próximos anos, e não só colocar no PPP a família, como forma de participação.

Neste momento todas as professoras presentes concordavam com as sugestões dadas, como a professora P.M. também se manifestou, afirmando que:

Dá para fazer trabalhos permanentes, até com gincana, com atividades durante todo o ano letivo, como forma de envolvimento.

A professora P.L. trouxe como exemplo, a organização do Clube de Mães que se reúnem para elaboração de atividades dentro da escola.

O clube de mães, normalmente de pré-escola, fazia cestaria, elas levavam chá, tinha bingo e o fato de elas andarem pela escola, às aproximou dos professores. E o próprio clube de mães pode estar pensando em situações que aproximem os pais da escola.

No item da Filosofia da escola, ficou decidido que será elaborado, executado e avaliado no decorrer, projetos para a maior participação da família no processo ensino-aprendizagem dos educandos.

A próxima unidade de estudo foi o Objetivo Geral da Escola, dando continuidade com os objetivos da Educação Infantil e Ensino Fundamental, todos foram aprovados pelo grande grupo, apenas um foi sinalizado e discutido, “[...] apropriar-se dos fundamentos de uma língua estrangeira moderna como meio de iniciar-se na integração com o mundo” (PELOTAS, 2010, p. 8).

Não temos em nossa escola a língua estrangeira moderna, pois a rede de ensino afirmou não ter profissional no sistema de ensino, para oportunizar a escola, ficando determinado que este objetivo deve ser retirado dos objetivos do Ensino Fundamental.

A 4ª Roda de Conversa terminou com a reflexão sobre a língua estrangeira moderna, em consequência do horário foi sinalizado o término do encontro.

4.3.5 5ª Roda de Conversa

A quinta Roda de Conversa foi realizada com professores, funcionários e equipe diretiva, num total de 17 participantes, aconteceu no dia 02 de Outubro de 2017, às 17h30min.

Neste dia foi dada a continuidade aos temas sobre o AEE, a Metodologia de Trabalho da escola, Temas Transversais, com a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena com a Lei nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008) e a temática sobre a Educação Ambiental, Lei nº 9795/1999 (BRASIL, 1999) e, por último, foi tratado sobre a Organização Administrativa da escola, mais especificadamente, o quadro de Recursos Humanos.

Foi realizada a leitura do PPP, sobre os temas AEE e Educação Inclusiva, seus objetivos, a forma de ingresso dos alunos no AEE, público alvo a frequentar, a organização da sala de recursos multifuncional e do atendimento, e a parceria que é feita com equipe diretiva, a professora do AEE, juntamente com a figura do professor e as famílias, união esta que é extremamente necessária para sanar as dificuldades dos alunos que frequentam o AEE.

De acordo com o PPP (PELOTAS, 2010, p. 9), a sala de AEE proporciona atendimento pedagógico para os alunos com dificuldades no processo ensino-aprendizagem:

Assim, a sala de recursos multifuncional constitui-se num espaço pedagógico, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado/AEE para os alunos público alvo da educação especial e inclusiva que por apresentarem deficiência necessitam de um trabalho pedagógico complementar e específico que contribua para sua adequada inclusão e superação das dificuldades (PELOTAS, 2010, p. 9).

O horário do AEE deve ser em turno inverso ao horário da sala de aula, não sendo permitida a professora da sala de recursos multifuncionais retirar o aluno no horário da aula, mas sim, deve ser combinado com antecedência com as famílias um horário determinado para o atendimento.

A professora P.L. da sala de AEE, salienta em sua fala sobre a importância do trabalho coletivo, a continuação e qualificação deste processo:

A gente não consegue fazer inclusão sozinha, a gente só faz no conjunto, senão, não existe, tem trabalhos isolados bem feitos, mas a Inclusão é o que a gente vem fazendo na escola, e tem que cada vez qualificar mais esse processo [...].

O AEE existe para contribuir com o processo de ensino-aprendizagem dos educandos, auxiliando-os nas suas dificuldades e necessidades educacionais especiais, de modo que seja respeitado e valorizado nas suas diferenças. Em relação ao respeito e as diferenças Zóia (2006, p. 23), afirma que:

[...] deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação [...] Os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças.

No PPP (PELOTAS, 2010) está bem definido que é necessária mais formação pedagógica para professores e funcionários, de modo a investirem uma cultura educacional inclusiva. A professora P.L. deixa evidente a sua opinião, quando:

Eu acho que isso nos garante estando no PPP, que a gente possa sair para fazer cursos, mesmo que seja em horário de aula, a escola tem que se organizar pra gente sair, para ir às reuniões e cursos. Eu acho que é isso que temos que buscar em uma escola inclusiva, é uma cultura inclusiva. Não é só a escola que deve ser inclusiva, a gente tem que pensar em olhar que todos os nossos devem ser inclusivos.

É importante que o professor, assim como todos os profissionais da educação, estejam disponíveis para formações permanentes, onde possam atender os alunos auxiliando-os em suas dificuldades e necessidades educacionais especiais, com vistas a garantir os seus direitos e o atendimento educacional especializado.

Correia (2008, p. 28), sobre esta concepção declara que:

Os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente

as problemáticas que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nestes contextos.

A professora P.A. afirma que concorda com tudo o que foi discutido e conversado enfatizando que:

Eu enxergo o que foi falado não só para os especiais, mas para todos, [...]. Todos são diferentes e todos se beneficiam.
--

Esta temática sobre a Sala de Recursos Multifuncionais e o Atendimento Educacional Especializado está muito bem elaborada e descrita de forma clara e objetiva no PPP.

Sendo assim, foi dada a continuidade da reflexão do documento, sinalizando então, que a inclusão se faz pensar em uma educação de qualidade para todos e não só para alguns.

Passamos assim, para o próximo assunto do PPP que é a Metodologia, sendo que após a leitura atenta todos sinalizaram que não está claro qual é a metodologia de trabalho e quais os autores que nos dão embasamento teórico, a discussão começou a partir desta indagação. No PPP, Pelotas (2010), diz que a equipe diretiva e a comunidade escolar devem qualificar o trabalho baseado em uma perspectiva político-pedagógico, através de estudos, discussão e participação, objetivando sanar a reprovação e a evasão escolar:

Para alcançar o que propomos neste projeto, a equipe de Direção, Orientação Educacional, Coordenadora Pedagógica juntamente com a comunidade escolar direcionou o trabalho na busca de uma linha e postura político-pedagógica caracterizada por estudos, discussão e participação objetivando um crescimento na qualidade do trabalho, visando diminuir a reprovação e a evasão escolar (PELOTAS, 2010, p. 12).

A partir desta assertiva, questionou-se quais os autores que fundamentam teoricamente, qual o embasamento teórico metodológico que justifica a postura política-pedagógica da escola, objetivando um crescimento na qualidade do trabalho, visando diminuir a reprovação e a evasão escolar.

Ou seja, quais os autores que fundamentam a nossa metodologia de trabalho, de forma a sustentar teoricamente, porém para dar este embasamento todos os professores deveriam conhecer os teóricos e seus referenciais teóricos, de forma a dar o embasamento correto conforme a ação pedagógica do dia a dia da escola.

A professora P.A. faz referência ao estudo das teorias:

Por isso, vai ter que ter um dia para a gente pensar nas teorias, a gente estudar, eu mesma não consigo lembrar, sem ler. E essa parte é muito importante. Como a gente vai orientar um professor novo que chega aqui, se a gente não sabe? Tem que estar embasado, na lei e na teoria.

A fala da professora deixa clara a preocupação em aprender e saber sobre os teóricos da educação, deixando como proposta para o ano seguinte, organizarmos um momento para estudo sobre os Teóricos da Educação, como Jean William Fritz Piaget, Lev Semyonovich Vygotsky, Henri Paul Hyacinthe Wallon, Howard Gardner, Edgar Morin, Paulo Freire, Jussara Hoffmann, entre outros.

Todas as professoras presentes após a leitura sobre a metodologia concordaram que falta o embasamento do referencial teórico.

Foi comentado pela professora P.M. que infelizmente não temos tempo o suficiente para fazermos esse estudo juntamente com o PPP, sendo assim, ficou acordado que vamos neste momento dar indicações de referenciais teóricos, que norteiam a nossa prática pedagógica.

Professora P.M:

Infelizmente, em poucas Rodas de Conversa não vamos conseguir terminar o estudo e reflexão sobre o PPP e fazermos o estudo sobre os teóricos da educação.

Os teóricos escolhidos para embasamento da nossa prática pedagógica, conforme os nossos estudos e nossa formação são Jean William Fritz Piaget, Lev Semyonovich Vygotsky, Henri Paul Hyacinthe Wallon, Howard Gardner e Edgar Morin. Ficou acordado que no próximo ano letivo vamos nos organizarmos e nos dedicarmos aos estudos sobre os teóricos da educação, todos se mostraram entusiasmados com a proposta de trabalho para o próximo ano letivo, aprofundando assim, nossos conhecimentos e a nossa metodologia de trabalho.

Dando continuação ao trabalho, começamos a analisar os Temas Transversais que constam no PPP, Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 (BRASIL, 2008), que altera a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, com a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, a qual obriga a incluir o estudo no currículo escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, públicos e privados.

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2008).

Além da lei supracitada, também consta no PPP, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, devendo ser desenvolvida no currículo escolar em todos os níveis e modalidades do ensino formal, como a Educação Básica, Educação Superior, Educação Especial, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos.

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I -educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

II -educação superior;

III - educação especial;

IV -educação profissional;

V -educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal [...] (BRASIL, 1999).

São estes tópicos que constam no PPP, no tema sobre a Educação Ambiental. Ficou decidido que vamos ampliar trazendo, como exemplo, o Projeto desenvolvido pela SMED e Ministério da Cultura e Grupo EcoRodovias, projeto este denominado “Ecoviver, a arte de viver e transformar o meio”.

Os temas transversais estão bem precisos no PPP, deixando evidente a necessidade de trabalhar em sala de aula com os mesmos, uma vez que no PPP (PELOTAS, 2010, p. 14), se enfatiza as atividades a serem trabalhadas:

Sendo assim, os diversos aspectos do tema serão trabalhados em situações como campanhas de conscientização ambiental, questão ecológica, questões socioambientais locais, a questão do lixo (reciclagem) e etc. [...] Os conteúdos serão trabalhados em todo currículo escolar especialmente em ciências e nos projetos referentes ao tema (Projeto Ambiental).

Finalizando a quinta Roda de Conversa, terminamos lendo e analisando o item da Organização Administrativa da Escola, sendo que o quadro de Recursos Humanos deve ser atualizado, constando Professor Auxiliar, Professor de Educação Infantil, Professor de Atendimento Educacional Especializado, Coordenador Pedagógico, Diretor, Auxiliar de Educação Infantil, Monitor, Cuidador, Merendeiras e Funcionários.

Concluimos assim, atualizando o quadro de Recursos Humanos, pois em 2010, na última atualização do PPP, não tínhamos Professor Auxiliar, Professor de Educação Infantil e Auxiliar de Educação Infantil, não constando na organização administrativa da escola. Encerrei a Roda de Conversa agradecendo a todos pela presença e pelo estudo a ser efetivado.

4.3.6 6ª Roda de Conversa

A sexta Roda de Conversa foi realizada com professores, funcionários e equipe diretiva, num total de 20 participantes, aconteceu no dia 12 de Outubro de 2017, às 17h30min.

Prosseguindo à leitura e à reflexão do PPP, damos continuidade na Organização Administrativa da escola, com o item Direção e Setores, logo após as Atribuições da Direção, sendo necessário alterar apenas um item, na qual, afirma no PPP (PELOTAS, 2010), realizar reuniões semanais com professores.

Na terceira Roda de Conversa, ficou decidido que as reuniões para o próximo ano letivo, serão realizadas de 15 em 15 dias, para maior estudo sobre o processo pedagógico da escola e suas ações diárias, com todos que participam da ação educativa, como professores e funcionários.

Professora P.M. deixou evidente a sua posição, em relação ao período das reuniões, tendo a aprovação das demais:

Não adianta ter no PPP e não cumprir, então por isso, deve ser quinzenal. Algo que a gente vá cumprir realmente.
--

Dentro das atribuições da Direção, será acrescentado, como forma de subsídio, a frequência dos alunos na biblioteca da escola, com data e dia previsto para a retirada de livros e realização de pesquisas, como também, nas atribuições dos funcionários, deve ser acrescentado, que os mesmos devem estar cientes das atribuições do cargo exercido, empenhando-se na distribuição e realização de tarefas.

Devendo ser retirado do PPP (PELOTAS, 2010, p. 16), o item como: “Dar continuidade ao serviço de prevenção dentária que vem sendo realizado [...]”, pois não há a alguns anos na escola, o profissional habilitado para tal.

A maior atribuição do gestor é a busca pela liderança e a participação do coletivo, como também a busca pelo processo pedagógico qualificado, de forma que atenda todas as ações diárias da escola.

Segundo Libâneo (1996, p. 200), todo o diretor e coordenador pedagógico, tem que ter postura democrática, aceitando assim, ideias, posições e observações diferentes das suas.

Quem ocupa cargo de liderança como diretor ou coordenador pedagógico precisa despor-se do posicionamento de predominante autocrático para possibilitar o desenvolvimento de um clima em que todos contribuam com ideias, críticas, encaminhamentos, pois a gestão e participação pedagógica pressupõem uma educação democrática.

O próximo item do PPP é sobre a Coordenação Pedagógica e suas atribuições, devendo ser revisado apenas algumas questões gramaticais, de modo a melhorar o entendimento do texto, porém todos os itens descritos foram discutidos e aceitos pelo grande grupo, como:

Consideramos atribuições da Coordenação Pedagógica:

- Ajudar os professores a diagnosticar as dificuldades dos alunos na aprendizagem e a elaborarem planos para recuperação dos mesmos;
- Levar a comunidade à participação efetiva dos problemas da escola e recolher suas sugestões a esse respeito, levando os pais a compreenderem e cooperarem;
- Ajudar os professores a adquirirem maior competência didática;
- Estimular e fortalecer a compreensão do esforço comum;
- Constituir-se com liderança, que estimula o aperfeiçoamento profissional sob todas as formas, sistemática ou acidentalmente, à medida que os problemas dos mais diversos tipos aparecem.

Temos claro que as ações mencionadas acima só serão possíveis com o auxílio de toda comunidade escolar: pais, professores, alunos e direção, visando uma melhor qualidade do ensino (PELOTAS, 2010, p. 17-18).

O tópico sobre as atribuições da Orientação Educacional foi atualizado pela Orientadora Educacional no ano de 2016, quando a mesma foi nomeada para trabalhar em nossa escola, mas agora neste processo de estudo e análise do PPP estamos conhecendo as suas incumbências, como Orientadora Educacional.

Grispun (2003, p. 29) traduz a influência do orientador educacional para o processo ensino-aprendizagem dos educandos:

O Orientador Educacional quando leva para escola a realidade do aluno, para ser trabalhada contextualizada com os conteúdos do currículo, contribui para a promoção do aluno e o desenvolvimento de sua aprendizagem. Uma vez que a Orientação Educacional não existe para padronizar os educandos nos conceitos escolhidos como ajustados, disciplinados e responsáveis “o importante é a singularidade dentro da pluralidade, do coletivo”.

Foram feitas algumas alterações no momento do estudo e reflexão, como o seguinte item, que deve ser uma atribuição da Coordenação Pedagógica e não da Orientação, por este motivo, não deve se fazer presente nas incumbências da Orientação Pedagógica, passando assim, para as atribuições da Coordenação. PPP (PELOTAS, 2010, p. 19), “[...] investir na interdisciplinaridade como forma de superação da fragmentação do ensino”.

Outro item, a ser retirado do PPP (PELOTAS, 2010, p. 19), “[...] coordenar a orientação vocacional do educando a compreensão da sociedade em que vivem suas relações e movimentos”.

Coordenar a orientação vocacional, não é necessário, pois nossa escola é de Ensino Fundamental Incompleto, sendo que não é o momento de fazer teste vocacional com os educandos.

Todos ficaram satisfeitos coma Roda de Conversa, conseguimos estudar e refletir sobre itens importantes, porém não conseguimos evoluir muito em função do horário.

A professora P.M. afirmou que:

O encontro foi ótimo, conseguimos estudar bastante, rendeu e não ficou cansativo.

Finalizei a Roda de Conversa agradecendo e solicitando que não esquecessem a avaliação no Diário de Campo, sendo de extrema importância para o meu trabalho enquanto aluna do Mestrado em Educação.

4.3.7 7ª Roda de Conversa

A sétima Roda de Conversa foi realizada com professores, funcionários e equipe diretiva, num total de 15 participantes, aconteceu no dia 29 de Novembro de 2017, às 17h30min.

A Roda de conversa começou com as orientações e recados da diretora, pois este momento também é considerado pela equipe diretiva como reunião pedagógica, os temas tratados na Roda de Conversa de hoje foram a Avaliação da Aprendizagem e os Projetos Institucionais.

Retomamos a Roda de Conversa com a leitura do PPP, analisando os Projetos Institucionais presentes na escola, como Projeto Africanidades, Meio Ambiente, Antibullying, Biblioteca, Classe de Apoio, Informática, Hora do Conto e Projeto da Banda de Música, avaliamos a justificativa de cada projeto, objetivo geral e detalhamento das ações que devem ser proporcionadas aos educandos, no decorrer do ano letivo, de modo que todos os projetos apresentados tem definido uma proposta pedagógica bem delineada, que garante o processo ensino-aprendizagem dos educandos.

Logo após o estudo sobre os Projetos Institucionais damos continuidade ao estudo da Avaliação da Aprendizagem, especialmente sobre os Estudos de Recuperação, Avaliação do Aluno e Relatório de Avaliação Geral da escola. Este assunto está muito bem desenvolvido no PPP, de acordo com as normas e leis emitidas pela SMED e a LDBEN (BRASIL, 1996).

Questionei aos presentes na Roda de Conversa se continuaríamos com a mesma metodologia de trabalho, lendo e analisando, como ocorreu nas outras Rodas, todos concordaram afirmando que sim, que desta forma atingimos os nossos objetivos, que é a análise do PPP.

A leitura dos primeiros parágrafos do PPP nos dá a ideia geral que a escola tem sobre aprovação e reprovação, visto que não adianta avançar o educando se o mesmo não desenvolveu os pré-requisitos para tal, sendo evidente a preocupação da escola com o processo de ensino-aprendizagem dos educandos.

De acordo com Luckesi (1997, p. 97), afirma que: “A aprovação ou reprovação do educando deveria dar-se pela efetiva aprendizagem dos conhecimentos mínimos necessários, com o conseqüente desenvolvimento de habilidades, hábitos e convicções”.

Trabalhamos na escola com a ideia de que não podemos esquecer que reprovação/promoção é diferente de aprendizagem, pois se pode acabar com a reprovação sem que isto resolva o problema da aprendizagem e do conhecimento. Acabar com a reprovação é muito simples basta, um decreto governamental, porém isto não garante que todas as crianças aprendam os conhecimentos necessários para viver no mundo atual e isto é muito mais do que reprovar ou não reprovar. A proposta da continuidade visa garantir a aprendizagem, [...] (PELOTAS, 2010, p. 21).

De acordo Hoffmann (2009), o objetivo de avaliar é para promover uma prática que demanda a qualificação da ação pedagógica, tencionando o processo de ensino-aprendizagem, ficando a cargo do professor a atribuição de promover um espaço problematizador para o desenvolvimento do educando. Desse modo:

Avaliar para promover significa, assim, compreender a finalidade dessa prática a serviço da aprendizagem, da melhoria da ação pedagógica, visando à promoção moral e intelectual dos alunos. O professor assume o papel de investigador, de esclarecedor, de organizador de experiências significativas de aprendizagem. Seu compromisso é o de agir refletidamente, criando e recriando alternativas pedagógicas adequadas a partir da melhor observação e conhecimento de cada um dos alunos, sem perder a observação do conjunto e promovendo sempre ações interativas (HOFFMANN, 2009, p. 18).

A este respeito, no PPP (PELOTAS, 2010) indica que toda a ação pedagógica deve ser baseada na realidade e nas experiências, levando em conta as vivências do educando, tendo como objetivo aproximá-lo da escola, uma vez que toda ação pedagógica é baseada na realidade do aluno, em busca de sanar as dificuldades e necessidades, ampliando assim o processo de ensino-aprendizagem.

Devemos romper preconceitos em relação à capacidade do aluno e suas experiências de vida, pois mesmo acabando com a reprovação será muito difícil haver aprendizagem se esta reorganização não acontecer, isto está acontecendo aos poucos em nossa escola, levando em conta que isto requer uma transformação em toda comunidade e esta é gradual e não pode ser feita sem uma real conscientização (PELOTAS, 2010, p. 21).

A próxima questão destacada pelo grande grupo é em relação ao processo de autoavaliação do trabalho pedagógico realizado pelos professores e pela equipe escolar, sendo que a avaliação realizada pelo professor com o seu aluno, evidencia a proposta de trabalho e a ação pedagógica deste. Ao se refletir sobre a proposta de trabalho e a ação pedagógica, também se avaliam indicadores gerais de funcionamento da escola.

Consagrando a afirmação acima, Hoffmann (2009, p. 53) diz que:

Ao promover tais ações e desafiar os educandos a refletir, o professor também estará refletindo sobre processos didáticos, sobre a adequação de suas perguntas, críticas, comentários, tomando consciência sobre o seu pensar e o seu fazer, num processo igualmente de autoavaliação. Seus registros e anotações o auxiliarão nesse sentido, por objetivar o seu pensamento sobre o aluno, levando-o a tomar novas decisões.

A Professora P.M.A. declarou que a partir da avaliação do seu aluno, avalia também o seu trabalho.

Aqui mostra que a partir do momento que eu avalio o meu aluno, estou avaliando o meu trabalho, a minha proposta pedagógica.

Durante o debate surgiu a seguinte dúvida sobre o art. 24 da LDBEN (BRASIL, 1996), no inciso V, alínea e, a qual se refere que são obrigatórios os estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, conforme a determinação da lei.

A hesitação surgiu a respeito dos estudos de recuperação serem obrigatórios, de preferência paralelos ao período letivo, ou não serem compulsórios ao período letivo.

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: [...]

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

No mesmo momento, recorreremos à lei de forma a verificar se o que estava registrado no PPP era realmente o que constava na lei, tornando-se claro que os estudos de recuperação são obrigatórios e que de preferência ocorra paralelamente

ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar a serem determinados pela instituição escolar.

A avaliação na escola é vista como um processo ininterrupto, progressivo e cumulativo, devendo ser revisitado sempre que houver a necessidade de reavaliação no decorrer do período letivo, havendo assim, uma revisão dos estudos e das avaliações, de modo a garantir o processo de ensino-aprendizagem do educando.

Sendo a avaliação um processo contínuo, gradual e cumulativo, é indispensável que os envolvidos sejam alvo de reavaliação permanente, durante o transcorrer do período letivo e paralelamente a este. E constatada esta recuperação, dela haverá de recorrer a revisão dos resultados anteriormente anotados nos registros, como estímulo ao compromisso com o processo. Estudo e avaliação devem caminhar juntos, como é sabido, onde está a avaliação – é o instrumento indispensável para permitir que se constate em que medida os objetivos compilados foram alcançados (PELOTAS, 2010, p. 22).

Professora P.A. declarou que:

Temos que repensar o processo de avaliação do aluno, sempre quando necessário, analisando da mesma forma, como os conteúdos foram desenvolvidos e quais os instrumentos foram utilizados para facilitar a aprendizagem dos alunos.

Luckesi (1998, p. 76), corrobora com o significado do termo avaliar e o seu conceito, conforme as normas da avaliação, trazendo uma ideia de positivo ou negativo, sobre o resultado:

O termo avaliar também tem sua origem no latim, provindo da composição a-valere, que quer dizer “dar valor a...”. Porém, o conceito “avaliação” é formulado a partir das determinações da conduta de “atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação...”, que, por si, implica um posicionamento positivo ou negativo em relação ao objeto, ato ou curso de ação avaliado. Isto quer dizer que o ato de avaliar não se encerra na configuração do valor ou qualidade atribuídos ao objeto em questão, exigindo uma tomada de posição favorável ou desfavorável ao objeto de avaliação, com uma conseqüente decisão de ação.

No PPP, conforme também os dispositivos da LDBEN (BRASIL, 1996), está delineado que a recuperação dos estudos deve ocorrer de forma imediata, no decorrer do processo ensino-aprendizagem, sempre que for detectado através da avaliação que há a necessidade de retomar os conhecimentos que não foram efetivados no decorrer do ano letivo.

Na sequência da leitura e análise do PPP, vimos que está manifestado que o conteúdo motiva o aluno para aprender, mas o mais importante é a forma com que este conteúdo é motivado nos educandos, devendo ser trabalhado de forma que os mesmos sintam prazer em querer estabelecer conexões com a sua realidade. A Professora P.A. afirmou que:

É necessário que todo o conteúdo seja apresentado a partir da realidade do educando, construindo assim, aprendizagem significativa, sendo isto que está bem definido no nosso PPP.

A próxima unidade do PPP são os objetivos e estratégias de ação, as quais indicam que devem dar continuidade aos estudos promovidos juntamente com o corpo docente com vistas à melhoria e à qualidade do processo ensino-aprendizagem, priorizar a recuperação paralela durante todo o ano letivo, fixar regras de desempenho do professor em relação à recuperação dos conteúdos, esclarecer a comunidade escolar sobre o processo de avaliação e acompanhar junto ao professor a recuperação dos alunos, avaliando os resultados obtidos.

As estratégias de ação anunciam com relação às reuniões periódicas e explanação para a comunidade escolar sobre os resultados da avaliação, tanto em sala de aula, como em reuniões:

- Realização de reuniões periódicas com as professoras para:
 - * Estudos e aperfeiçoamento;
 - * Relato e avaliação do processo;
 - * Verificação dos resultados obtidos e do registro dos mesmos.
- Prestação de esclarecimento aos pais e alunos sobre o processo mediante conversas e orientações na sala de aula e em reuniões (PELOTAS, 2010, p. 23).

No decorrer do estudo surgiu a indagação a respeito da avaliação ser representada apenas por nota e não por pareceres diários realizados pelo professor, pois na data marcada para a avaliação o aluno tira uma determinada nota, essa única nota não representa o que o aluno realmente aprendeu, já que a avaliação foi feita em um determinado dia, porém as aprendizagens no decorrer do trimestre devem ser levadas em apreciação de forma que também sejam consideradas pelo professor.

Segundo Hoffmann (2009, p. 105), “[...] para acompanhar cada aluno, em sua expressão única e singular do conhecimento, é iniludível a necessidade da

oportunização de muitas tarefas menores, gradativas e analisadas imediatamente pelo professor [...]”.

A professora P.J. exclamou a respeito:

Eu discordo da nota, os nossos alunos não deviam ser avaliados por nota, pois a nota não é aquilo que eles representam, pois tem dias, que eles estão bem, tem dias que não. Como tu vai avaliar só naquele dia da prova, às vezes aconteceu alguma coisa em casa. Eu sou uma pessoa, que discordo dessa avaliação por nota, já que a gente é uma escola inclusiva.

A professora P.L. complementa a fala da colega, afirmando que:

O aluno não é só aquela nota que ele tirou no dia da avaliação, é um bimestre inteiro. Pois, eu acho que a nota representa só aquele momento, que é muito pontual, né?

Professora P.D. indagou:

A função das notas é a SMED que determina, ou a gente pode optar fazer parecer descritivo até o 5º ano?

Sendo respondido que quem determina esse processo é a escola, mas está decisão deve ser trabalhada com muito cuidado, pois é um processo que não ocorre do dia para a noite, deve ser decidido pelo grande grupo da escola e analisado de forma coerente.

Já a Professora P.L. afirmou que:

A gente pode amadurecer a ideia no próximo ano letivo, pois é uma discussão que exige que a gente esteja com o quadro quase que todo completo, já que tem pareceres que não dizem como é a criança e outros tu enxerga a aprendizagem do aluno. É uma evolução anterior em pensar em ter os resultados expressos no parecer, pois a gente tem que pensar como se faz pareceres, mas eu acho que a gente pode pensar essas discussões.

Todas as professoras presentes concordaram com a fala da professora, deixando assim, como sugestão para o próximo ano letivo, retornarmos com esta proposta para estudo e análise.

No decorrer da discussão sobre o tema, surgiu a ideia de utilizarmos para o próximo ano letivo em 2018, como referência os Direitos de Aprendizagem no Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, elaborado pelo MEC, assegurando uma base nacional comum para todas as escolas brasileiras, sendo garantidas através do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa ações governamentais, como cursos para professores alfabetizadores. Ficando acordado assim, de nos reunirmos

para analisarmos todos os Direitos de Aprendizagem, seguindo novos objetivos e orientações para o próximo ano letivo.

É plausível e urgente – por estar na base de todo o processo educativo - que se inicie esta tarefa pelo traçado das especificações curriculares para o Ciclo inicial de 1o a 3o ano do Ensino Fundamental, denominado Ciclo de Alfabetização. É dentro destas balizas e sensível às necessidades sociais, políticas, culturais e econômicas do país que este documento apresenta ao Conselho Nacional de Educação (CNE) e à sociedade brasileira para debate (e operação) os Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização das crianças brasileiras em idade escolar. [...]. Tal Pacto Nacional supõe ações governamentais de cursos sistemáticos de Formação de professores alfabetizadores, oferecidos pelas Universidades Públicas participantes da Rede de Formação, a disponibilização de materiais pedagógicos fornecidos pelo MEC, assim como um amplo sistema de avaliações prevendo registros e análise de resultados que induzem ao atendimento mais eficaz aos alunos em seu percurso de aprendizagem (BRASIL, 2012, p. 7).

A professora P.L. sugeriu trabalharmos a partir de uma ficha, com os Direitos de Aprendizagem organizada pelos professores baseada na realidade e na necessidade dos alunos, sendo importante tanto para o planejamento das aulas, como também, para a avaliação.

Este é um dos subsídios que será realizado no próximo ano letivo, estudarmos os Direitos de Aprendizagem, ficando estabelecido no PPP o estudo a ser realizado.

O próximo assunto a ser estudado no PPP diz respeito à Recuperação Paralela, que visa desenvolver atividades e dinâmicas, em busca de efetiva aprendizagem dos educandos, trabalhando as suas dificuldades e necessidades no decorrer do trimestre.

O PPP (PELOTAS, 2010) apresenta ações para a recuperação paralela a serem realizadas em sala de aula pelo professor, como sondagem e diagnóstico da realidade dos educandos, revisões dos conteúdos, atendimento individual e correções sistemáticas das avaliações, entre outros.

Aponta também, implicações para os professores, como elaborar estratégias para a recuperação paralela, registrar sistematicamente as atividades, estimular o aluno para que tenha uma postura produtiva na aprendizagem, acompanhar o desempenho do aluno ao longo do trimestre e desenvolver estratégias de estudo, dentre outros.

Como diz Demo (2000, p. 33), o professor deve instigar os alunos na produção do conhecimento.

O aluno não chega a construir sua autonomia sem tornar-se sujeito de suas próprias propostas. O professor, por sua vez, não está aí para facilitar as coisas, ou repassar o conhecimento a ser apenas copiado e reproduzido, mas para desafiar os alunos.

Por último, no tocante a avaliação apresenta implicações para os alunos e suas famílias, como empenhar-se nos estudos durante o ano letivo, assistir com interesse as aulas, ter disciplina e dedicação pelos trabalhos escolares, solicitar esclarecimento das dúvidas durante as aulas, ter consciência de que a escola cabe oferecer os meios, mas os resultados dependem do grau do comprometimento e dedicação.

Após a leitura de cada item em relação às inferências da Recuperação Paralela, baseadas no PPP, a diretora afirmou que:

Todas essas atividades já são realizadas pela escola e em específico pelos professores em sala de aula, sendo acompanhada pela coordenação da escola.

Todos os presentes concordaram que são realizadas estas e outras atividades em busca da aprendizagem dos alunos. Dando continuidade ao estudo, realizamos a leitura sobre os Estudos de Recuperação, no qual apresenta o funcionamento das classes de apoio oferecidas aos alunos, buscando sanar as suas dificuldades e necessidades, sendo disponibilizadas estratégias e atividades durante todo o ano letivo.

Após o desenvolvimento de cada conteúdo, o professor contatará, mediante observação, fichas de anotações, realização de exercícios, manifestação oral ou mesmo através de exercícios de pequenos instrumentos de avaliação se houve aprendizagem e de que forma ela se deu, retomando sempre o que houver necessidade. As aulas de apoio que acontecem no turno inverso, também contribuem, e muito para este processo de recuperação paralela e estudo de recuperação [...]. Depois de feita à recuperação paralela durante o trimestre, para todos os alunos, após o término do trimestre serão feitos dois dias Estudos de Recuperação no turno inverso conforme Regimento da escola (PELOTAS, 2010, p. 25).

O próximo assunto a ser tratado no PPP (PELOTAS, 2010) acerca da avaliação tem como título Avaliação do Aluno afirmando ser importante, pois fornece um diagnóstico aos professores, contendo elementos para a busca de estratégias

para conduzir e evoluir o processo ensino-aprendizagem dos alunos, como também, fornece ao aluno o reconhecimento da sua aprendizagem, orientando na qualificação do seu desempenho escolar.

Concluindo sobre a Avaliação do Aluno no PPP, está garantido ao final de cada trimestre reunião para com os pais e responsáveis para a entrega de notas e pareceres.

A escola proporciona ao final dos trimestres, durante a entrega dos boletins escolares, o encontro entre familiares e/ou responsáveis com os/as docentes de todos os anos (séries), ou a qualquer momento que a família julgar necessário, dentro do horário do professor na escola (PELOTAS, 2010, p. 27).

Finalizamos a Roda de Conversa sobre Avaliação com o título, Relatório de Avaliação Geral da Escola, sinalizando a avaliação como processo, retomando os conteúdos sempre que necessário, tendo como objetivo geral, a aprendizagem do aluno.

Conforme PPP (PELOTAS, 2010, p. 28), “[...] mesmo com essa retomada no processo, os conteúdos são revisados durante o ano, para manterem-se vivos, e tornando a aprendizagem rica em conteúdos significativos, revividos a cada momento”.

O próximo conteúdo do PPP, em anexo é os conteúdos do 1º Ano ao 5º ano do Ensino Fundamental de nove anos de Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Ensino Religioso, no qual é analisado todo o início de cada ano letivo pelas professoras e coordenadora pedagógica.

Dando como concluída a Roda de Conversa, agradei a todas que se fizeram presentes, por este momento tão importante de análise e reflexão sobre o PPP, evidenciando que não seria possível o estudo sobre o PPP, sem a colaboração de todas.

Professora P.L. pronunciou-se afirmando que:

As Rodas de Conversa são muito produtivas, mas principalmente esta, onde tratamos sobre várias questões além da avaliação, como planejamento, ações diárias da sala de aula e da escola, relações entre escola, alunos e pais, dentre tantas outras questões.

Todas as professoras concordaram com a fala da professora P. L., afirmando que foi um momento muito importante e significativo. Solicitei que na próxima e

última Roda de Conversa, todas trouxessem seu Diário de Campo com as suas avaliações e anotações sobre os assuntos tratados nas Rodas de Conversa.

Sinalizei que na última Roda de Conversa analisaremos todos os subsídios para significação e reconstrução do PPP, os quais foram indicados durante as Rodas de Conversa.

4.3.8 8ª Roda de Conversa

A oitava e última Roda de Conversa foi realizada com professores, funcionários e equipe diretiva, num total de 22 participantes, aconteceu no dia 02 de dezembro de 2017, às 17h30min.

A Roda de Conversa começou com avisos gerais e orientações dadas pela diretora e coordenadora pedagógica, sobre as datas do final de ano e o calendário de recomeço das atividades escolares para 2018.

A programação da última Roda de Conversa foi a apresentação e explicação dos subsídios para a significação e reconstrução do PPP, que foram sinalizados durante as demais Rodas de Conversa por todos que se fizeram presentes nos encontros, sendo entregue uma cópia para cada participante, podendo acompanhar a apresentação.

Logo após, a solicitação dos Diários de Campo que foram entregues na primeira Roda de Conversa para todos os professores, equipe diretiva e funcionários, demandando a avaliação dos encontros, posteriormente foi entregue uma Avaliação Geral das Rodas de Conversa, e por último, a confraternização, em forma de agradecimento pelo trabalho realizado em grupo, em busca da atualização do PPP.

Os subsídios elaborados para significação e reconstrução do PPP da EMEF Balbino Mascarenhas, são:

- Atualizar os Dados de Identificação da Escola, como número de professores, alunos, funcionários e os nomes da equipe diretiva, conforme eleições ocorridas no mês de Novembro de 2017, equipe esta escolhida, onde hoje faço parte como Coordenadora Pedagógica, deliberada pelo exercício democrático do voto;
- Dar embasamento com dados estatísticos do Posto de Saúde do Bairro Simões Lopes para a seguinte afirmação:

A população caracteriza-se por famílias de diversos tipos na sua formação: filhos criados unicamente pela mãe, que trabalha fora ficando na companhia da avó, da tia, vizinha, irmão ou irmão maior ou nas Escolas de Educação Infantil das redondezas, *alguns filhos de usuários de drogas* (PELOTAS, 2010, p. 5, grifo nosso).

- Solicitar a EJA à SMED;
- Registrar e solicitar Reuniões Pedagógicas periodicamente, sendo a grande reclamação do grupo de professores à falta de reunião pedagógica na escola, sendo solicitadas assim, reuniões pedagógicas quinzenais;
- Utilizar a palavra Filosofia da Escola, ao invés de Missão da Escola;
- Proporcionar atividades que envolvam mais a família na escola, em relação ao processo de ensino-aprendizagem do aluno, elaborar projetos que envolvam a escola de forma efetiva no processo educacional;
- Retirar o item que se refere à Disciplina de Espanhol, pois não há no nosso currículo escolar;
- Fundamentar teoricamente a metodologia de trabalho, dando embasamento teórico;
- Organizar grupos de estudos para aprofundar o conhecimento sobre os teóricos que embasarão a nossa metodologia de trabalho;
- Garantir a participação dos professores em cursos e reuniões em outros locais fora da escola;
- Embasar o Tema Transversal Educação Ambiental (BRASIL, 1999), com a metodologia do ECOVIVER;
- Organizar o quadro de Recursos Humanos da Escola, atualizando o quadro com os seguintes profissionais como, Professor de Educação Infantil e Auxiliar, Professor de AEE, Monitor, Cuidador, Funcionários e Merendeiras;
- Atualizar as atribuições dos funcionários, conforme o cargo exercido;
- Apoiar o professor diante da comunidade escolar, sendo que já está registrado no PPP, mas deve ser ratificado;
- Organizar horários semanais para todas as turmas frequentarem a Biblioteca da Escola;
- Analisar, discutir e garantir os Direitos de Aprendizagem no Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental, dando continuidade ao trabalho baseado nos mesmos;

- Garantir os Direitos de Aprendizagem no ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental;
- Repensar e reavaliar o processo de avaliação do aluno sempre quando necessário e solicitado;
- Utilizar Pareceres ao invés de Nota é uma sugestão a ser decidida futuramente no grande grupo;

Esses são os subsídios para a significação e reconstrução do PPP que foram sinalizados pelos professores e funcionários da escola, de modo a alcançar plenamente os objetivos do Projeto de Intervenção.

Dando por encerrado assim, as Rodas de Conversa no dia 02 de dezembro de 2017, com a seguinte citação de Freire (1991, p. 58).

Ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática.

4.4 Análises dos Diários de Campo e da Ficha de Avaliação

Para o processo de avaliação com os participantes da Roda de Conversa foi planejado no Projeto de Intervenção apenas o Diário de Campo, onde todos os professores, funcionários e equipe diretiva deveriam realizar seus registros de cada encontro ao término, registrando as suas necessidades, percepções e reflexões dos assuntos tratados nos mesmos.

No Projeto de Intervenção a avaliação de cada encontro aconteceria na Roda de Conversa, sendo destinando um tempo após a mesma para a realização da avaliação, porém em função da Roda de Conversa ser utilizada também pela equipe diretiva como Reunião Pedagógica, utilizando-se de um tempo significativo, o planejamento teve que ser mudado, não sendo realizada a avaliação de cada encontro na própria Roda de Conversa, pois não daria tempo para a avaliação de todo o PPP, ficando em aberto para a avaliação ser realizada pelos participantes em outro momento, conforme sua organização pessoal.

Previendo que isso não aconteceria de forma efetiva pela grande maioria dos participantes, elaborei para a última Roda de Conversa uma Ficha de Avaliação, sendo esta uma avaliação extra, além do Diário de Campo.

Na penúltima Roda de Conversa solicitei a entrega dos mesmos, apenas oito professoras entregaram a sua avaliação e anotações.

A avaliação (APÊNDICE C) entregue para os participantes na última Roda de Conversa abrangia três questionamentos, sendo eles:

- Acreditas que foi importante o estudo, reflexão e avaliação sobre o Projeto Político-Pedagógico da nossa escola?
- O que foi mais significativo nas Rodas de Conversa?
- O que acreditas que ficou pendente nas Rodas de Conversa?

Todos os presentes na Roda de Conversa responderam a avaliação, antes do término do último encontro totalizando quinze avaliações.

Dos Diários de Campo recolhidos apenas três professoras refletiram sobre o processo de estudo, análise e avaliação do PPP, assim como a concretização das Rodas de Conversa, os demais Diários de Campo continham apenas anotações dos subsídios construídos, subsídios estes já analisados na última Roda de Conversa.

Professora P.L. deu sua contribuição afirmando que:

Penso que esse momento, para além da elaboração de mudanças no PPP significa a possibilidade dos professores fazerem a reflexão da escola que temos, para a escola que queremos. Acredito que educação de qualidade só se faz em escolas que oportunizam a reflexão através de reuniões pontuais e de caráter pedagógico, o que ainda carecemos na nossa escola de momentos para tal.

Em mais uma declaração é retratada a ausência de reuniões pedagógicas e não apenas de caráter informativo na escola, ficando evidente na fala da Professora P.L. em que esses momentos de discussão além de avaliarmos o PPP é o ensejo para refletirmos sobre a escola que temos e a escola que desejamos, sendo que através do conhecimento e análise do PPP vamos deixar inequívoco a ação pedagógica que vamos proporcionar aos nossos educandos.

A professora P.L. apresentou sua posição sobre as Rodas de Conversas, afirmando que:

De qualquer forma, essas Rodas de Conversas podem nos subsidiar para que façamos as alterações no PPP de forma mais qualificada, com discussões sobre a concepção de escola de qualidade e que precede a elaboração do PPP. Com a

perspectiva de atender aos desafios postos pela legislação e normas vigentes, acredito que é preciso olhar de perto a escola, seus sujeitos, sua complexidade, rotinas e fazer as indagações sobre suas condições concretas, suas história, sua organização interna, que a meu ver deve estar contemplada no PPP.

A professora afirmou como sendo positivas as Rodas de Conversa de modo a qualificar o PPP, através da análise e reflexão sobre uma escola de qualidade, que antecede o estudo do mesmo, sendo este o objetivo das Rodas de Conversa.

Da mesma forma fez uma análise a respeito do que deve ser pensado e analisado, primeiramente suprimindo as necessidades da legislação e normas vigentes, e ponderar a escola como um todo, sobre sua organização interna e sobre todos os sujeitos que dela fazem parte, devendo ser descrito no PPP.

Toda a análise do PPP veio ao encontro de repensar a escola, qualificando o processo de ensino-aprendizagem, a partir do momento que avaliamos o PPP, estamos em busca de qualificar as ações pedagógicas da instituição.

A professora P.L. fez uma crítica a respeito da 3ª Roda de Conversa, afirmando que faltaram pressupostos teóricos para a análise do PPP, sendo que nesta Roda de Conversa foi retomado o encontro anterior, dando continuidade com a organização dos grupos de estudo sobre o Projeto Político-Pedagógico, realizada a leitura reflexiva e o estudo de todo o PPP.

Professora P.L. declarou que:

Nessa reunião penso que faltou pressupostos teóricos para que nós tivéssemos como pensar as mudanças do PPP.

Concordo plenamente com a professora, sem dúvida teríamos que ter trabalhado anteriormente a legislação que dá embasamento ao PPP, que era um dos objetivos, e outro encontro apenas para tratar sobre os pressupostos teóricos que embasam a necessidade do PPP atualizado, foi mencionado sobre as questões teóricas, mas de forma superficial, e como organizadora deste momento também senti falta da análise e reflexão sobre as questões teóricas metodológicas.

Porém, em razão do tempo e do pequeno espaço proporcionado e liberado pela equipe diretiva da escola foi impossível realizar a leitura e análise do PPP e estudar as questões teóricas metodológicas que deveriam anteceder o estudo do mesmo.

Na sequência a professora P.L. traz em sua avaliação exatamente a minha aflição em relação ao tempo reduzido disponibilizado pela equipe diretiva para as Rodas de Conversa, foi conversado com a equipe diretiva a respeito das oito Rodas de Conversa, mas o argumento é que seria inviável termos mais que oito encontros, lembrando que as Rodas de Conversa também eram dispostas para Reuniões Pedagógicas pela própria equipe diretiva.

A professora P.L. afirmou lamentando que:

Sei que temos algumas dificuldades em termos de tempo para a discussão do PPP. Para mim, precisaríamos de mais reuniões para qualificar essa discussão. Fico um pouco frustrada com esse ligeiramente das discussões, o que pode trazer uma falta de compreensão do que estamos tratando. Uma sugestão para próximas reuniões seria ter subsídios teóricos para a discussão sobre avaliação, projetos, metodologias, etc.

Além do descontentamento sobre o pouco tempo dos encontros, a professora P.L. trouxe como sugestão para futuras reuniões, devendo ser estudado questões teóricas sobre avaliação, projetos e metodologia, dentre outros.

A professora P.L. trouxe como avaliação em seu Diário de Campo que o processo de intervenção possibilitou a análise e discussão do processo pedagógico da escola, sendo este o objetivo do processo de intervenção, repensar e refletir sobre as ações pedagógicas diária da escola, a partir da avaliação do PPP.

Professora P.L.:

O Projeto de Intervenção da colega provocou em mim significativa reflexão sobre as possibilidades que um trabalho interventivo e pontual nas reuniões da escola possibilita a discussão dos processos pedagógicos que vivemos na escola. [...]. Espero que esse trabalho, de fato, seja uma abertura para reuniões mais qualificadas e focadas nas questões pedagógicas da escola.

Reiterando a fala da Professora P.L. Alarcão (2001, p. 27) afirma que para transformar a escola ela deve ser redefinida em um espaço ativo e reflexivo, capaz de produzir conhecimento, através da correspondência com todos os sujeitos que dela participam:

A minha convicção é de que, se quisermos mudar a escola, devemos assumi-la como organismo vivo, dinâmico, capaz de atuar em situação, de interagir e desenvolver-se ecologicamente e de aprender a construir conhecimento sobre si própria nesse processo. Considerando a escola como um organismo vivo inserido em um ambiente próprio, tenho pensado a escola como uma organização em desenvolvimento e em aprendizagem

que, à semelhança dos seres humanos, aprende e desenvolve-se em interação.

O próximo Diário de Campo a ser analisado será da Professora P.R. que declarou:

Os encontros para o estudo do PPP da Escola Balbino Mascarenhas foram de suma importância para mim que ainda não tinha lido o documento. Assim, como foi de suma importância para a escola já que o PPP estava desatualizado em alguns pontos e precisava de ajustes em outros, o que foi sendo realizado em cada Roda de estudo do mesmo. A principal colaboração creio ter sido em relação às questões voltadas à avaliação, que foi apontada por grande parte do corpo docente da escola, como um elemento que deveria ser reformulado, a fim de qualificar o processo de ensino-aprendizagem.

Confirmando a análise dos Princípios Investigativos sobre o PPP, a professora P.R. não tinha conhecimento sobre o documento, sua afirmação corrobora o desconhecimento da maioria dos professores sobre o documento balizador da escola.

A professora deixou evidente a importância das Rodas de Conversa para a atualização do PPP, tendo como ponto principal o estudo sobre a avaliação do processo ensino-aprendizagem, sendo um dos elementos que foi muito debatido nas Rodas de Conversa.

O outro Diário de Campo entregue pela Professora P.M. a ser apreciado diz que no decorrer das Rodas de Conversa pode participar da reelaboração do PPP, tendo oportunidade de colaborar com sugestões, qualificando assim, o processo ensino-aprendizagem.

Professora P.M.:

No decorrer das reuniões pude ouvir e também participar da reelaboração do PPP da escola, dando sugestões para melhorar a prática do dia a dia dentro da escola, a favor do nosso aluno, junto com as metas que a escola quer alcançar envolvendo a família e a comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem do aluno.

A Professora P.M. também faz referência à formação continuada dos professores, sendo a atualização ao longo da carreira de fundamental importância para que consigamos desenvolver possibilidades de práticas para potencializar o processo ensino-aprendizagem dos educandos.

A Roda de Conversa é um desses momentos de formação continuada, pois os professores estão conhecendo o PPP da escola, na qual atuam e debatendo sobre as ações diárias, tendo a oportunidade de refletir e ponderar sobre o processo ensino-aprendizagem proporcionado aos educandos, qualificando-o.

Professora P.M.:

Nossos alunos têm o direito e acesso ao estudo e nós como formadores e profissionais devemos ter um olhar não só para o que o aluno irá aprender, mas sim como orientá-los para chegar ao conhecimento e ter a verdadeira aprendizagem. Então vem na memória a formação continuada dos professores, embora muitos professores tenham opiniões divergentes, acreditamos que só com uma formação superior não é o suficiente, pois temos que ter a prática e para que esta prática se torne reflexiva e de grande ajuda para os nossos alunos se faz necessário à atualização constante ao longo de toda uma carreira.

Conforme Nóvoa (1991, p. 30), a escola deve organizar-se para tornar o espaço um lugar de referência para a formação continuada, em prol de solucionar as dificuldades existentes, através de projetos de ação.

A formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos.

A professora P.M. sinalizou o fechamento de sua escrita afirmando que o PPP é um documento que serve para o bom funcionamento da escola, não devendo ser esquecido, mas sim, sempre revisto quando necessário.

Professora P.M.:

Sabemos que devemos cumprir com o que foi determinado no PPP, a cada dúvida, ele servirá de consulta para resolver alguma situação, por isto, ele não pode ficar esquecido e sim ser uma ferramenta para o bom funcionamento da escola.

Analisando as avaliações das Rodas de Conversa em todas as quinze avaliações as professoras afirmaram na primeira questão ser importante o estudo, reflexão e avaliação sobre o PPP declarando que:

Professora P.M. declarou que:

É importante para repensarmos o mesmo, podendo assim modificá-lo de acordo com as ideias de cada docente. É imprescindível sabermos como se encontra o Projeto Político-Pedagógico, se está de acordo com a realidade atual do nosso aluno e de que forma podemos modificá-lo.

A Professora P.J. afirmou que:

Sim, as Rodas foram de grande valia, pois esses momentos de reflexão nos levaram a repensar vários itens, maneiras de agregar melhorias ao nosso trabalho, foram esclarecedoras e de grande troca de conhecimento.

A Funcionária F.J., mencionou que:

Considero muito importante momentos como esses para avaliar nosso processo ensino-aprendizagem, no sentido de focar no aluno e a melhor forma de ajudá-lo a construir seu aprendizado e desenvolvimento intelectual, pois o desenvolvimento do aluno passa por todos os setores da escola.

A Professora P.R. deixou evidente a sua opinião sobre o estudo, reflexão e avaliação sobre o PPP, afirmando que:

Acredito que sim, pois é através deste estudo pude entender e me apropriar melhor do Projeto Político-Pedagógico da escola. Também o estudo proporcionou a participação de todos os envolvidos, colaborando para a atualização e reconstrução do PPP da escola.

A Professora P.M.S. reiterou que:

Sim, é de fundamental importância que aconteça esse estudo, para que todos possam opinar e discutir as questões relacionadas ao nosso objetivo principal que é o aluno. Então, deve ser discutido e pensado, fazendo a reflexão de nossa prática.

Faz-se alusão a algumas respostas da primeira questão, sendo de forma categórica as respostas das professoras, afirmando que é importante o estudo, reflexão e avaliação do PPP, ficando evidente a importância das Rodas de Conversa para o conhecimento do PPP e dos objetivos do mesmo, tendo como propósito o processo de ensino-aprendizagem dos educandos, tal como a relevância da participação dos professores, funcionários e equipe diretiva.

A próxima questão referente à avaliação abordou sobre o que foi significativo nas Rodas de Conversa?

As professoras manifestaram-se nas avaliações de forma positiva, afirmando que foi significativo as Rodas de Conversa, pois tiveram espaço para discussão de forma democrática no grande grupo, como troca de conhecimento e ideias, a qualificar o trabalho e avaliar o PPP.

A Professora P.R. destacou que os momentos de conversa foram significativos, uma vez que:

De forma coletiva professores, funcionários e equipe diretiva traçaram ações necessárias para o andamento qualificado da escola. Por meio desses momentos conseguiu-se compartilhar o PPP da escola com todos, configurando-se a gestão escolar como democrática e em consequência a escola ganha uma identidade clara facilitando o cumprimento de objetivos e metas.

A Professora P.M. declarou que:

O mais importante é a troca de ideias, o PPP tem que ser muito bem analisado e discutido porque é o documento que vai reger a Política Pedagógica da escola.

Professora P.A. evidenciou ser significativa a troca de ideias, afirmando que:

As Rodas de Conversa foram importantes, pois houve trocas de ideias, havendo crescimento para a escola e para os profissionais, atingindo o objetivo de avaliar e reconstruir o PPP.

A Professora P.C. salientou que:

Foi significativa a troca de experiências e debates, tanto em pequeno, como em grande grupo.

Professora P.T. frisou:

Que as Rodas de Conversa foram importantes, sendo significativas as ideias compartilhadas com os colegas no geral, somando assim, o conhecimento com o grande grupo.

De forma geral, todas as avaliações retrataram que as Rodas de Conversa foram de grande valia, sendo significativa a troca de experiências, ideias e conceitos, de modo a analisar e avaliar o processo de gestão diário da escola, criando assim, subsídios para significação e reconstrução do PPP.

A última interrogação da avaliação fez menção, ao que havia permanecido pendente nas Rodas de Conversa.

Em quatro das avaliações foram citadas questões como, aprofundamento no ciclo de alfabetização, avaliação, inclusão, a formação dos profissionais e o trabalho desenvolvido com os alunos especiais.

Concordo plenamente com as questões apontadas como pendentes, sendo que em função do pouco tempo disponibilizado pela escola para os encontros, tornou-se inviável a amplificação da discussão sobre estes temas.

Como Coordenadora Pedagógica escolhida pela Consulta Popular referente ao ano de 2018 a 2020, comprometo-me a proporcionar mais Rodas de Conversa para a análise e discussão dos temas sugeridos, dando assim, continuidade ao processo de desenvolvido do Projeto Intervenção, como da mesma forma a avaliação periódica do PPP.

Nas demais avaliações as Rodas de Conversa não indicaram nenhuma questão pendente, conforme a assertiva das professoras.

A Professora P.R. afirmou que:

Acredito que ficou tudo bem claro e nada pendente, entretanto acredito ser essencial uma reflexão contínua do PPP, uma vez que o mesmo é um processo permanente da escola.

Professora P.A. declarou acreditar:

Que foi bom o momento de reflexão, sendo satisfatório ter participado deste trabalho.

Professora P.J. destacou a respeito das Rodas de Conversa que:

Para mim essas Rodas de Conversa são essenciais para o nosso crescimento profissional e pessoal.

Professora P.C. evidenciou sobre a avaliação do PPP e sobre os indicativos a serem analisados.

A meu ver não ficou nada pendente, pois discutimos sobre o Projeto Político-Pedagógico em si, já deixando alguns assuntos para serem discutidos futuramente.

A Professora P.T. afirmou que não ficou nada pendente nas Rodas de Conversa.

Para mim ficou e foi tudo bem esclarecido.

Perante as avaliações realizadas pelos participantes nas Rodas de Conversa ficou evidente que têm indicativos a serem analisados e estudados, conforme as indicações, pois como bem afirmou a professora P.R. o PPP deve ser analisado e avaliado constantemente, devendo ser realizada uma reflexão contínua do mesmo.

Será dada a continuação aos estudos dos indicativos citados como inconclusivos dando seguimento ao processo permanente de reflexão do PPP, de forma a assegurar a avaliação constante do documento balizador da escola, pelos

diferentes segmentos, como professores, gestores, funcionários, pais e alunos, levando em conta o trabalho pedagógico realizado na instituição.

Medel (2012, p. 35) afirma que:

Cada escola é única, sendo assim o projeto precisa levar em conta o trabalho pedagógico em sua totalidade, representando claramente as intenções da instituição. A partir dessa concepção, ele não pode ser elaborado por apenas uma pessoa, mas sim por todos os envolvidos no processo educativo. Também não deve ser planejado de uma só vez, mas de modo processual e gradativo, cumprindo sua função social por meio de ações a curto, médio e longo prazo.

O processo de avaliação alusivo ao Diário de Campo não foi efetivamente eficaz, em vista ao pouco tempo disponibilizado para as Rodas de Conversa, não havendo tempo disponível para as professoras avaliarem cada encontro na própria Roda de Conversa, ficando assim, assegurado a avaliação em outro momento mais propício, conforme sua disponibilidade de tempo.

Já avaliação realizada na última Roda de Conversa foi mais efetiva, sendo realizada no próprio ambiente do encontro, de forma a possibilitar uma avaliação mais categórica a respeito dos encontros, trazendo os indicativos esperados.

Portanto, as avaliações foram de extrema importância para conclusão das Rodas de Conversa tendo alcançado os objetivos propostos, analisando, avaliando e construindo os subsídios para a significação e reconstrução do PPP.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Intervenção foi desenvolvido na E.M.E.F. Balbino Mascarenhas, com o objetivo de analisar e avaliar o processo da gestão e do cotidiano escolar criando subsídios para significação e reconstrução do Projeto Político-Pedagógico.

A partir deste e dos demais objetivos delineados, alcançamos o término do processo de intervenção com sucesso, de modo a identificar o conhecimento do PPP pelos docentes da escola; apresentar a importância do PPP para os docentes e equipe diretiva; sensibilizar os docentes e equipe diretiva da necessidade de avaliar o PPP, a todo o momento; identificar como o PPP vem sendo qualificado conforme as ações diárias da escola.

Como também, propor a participação dos docentes e equipe diretiva para conhecer o PPP e analisar, conforme a legislação vigente; identificar e analisar os diferentes aspectos pedagógicos apontados como essenciais pelos docentes no Projeto Político-Pedagógico, visando aprofundá-los e qualificá-los, conforme as necessidades evidenciadas pelo grupo; reavaliar o PPP e propor a construção de subsídios conforme as necessidades, frente às indicações dos docentes.

Todas as intenções propostas no começo do Projeto de Intervenção foram analisadas e avaliadas no decorrer da proposta interventiva, averiguando a possibilidade de continuação e a necessidade de alternância das mesmas, concluindo assim, o Projeto de Intervenção com todos os propósitos finalizados.

Não obstante, o término da proposta interventiva, não significa a conclusão da análise, mas a continuação do processo de reflexão coletivo, evidenciado nas Rodas de Conversa, todos os participantes foram instigados a continuar e solicitar momentos como este, onde haja mais reuniões pedagógicas para repensar a prática pedagógica e não apenas reunião de caráter informativo, a prática interventiva teve grande relevância para a análise e avaliação das ações pedagógicas, como o do PPP.

A análise, avaliação e reconstrução dos subsídios do PPP foram realizadas por todos os integrantes da instituição escolar no ano de 2017, sendo apresentado a SMED no ano de 2018, porém não significa que este está pronto e acabado, e que pode novamente ser arquivado sem o conhecimento dos demais professores e funcionários que futuramente farão parte da escola, entretanto, o PPP está sempre em movimento e reconstrução coletiva, sendo este um documento vivo e de caráter

eminentemente dinâmico, que aponta o rumo e o caminho a ser percorrido pela instituição escolar. De acordo com Villas Boas (1998, p. 180), a avaliação e as devidas revisões são um processo contínuo:

[...] falar de projeto político-pedagógico implica em falar de avaliação, por ser esta a categoria do trabalho escolar que o inicia, o mantém no andamento desejável, por meio de contínuas revisões de percurso, e por oferecer elementos para a análise do produto final.

A construção coletiva do PPP deve ser baseada em propósitos e intenções bem delineadas, com atitudes democráticas e problematizadoras, por parte dos professores, funcionários, pais e alunos, havendo uma meta e um destino a ser percorrido de modo que tenha objetivos sérios e pertinentes, conforme a realidade escolar.

Conforme Alarcão (2001, p. 26): “Necessita ter uma visão partilhada do caminho que quer percorrer e refletir sistemática e cooperativamente sobre as implicações e conseqüências da concretização dessa visão”.

A proposta interventiva foi baseada na realidade da instituição e de seus sujeitos, sendo analisado e avaliado, elaborando os subsídios para significação e reconstrução a partir da realidade da comunidade escolar, por este motivo, o PPP deve ser repensado a todo o ano letivo, pois a cada ano há novos alunos, com realidades e vivências diferentes.

A Roda de Conversa foi de grande valia neste processo de intervenção, sendo a proposta bem aceita por todos os participantes, um momento de diálogo e reflexão sobre a ação educativa da instituição, tornando-se um espaço de reflexão coletivo, democrático e autônomo, em busca dos subsídios para reconstrução do PPP.

Em relação à ação coletiva Alarcão (2001, p. 70-71), salienta que:

É preciso ter clareza de que a formação dessa consciência coletiva é um processo histórico que impulsiona a transformação da ação-reflexão-criação individuais para a ação-reflexão-criação coletivas, em um contexto determinado onde há embates de idéias convergentes e divergentes. Por certo, a organização escolar consiste em um desses contextos.

Acredito que a partir desta ação coletiva das Rodas de Conversa as reuniões pedagógicas se concretizarão de forma mais construtiva na escola, evidenciando o

processo de ensino-aprendizagem dos educandos, desenvolvendo o processo pedagógico em interação com todos da instituição escolar.

A proposta interventiva foi realizada com os professores, funcionários e equipe diretiva, porém, ficou acertado com os demais membros da equipe diretiva que o PPP só terá valor com a análise e avaliação da comunidade escolar, havendo a participação de todos os membros da instituição, como pais e alunos, pois o PPP é um processo coletivo e ininterrupto que deve ser pensado por todos da comunidade escolar.

Como Coordenadora Pedagógica, eleita pela Consulta Popular no ano de 2017, assumo a responsabilidade de proporcionar mais reuniões pedagógicas, propiciando a participação, diálogo e a reflexão de toda a comunidade escolar, tendo como referência a busca pela ação coletiva e o processo democrático, como também, tornar o PPP um documento dinâmico dentro da escola, não um documento que serve apenas para cumprir as normas legais, como até então era interpretado na escola.

Referente à participação de todos na escola e a ação da equipe diretiva Bussmann (1995, p. 43 apud VEIGA, 1998, p. 14) alega que:

[...] na organização escolar, que se quer democrática, em que a participação é elemento inerente à consecução dos fins, em que se buscam e se desejam práticas coletivas e individuais baseadas em decisões tomadas e assumidas pelo coletivo escolar, exige-se da equipe diretiva, que é parte desse coletivo, liderança e vontade firme para coordenar, dirigir e comandar o processo decisório como tal e seus desdobramentos de execução.

Sendo assim, os subsídios elaborados para significação e reconstrução do PPP, foram organizados e entregues pela EMEF Balbino Mascarenhas à mantenedora SMED, para a análise e averiguação dos novos subsídios elaborados e reconstruídos pelo grupo de professores, funcionários e equipe diretiva, dando continuidade assim, no decorrer do ano letivo de 2018, o grande chamamento para os demais integrantes da comunidade escolar em geral, pais e alunos.

Como pesquisadora, professora e coordenadora pedagógica da E.M.E.F. Balbino Mascarenhas deixo explícito a minha satisfação de fazer parte deste grupo de professores, funcionários e equipe diretiva, que se mostraram e permaneceram dispostos a participar, dialogar, problematizar e refletir sobre o PPP da escola,

criando novos caminhos e meios em busca de uma prática pedagógica de qualidade para seus educandos.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Formação Reflexiva de Professores: Estratégias de Supervisão**. Porto: Porto Editora, 1996.

_____. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

_____. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. **Temas transversais e a estratégia de projetos**. São Paulo: Moderna, 2003.

BARROSO, João Barroso. O estudo da autonomia na Escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In: BARROSO, João (Org.). **O estudo da Escola**. Porto: Porto Editora, 1996, p. 1-13.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 16 fev. 2017.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 31 jan. 2018.

_____. Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 nov. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm>. Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 jul. 2010a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2017.

_____. Resolução n. 7, de 14 de dezembro de 2010. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 2010b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. Parecer CNE/CEB n. 7/2010, de abril de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jul. 2010c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 07 abr. 2017.

_____. Resolução FNDE/CD nº 24, de 16 de agosto de 2010. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos programas de formação inicial e continuada de professores e demais profissionais de educação, implementados pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) e pagas pelo FNDE. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 out. 2010d. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UriPublicasAction.php?acao=abrirAtoPubli>>

co&sgl_tipo=RES&num_ato=00000024&seq_ato=000&vlr_ano=2010&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. **Elementos conceituais e metodológicos para definição dos Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/DICEI, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12827-texto-referencia-consulta-publica-2013-cne-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 07 abr. 2017.

_____. **Planejamento a próxima década:** Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC/SASE, 2014b. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2017.

BRZEZINSKI, Iria. Fundamentos Sociológicos, Funções Sociais e Políticas da Escola Reflexiva e Emancipadora: Algumas Aproximações. In: Isabel Alarcão (Org.). **Escola reflexiva e nova racionalidade.** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001, p. 65-82.

BUSSMANN, Antônia Carvalho. O Projeto Político-Pedagógico e a Gestão da Escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** Uma construção possível. 29. ed. Campinas: Papirus, 2013, p. 37-52.

CAETANO, Maria Raquel. **Reflexões sobre gestão democrática e qualidade de ensino.** Artigo produzido como material para o curso de Letras/FACCAT. Disponível em: <https://saga.faccat.br/p907/c_arquivo.php?chave=39>. Acesso em: 15 jan. 2018.

CALHEIROS, Adriana. Construindo o PPP. **Youtube.** 24 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=AHAifUyVm0s>>. Acesso em: 24 out. 2016

CORREIA, Luis de Miranda. **Inclusão e necessidades educativas especiais:** um guia para educadores e professores. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008.

DAMIANI, Magda Floriana. Sobre pesquisas do tipo intervenção. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 16., 2012, Campinas/SP. **Anais...** Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012, p. 1-9.

DEMO, Pedro. **Conhecer & aprender: sabedoria dos limites e desafios.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. **Participação é conquista.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação: técnica e ética. Campinas, **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 6, n. 3, p. 7-19, set. 2001. Disponível em: <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1151/1146>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

ESTEBAN, Maria Teresa. **Escola, currículo e avaliação.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1227-1249, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22619>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar.** 6. ed. São Paulo: Olho D'Água, 1995.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 20. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In: Conferência Nacional de Educação para Todos, 1., 1994, Brasília/DF: **Anais...** Brasília/DF: Ministério da Educação, 1994.

_____. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____. Avaliação Institucional: Necessidades e condições para sua realização.

DRB Assessoria, 2010. Disponível em: <http://www.drb-assessoria.com.br/Avali_Institucional.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2017

GERÊNCIA de avaliação Institucional. **Universidade Estadual de Goiás**. Disponível em: <WWW.avaliacaoinstitucional.ueg.br>. Acesso em: 02 jul. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GRISPUN, Mirian Paura S. Zippin (Org.). **Supervisão e Orientação Educacional: Perspectivas de integração na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 11. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ÍNDICE de Desenvolvimento da Educação Básica. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. [S.l.] 05 set. 2009. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=1703156>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiás: Alternativa, 1996.

_____. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____.; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LÜCK, Heloísa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 6. ed. São Paulo. Cortez, 1997.

_____. Verificação ou avaliação: o que pratica a escola? **Caderno Idéias**, São Paulo, v. 8, p. 71-80, 1990.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Berta. Projecto Educativo de Escola – do porquê construí-lo à gênese da construção. **Inovação**, Lisboa, v. 4, n. 2-3, p. 127-139, 1991.

MALAVASI, Maria Márcia Sigrist. Avaliação Institucional de qualidade potencializada pela participação dos vários segmentos da escola. In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas et al., (Orgs.). **Convergências e tensões no campo de formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 84-103.

MARINO, Eduardo. **Manual de avaliação de projetos sociais**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto Político-Pedagógico: Construção e Implementação na Escola**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

MELCHIOR, Maria Celina. **Avaliação Institucional da escola básica**. Porto Alegre: Premier, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 9-29.

NÓVOA, António. Concepção e prática da formação continuada de professores. In: NÓVOA, António (Org.). **Formação continuada de professores: realidade e perspectivas**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991, p. 9-32.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. Educação de Jovens e Adultos (EJA): Perspectivas Metodológicas e Aprendizagem Significativa. **Mimesis**, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, set./dez. 2012.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa. Gestão, financiamento e direito à educação Análise da Constituição Federal e da LDB. In: MURANAKA, Maria Aparecida Segatto; MINTO, César Augusto (Orgs.). **Organização da Educação Escolar**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007, p. 43-62.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

PELOTAS. Lei Orgânica Municipal de Pelotas. **Câmara Municipal de Pelotas**, Pelotas, RS 01 jan. 1990. Disponível em: <<http://www.camarapel.rs.gov.br/leis/lei-organica/leiorg.pdf>> Acesso em: 15 out. 2016.

_____. **Projeto Político-Pedagógico**. Escola Municipal de Ensino Fundamental Balbino Mascarenhas. Pelotas, 2010.

_____. Lei nº 6.245, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação para o decênio 2015- 2024, e dá outras providências. **Câmara Municipal de Pelotas**, Pelotas, RS, 24 jun. 2015. Disponível em: <http://sapl2.camarapel.rs.gov.br/sapl_documentos/norma_juridica/2171_texto_integral>. Acesso em: 20 nov. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Lei n.10.576, de 14 de novembro de 1995. Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências. **Diário do Estado do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, RS, 14 nov. 1995. Disponível em: <www.educacao.rs.gov.br/dados/lei_10.576_compilado.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

_____. Parecer nº 545/2015, Processo CEEed nº 253/27.00/14.3. Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio no Sistema Estadual de Ensino. **Conselho Estadual de Educação**, Porto Alegre, RS, 2015. Disponível em: <www.ceed.rs.gov.br/upload/1438180324_pare_0545.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2017.

SANTOS GUERRA, Miguel Àngel. **Evaluación**: un proceso de diálogo, comprensión y mejora. Málaga: Ediciones Aljibe, 1993.

SOUZA, Sonia Maria da Fonseca; FÓFANO, Clodoaldo Sanches; SILVA, Alcione Candido da. Os benefícios da gestão escolar participativa a partir dos postulados da lei de diretrizes e bases e da carta magna. **Revista Transformar**, Itaperuna, n. 10, p. 75-84, jan. 2017.

SPÓSITO, Marília Pontes. Educação, gestão democrática e participação popular. In: BASTOS, João Baptista (Org.). **Gestão democrática**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A; SEPE, 2005, p. 45-56.

VALENTE, Ivan. **Plano Nacional de Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: plano de ensino – aprendizagem e projeto educativo. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico: continuidade ou transgressão para acertar? In: CASTANHO, Maria Eugênia L. M.; CASTANHO, Sérgio (Orgs.). **O que há de novo na educação superior**: Do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas: Papirus, 2000, p. 183-219.

_____. Projeto Político-Pedagógico: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. (Orgs.). **As dimensões do Projeto Político Pedagógico**. Campinas: Papirus, 2001, p. 45-68.

_____. Apresentação. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2012a, p. 7-10.

_____. O projeto pedagógico e a parametrização do MEC. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Educação Básica e Educação Superior**: Projeto Político-Pedagógico. 6. ed. Campinas: Papirus, 2012b, p. 47-73.

_____. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 2013, p. 11-35.

_____.; ARAUJO, José Carlos Souza. O Projeto Político-Pedagógico: um guia para a formação humana. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2012a, p. 11-38.

VIEIRA. Sofia Lerche. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revistando conceitos simples. **RBPAE**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. O projeto político-pedagógico e a avaliação. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves (Orgs.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 1998, p. 179-200.

_____. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas: Papirus, 2004.

WARSCHAUER, Cecília. **Rodas em Rede**: Oportunidades Formativas na Escola e Fora Dela. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ZÓIA, Alceu. Todos iguais, todos desiguais. In: ALMEIDA, Dulce Barros de (Org). **Educação**: diversidade e inclusão em debate. Goiânia: Descubra, 2006, p. 13-25.

APÊNDICE A – ENTREVISTA

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEdu)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
CAMPUS JAGUARÃO**

Caros Professores:

Nesta Pesquisa de Intervenção será utilizada como forma de compreender suas reflexões e percepções sobre a nossa escola, uma entrevista semiestruturada, na qual será de extrema importância a sua colaboração com a mesma:

Desde já agradeço!!!

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

- 1.1. Tempo de atuação no Magistério (em anos)? _____
- 1.2. Tempo de atuação na Rede Municipal de Pelotas (em anos)? _____
- 1.3. Tempo de atuação na Escola (em anos)? _____
- 1.4. Nível de Formação? _____
- 1.5. Área de Formação? _____
- 1.6. Carga horária de trabalho (semanal/em horas)? _____

2. PERCEPÇÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:

- 2.1. O que você pensa em termos momentos de estudos e reflexões em nossa escola e de que forma podem contribuir em nossa prática? _____
- 2.2. Conhece o PPP da escola? Se sim, há quanto tempo? _____
- 2.3. Quais as principais questões pedagógicas da escola que deseja dialogar e refletir? _____

2.4. As questões apontadas estão incluídas no PPP da escola? _____

2.5. Em nossa escola há momentos e espaços para discussão e reflexão, considerando o PPP da mesma? _____

2.6. Quando foi a última reunião para refletir e discutir sobre o mesmo? _____

2.7. Acredita ser significativo estudar, refletir e avaliar o PPP em relação as nossas ações diárias na escola? _____

2.8. Que propostas formativas, em sua opinião, são mais produtivas?

- Leitura e discussão de textos;
- Relato de experiências;
- Palestras;
- Trabalho em grupo;
- Outras. Quais? _____

2.9 Você tem interesse em participar de Rodas de Conversas, com 20 h/ano “Avaliando o nosso PPP”? Por quê?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEdu)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
CAMPUS JAGUARÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O Sr./Sr.^a está sendo convidado(a) para participar de uma entrevista, como voluntário(a), em uma pesquisa interventiva, “**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA ESCOLA: COMPROMISSOS E CONTRIBUIÇÕES AO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**”, tendo como responsáveis a mestrandia Maria Alice de Freitas Sias, juntamente com a Prof.^a Dr.^a. Ana Cristina Rodrigues.

Esta pesquisa qualitativa de cunho intervencionista aborda a análise e a reflexão do Projeto Político Pedagógico de nossa escola, realizada em serviço. Está inserida na linha de pesquisa “Política e Gestão da Educação”, do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Sua participação, na pesquisa, constituirá em responder oralmente uma entrevista semiestruturada, elaborada pela responsável, na qual serão gravadas, as declarações e registradas para posterior estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pela responsável. Os resultados poderão ser divulgados em publicações científicas ou outra forma de publicação.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações, no caso de aceitar fazer a entrevista, assine ao final deste documento.

Nome do Participante da Pesquisa / ou responsável: _____

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome do Pesquisador Responsável: _____

Assinatura do Pesquisador Responsável

Local e data

APÊNDICE C – AVALIAÇÃO DAS RODAS DE CONVERSA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEdu)
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
CAMPUS JAGUARÃO**

Avaliação das Rodas de Conversa:

Nome: _____

- 1) Acredita que foi importante o estudo, reflexão e avaliação sobre o Projeto Político-Pedagógico da nossa escola?
- 2) O que foi mais significativo nas Rodas de Conversa?
- 3) O que acredita que ficou pendente nas Rodas de Conversa?